

Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário



23

ISSN 1983-1684

REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Ricardo Golovaty

CAPA

Mateus Orio

(Imagem retirada da internet).

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA CLASSE BUROCRÁTICA	
<i>NILDO VIANA.....</i>	11
MARX E OS PARTIDOS POLÍTICOS: ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	
<i>RUBENS VINÍCIUS DA SILVA.....</i>	28
INTELLECTUALIDADE E LUTA DE CLASSES SEGUNDO MAKHAISKI	
<i>DIEGO MARQUES.....</i>	75
SOBRE OS INTERESSES DE CLASSE DA <i>INTELLIGENTSIA</i>	
<i>JAN WACLAV MAKHAISKI.....</i>	93
ESCOLA DERIVACIONISTA, ESTADO CAPITALISTA E MARXISMO	
<i>EDMILSON MARQUES.....</i>	99

EDITORIAL

Memorando: 18-05-1818

De: Movimento Autogestionário

Para: Movimento Operário

ASSUNTO: *abram os olhos e critiquem os seus dirigentes*

Considerando que:

- “O estado é um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (Karl Marx & Friedrich Engels).
- “A emancipação da classe operária deve ser obra da própria classe operária” (Karl Marx).
- “A revolução proletária tem que destruir um poderoso sistema desde a raiz e criar algo bem novo à mais larga escala. Para esta tarefa não são adequadas as forças dos partidos e sindicatos. Mesmo as mais fortes organizações são demasiado fracas para isso. A revolução proletária só pode ser obra da totalidade da classe proletária” (Otto Ruhle).
- “O domínio cultural da burguesia tem idêntica importância ao seu poder material, por que mantém a classe operária na submissão. A ignorância é um estorvo para a libertação da classe operária. As velhas ideias e as tradições pesam consideravelmente sobre seus espíritos, inclusive quando tocados pelas novas ideias. É nestes momentos que os objetivos são vistos sob um ângulo bem mais estreito, que os “*slogans*” pomposos são aceitos sem crítica, que se tem ilusões sobre os êxitos fáceis, que as meias medidas e as falsas promessas afastam os trabalhadores do bom caminho. Comprova-se deste modo toda a importância das forças intelectuais para os trabalhadores. O saber e a perspicácia são fatores essenciais para a ascensão do movimento revolucionário da classe operária” (Anton Pannekoek).
- “Os filósofos contentaram-se em interpretar o mundo de diferentes maneiras, mas o que importa é transformá-lo” (Karl Marx).

Dedicamos mais um número da Revista Enfrentamento, com uma perspectiva combativa ao processo de burocratização, típico de nossa sociedade, e às organizações burocráticas que, necessariamente, se desenvolvem de tais processos. O que se destaca, de modo mais evidente, nos artigos agora disponíveis ao público é a crítica à burocracia como classe social. Na verdade, tanto a burocratização do mundo, quanto a sua ampliação, com a criação de novas organizações e processos burocráticos, têm como base material de realização a classe burocrática, ou seja, o conjunto de indivíduos que materializam tais processos e organizações.

A percepção deste dado elementar, entretanto, é estranhamente desconhecido entre militantes, intelectuais e o conjunto das classes trabalhadoras – o que é algo a se pontuar em todos os artigos aqui reunidos. Esta crítica à burocracia é parte, na verdade, da militância teórica desenvolvida pelo Movimento Autogestionário há vários anos. Dentre os vários números da Revista Enfrentamento, é possível perceber textos que criticam direta ou indiretamente a burocracia como classe social. Contudo, o número 22, já publicado, e o número 23, agora disponibilizado, dão maior atenção ao fenômeno burocrático.

A classe operária e as demais classes desprivilegiadas têm, diante de si, uma imensa tarefa: destruir o modo de produção capitalista e reconstruir a sociedade sobre novas bases. Esta imensa tarefa encontra inúmeros obstáculos, como desvelar os interesses e o poder da atual classe dominante, a burguesia, e da sua classe auxiliar, a burocracia. A contrarrevolução burguesa já se demonstrou, em inúmeros momentos históricos, como um grande empecilho ao desenvolvimento da luta da classe operária. Os episódios sangrentos dos séculos XIX e XX são testemunha disto, vide, por exemplo, o massacre dos parisienses nos meses que se seguiram à Comuna de Paris, em 1871. Contudo, para além destes métodos bárbaros, os quais a burguesia não tem pudor em recorrer para assegurar os seus interesses, há outros, como: o chamado à democracia; a propagação de ideologias que sustentam o atual modo de produção; etc. Trouxemos este dado apenas para salientar o mais poderoso inimigo da classe operária: a classe capitalista e o seu estado.

O século XX, contudo, demonstrou aos revolucionários militantes, à classe operária e às demais classes desprivilegiadas em geral que, além da burguesia, outra classe social desempenha um nefasto papel no sentido de impedir o avanço do proletariado: a burocracia. A contrarrevolução burocrática, cujo exemplo clássico é a ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia, em outubro de 1917, é um dado que atualmente não se pode mais escusar a análise. Da mesma maneira que a burguesia, a burocracia desenvolve inúmeros instrumentos e materiais ideológicos para manter a classe operária em estado de submissão. O desenvolvimento dos partidos políticos e dos sindicatos são uma prova clara disto. Estas organizações são, hoje, um grande obstáculo à luta da classe operária. Elas são instituições a serem combatidas, e não apropriadas ou desenvolvidas. Seu maior trunfo está em seu discurso de se dizer aliada da classe operária, de se falar em seu nome, enfim, de se dizer sua representante. Eis um dos maiores problemas em se combater a classe burocrática, pois algumas de suas frações (sindical, partidária) e de seus extratos (inferiores) dizem representar e falar em nome dos trabalhadores, porquanto, não sejam trabalhadores, mas sim, burocratas.

A classe operária, a cada momento de ascensão, identifica este dado de sua luta nas últimas décadas. Contudo, cessado o ciclo de lutas, tal aprendizagem, via de regra, não se acumula, não se sedimenta. Em um novo ciclo, ela deve aprender de novo, pois surge uma nova geração de trabalhadores que aprende, novamente, por si mesma, o significado da burocracia enquanto classe. Somente quando houver a superação desta situação, de modo continuado no tempo e no espaço, é que veremos a possibilidade de uma nova sociedade se apontar no horizonte. A burguesia, quando a classe operária entra em luta, é facilmente identificável como inimiga. Essa identificação também ocorre com o estado, pois este acorre em reprimir o movimento. As burocracias inferiores, contudo, são as últimas a serem percebidas como inimigas. Quando isto acontece é porque a luta de classes já está radicalizada a níveis perigosos para a classe dominante. E esta faz tudo o que puder para evitar este degrau na luta do proletariado

Assim, a crítica geral da burocracia (como classe social, como forma organizacional e como processo social mais amplo, de burocratização da vida social

em sua totalidade) é uma necessidade premente das lutas sociais contemporâneas. Por isto, dedicamos este número exclusivamente a esta tarefa. Dada a dimensão do problema, trata-se de uma pequena contribuição que, embora pequena, é significativa, pois toca nos pontos centrais da questão.

O texto de Nildo Viana aborda o significado histórico da burocracia, demonstrando a sua origem e a sua especificidade histórica, ou seja, como um produto da sociedade burguesa. A burocracia como classe social e como organização é analisada pelo autor de tal sorte que é apresentada como um empecilho ao desenvolvimento do processo revolucionário. Trata-se de uma classe a ser abolida, juntamente com as organizações que esta cria para se autodesenvolver (estado, partidos, sindicatos, ONG's etc.). O triunfo do processo revolucionário está diretamente associado à aniquilação da burocracia enquanto classe. Eis a conclusão lógica do entendimento do significado histórico da burocracia.

Um aprofundamento deste apontamento teórico realizado por Nildo Viana é feito por Rubens Vinícius da Silva. Discutindo a noção de partido político em Karl Marx, o autor aponta os diferentes tipos de organização existentes, bem como seus objetivos; suas formas de decisão internas; e sua relação com as classes sociais em geral e com a luta de classes levada a cabo pelo proletariado. As organizações vinculadas ao proletariado surgem como organizações autárquicas e, com o desenvolvimento histórico do capitalismo, marcado por uma crescente mercantilização e burocratização, tornam-se cada vez mais burocratizadas. Este é o caso dos partidos políticos no sentido moderno do termo. Marx viveu no início deste processo de burocratização, o que o possibilitou a efetivar críticas a tais organizações (partido social-democrata alemão; partidos burgueses etc.). O que o autor demonstra é que o caráter burocrático dos partidos apenas se consolidou de fato na segunda onda de burocratização (regime de acumulação intensivo). De lá para cá, tal burocratização tornou-se um processo irreversível, e, por isso, os partidos políticos, assim como os sindicatos, são organizações a serem superadas. Para finalizar, ele traz à discussão a tese de Karl Jensen, quando este discute o desenvolvimento das lutas proletárias, que passam das lutas espontâneas para as autônomas, e tendem a se expandir para as lutas autogestionárias. As organizações autárquicas autônomas

revolucionárias, ou somente organizações revolucionárias, devem contribuir com o proletariado a fim de que este avance das lutas autônomas para as autogestionárias. Para tanto, as organizações revolucionárias devem superar tanto o vanguardismo, quanto o reboquismo. Eis o grande mérito deste texto: demonstrar, em consonância com o texto de Viana, a necessidade de superação do capital, bem como da burocracia, que esta demanda e prolifera.

As discussões sobre a burocracia são remetidas, no texto de Diego Marques, ao pensador revolucionário Jan Waclav Makhaïski, em sua discussão sobre a *intelligentsia*. Makhaïski, crítico do “socialismo de estado” e da *intelligentsia* russa (social-democrata e bolchevique), foi traduzido no Brasil, pela primeira vez, por Maurício Tragtenberg, em sua clássica coletânea “Marxismo Heterodoxo”. Há também uma edição espanhola e outra francesa de mais alguns textos de Makhaïski. Seu pensamento é, portanto, assustadoramente desconhecido entre nós. Isto se deve, aponta Marques, entre outros aspectos, à severa crítica da intelectualidade, como classe social, feita por Makhaïski. Esta é, de certa forma, uma de suas principais contribuições, ou seja, identificar o caráter de classe da intelectualidade e os interesses específicos que ela tem e defende. Embora fale em nome do “proletariado”, do “povo”, do “universal”, da “verdade” etc., o que está por trás de seus discursos, aparentemente descompromissados, é uma profunda defesa de seus interesses mesquinhos de classe. Makhaïski demonstra que os intelectuais não estão acima dos conflitos de classe. Pelo contrário, estão em seu seio e tomam partido, bem como defendem seus próprios interesses, arrastando a brasa para seu próprio peixe. Mesmo tendo esta clareza, ainda nos distantes anos iniciais do século XX, Makhaïski não esteve livre de equívocos. Marques comprova que isto ocorreu por uma deficiência do autor em compreender a totalidade e complexidade do pensamento de Marx, ao confundir, por exemplo, intelectualidade com burocracia, utilizando o termo *intelligentsia* para se referir a duas classes distintas. Em que pese os equívocos de Makhaïski, que se explicam também pelo contexto histórico no qual escreveu, trata-se de autor a ser lido pelos revolucionários de hoje. Pensando nisto, traduzimos um texto, ainda inédito em português, deste autor. *Sobre os interesses de classe da intelligentsia* é uma importante contribuição do pensador russo à

compreensão da classe intelectual. Esperamos, com esta pequena contribuição, enriquecer o cabedal dos revolucionários de hoje no conhecimento da obra deste ilustre desconhecido, Jan Waclav Makhaïski.

Por fim, a contribuição de Edmilson Marques coroa este debate sobre a burocracia, trazendo alguns apontamentos sobre a Escola Derivacionista e a interpretação que esta realizou sobre a instituição estatal. Após ressaltar as principais contribuições desta escola, como a de que o estado capitalista é serviçal do capital, pois é sua forma política necessária, apresenta os seus limites e equívocos interpretativos; tais como o economicismo, ao não perceber outras dimensões do estado, como a repressão política, política cultural do estado etc. Em que pese seja uma análise sintética, o texto de Marques marca os pontos essenciais para o entendimento que a chamada Escola Derivacionista possui de “estado”; mais um elemento para se compreender o processo de burocratização típico de nossa sociedade.

Assim, diante das questões colocadas, sem mais para o momento,

Movimento Autogestionário

Junho de 2018

“Proletários de todo mundo, uni-vos”.

A burocracia como fenômeno social e histórico é um dos temas mais discutidos no interior das ciências humanas. Contudo, essa discussão é realizada sob uma perspectiva ideológica, a começar pelo mais renomado sociólogo que tratou desse fenômeno, Max Weber. O caráter ideológico presente na maioria das abordagens sobre burocracia se revela no ocultamento dos seres humanos reais, de carne e osso, que permitem a existência das organizações burocráticas. Por isso é necessário discutir a questão da classe burocrática e seu significado histórico, que é o nosso objetivo no presente artigo.

Burocracia e Ideologia

O significado histórico da classe burocrática é ocultado pelas ideologias e a principal forma de ocultamento é no tratamento da burocracia como mera forma organizacional, sob forma fetichista, abstratificada, como se não fosse relações sociais e não existisse uma classe social envolvida em sua existência. Outra forma de realizar tal ocultamento é entender a burocracia como “camada social” e não classe social. Esse processo é realizado por várias ideologias e produtos derivados e por isso não poderemos abordar todas, sendo que vamos nos limitar a apenas duas entre as principais ideologias que ocultam a classe burocrática: a concepção weberiana e a concepção leninista.

A concepção weberiana traz algumas contribuições para pensar a burocracia como forma organizacional, mas abstrai a burocracia como classe social. Um dos temas fundamentais da sociologia weberiana é justamente a burocracia. Weber, a partir de uma concepção liberal, realiza algumas críticas ao fenômeno burocrático, pois burocracia e indivíduo são coisas opostas para um liberal e individualista. Um liberal sempre toma partido do indivíduo, visto abstratificadamente. Weber tenta compreender a burocracia a partir do método

compreensivo e por isso elabora o “tipo ideal” de burocracia¹. A partir do tipo ideal de burocracia, que é uma abstratificação², Weber abole a historicidade da burocracia. Ele passa a enxergar burocracia em variadas sociedades (capitalista, despótica, etc.). Isso é possível por causa da abstratificação, processo caracterizado por tomar um elemento isolado de uma totalidade (burocracia) e ao observar que esse aspecto isolado existe sob forma semelhante em outras sociedades, o denomina igualmente como burocracia. A sociologia tipológica de Weber é abstratificante e por isso ele encontra vários tipos de “capitalismo”, “racionalização” e pode não enxergar a especificidade histórica e a historicidade da burocracia.

Quando Weber trata da “burocracia moderna” (pois, para ele, existiria outras formas de burocracia antes da sociedade moderna), ele aborda um tipo específico de dominação³, a racional-legal, que é justamente a burocrática. Ele apresenta seu “tipo ideal” de burocracia, que, apesar da abstratificação, possui alguns momentos de verdade, especialmente no que se refere à forma organizacional burocrática. Ele consegue perceber a racionalização, a legitimação por documentos escritos, a hierarquia, entre outros aspectos da organização burocrática. Ele até consegue perceber os seres humanos reais que fazem a organização burocrática existir, quando trata de “autoridade”, “meios de coerção”, “pessoas qualificadas”, “hierarquia de postos e níveis de autoridade”, “superiores e inferiores”, a relação do poder e o controle do aparato burocrático, etc. (WEBER, 1971). Essa percepção se revela principalmente quando trata dos “funcionários”, dos “cargos” e “quadro burocrático”. Esta percepção é cercada e dominada por momentos de falsidade, tal como trata da “impessoalidade”, das “vantagens técnicas da organização burocrática”, etc.

¹ Não poderemos aqui discutir o método compreensivo elaborado por Weber. O que podemos colocar, sinteticamente, é que se trata de uma manifestação da episteme burguesa, com seu reducionismo, antinomismo e anistorismo, que, enquanto método, é muito mais um obstáculo para entender a realidade do que uma ferramenta que ajude a percebê-la.

² Abstratificação é uma abstração metafísica, ao contrário da abstração dialética. A abstratificação é uma forma de coisificação, de fetichismo, pois retira um fenômeno da realidade concreta, ou seja, da história e das relações sociais, promovendo seu isolamento e desistoricização.

³ Apesar da abstratificação, Weber não pode ocultar a historicidade em sua totalidade e por isso, quando trata dos “tipos de dominação legítima” (2004), acaba fazendo uma tipologia que expressa uma mudança histórica nas formas de dominação, embora sob forma ideológica.

No entanto, tudo isso é apresentado sob forma abstratificada. E os burocratas pouco aparecem. Eles, no fundo, parecem meros componentes de uma engrenagem, o que é, de certa forma, uma reprodução da autoilusão da burocracia por parte de Max Weber. Isso reproduz o que Marx (1988) percebeu na economia política: a sistematização das representações cotidianas dos agentes envolvidos nas relações sociais reais e sua transformação em ideologia. Max Weber era incapaz de perceber a burocracia como classe social, não apenas por causa do seu método abstratificado e abstratificante, mas também por causa de seu construto de classe social, distinto do conceito de classes sociais elaborado por Marx. A sociologia da burocracia após Weber foi, em grande parte dos casos, uma reprodução de sua concepção, e, em outros, novas formas de abstratificação, mesclada ou não com ela⁴.

Outra forma de ocultamento do caráter de classe da burocracia tem sua origem no leninismo e seus derivados. Não poderemos realizar aqui uma análise geral do leninismo, mas apenas apontar alguns elementos básicos de sua concepção de burocracia. Lênin apresentou uma concepção de classes sociais que seria supostamente “marxista”, mas era tão somente pseudomarxista, e que servirá de base para todos os demais leninistas ocultarem o caráter de classe da burocracia. A concepção de classes em Lênin, pouco desenvolvida, tem uma definição apresentada em um parágrafo de texto de umas quatro páginas, que se tornou “canônica” para o pseudomarxismo:

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção historicamente determinado, pelas relações em que se encontram frente aos meios de produção (relações que as leis fixam e consagram), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social” (*apud*. VIANA, 2018, p. 251).

⁴ Isso se revela, inclusive, nas tentativas de mesclar Marx e Weber, o que significa um empobrecimento do marxismo. Uma coisa é reconhecer momentos de verdade na obra de Weber e assimilá-los, o que não constitui “mescla”, mistura de duas coisas distintas, e sim inserção transformada de elementos que são inseridos em outra totalidade de pensamento. Um suposto “marxismo weberiano” é uma espécie de Frankenstein (a criatura e não o criador, os ideólogos marxistas weberianos é que são o Viktor da história), sendo mais um ecletismo das ideologias burguesas que visam descaracterizar o marxismo. Outros utilizam Weber de forma mais crítica, mas mesmo assim, ao faltar clareza metodológica, acabam caindo em muitos erros deste.

Lênin revela, nessa definição, a sua incompreensão do método dialético⁵. Isso se revela, por exemplo, em sua quantificação (“grandes grupos”, “proporção”). Mas o mais importante é a sua concepção economicista de classes sociais: a diferença entre as classes é reduzida a posição que se ocupa no “sistema de produção”, na relação diante dos “meios de produção” e na organização do trabalho e “modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem”. Assim, as classes sociais ganharam, no construto leninista, um aspecto quantitativo (só são classes se forem “grandes grupos”, afirmação que jamais se encontraria em Marx) e relacionadas com a renda (proporção de sua parte da riqueza social) e os meios de produção e ainda tendo um aspecto “jurídico” (ao enfatizar a questão da lei, o que remete ao problema da propriedade – enquanto forma jurídica, mais que às relações de produção). Desta forma, Lênin exclui aqueles que estão nas formas sociais (“superestrutura”) do pertencimento de classe. Assim, a concepção leninista, simplista, abstratificada e ideológica, exclui, curiosamente, grande parte da humanidade do pertencimento de classe. Existiria, nesse caso, indivíduos “sem-classe”. Depois de Lênin, muitos leninistas (CUEVA, 1974; ERMAKOVA e RÁTNIKOV, 1986; HARNEKER e URIBE, 1980) tentaram justificar e legitimar essa concepção e usando um termo que este usou para qualificar os intelectuais e burocratas: camada social. Os herdeiros do leninismo, como, por exemplo, o althusserianismo, reproduzirão tal ideologia tornando-a mais sofisticada.

A deformação da concepção marxista de classe social leva, por sua vez, ao ocultamento do caráter de classe da burocracia. Esse ocultamento, no caso do leninismo e seus derivados, não possui a mesma razão que no caso de Max Weber. O leninismo é, ele mesmo, uma expressão ideológica da classe burocrática e isso gera a sua necessidade de se ocultar e gerar autoilusão e autolegitimação. Voltaremos a isso adiante quando abordarmos as ideologias burocráticas.

⁵ Isso não é tão somente um problema de dificuldade intelectual (alguns diriam “cognitiva”), pois, em que pese Lênin não fosse um grande pensador, isso se deve, principalmente, à sua perspectiva de classe. O método dialético, ou seja, a dialética marxista, é inseparável da perspectiva do proletariado, o que constitui o seu campo axiomático. Lênin, por sua vez, expressava a perspectiva da burocracia e, portanto, de outro campo axiomático, bem distante do campo axiomático da episteme marxista.

ANTECEDENTES DA TEORIA DA CLASSE BUROCRÁTICA

Após apresentarmos duas das principais concepções que ocultam o caráter de classe da burocracia, vamos apresentar, brevemente, os antecedentes da teoria da classe burocrática. A percepção da existência da classe burocrática surge com Karl Marx. O leninismo ofuscou essa contribuição de Marx ao deformá-lo e criar uma concepção ideológica de burocracia. Em alguns escritos, Marx discute esse aspecto, sendo que em algumas obras ele avança mais no sentido de explicitar a existência da classe burocrática, especialmente em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1979)⁶ e o *Dezoito Brumário* (1986a). A concepção de classe social em Marx remete para um conjunto de indivíduos que possuem em comum um determinado modo de vida, interesses e luta contra outras classes a partir de sua posição na divisão social do trabalho que é determinada pelo modo de produção dominante (MARX e ENGELS, 1982. VIANA, 2018)⁷. A burocracia seria uma classe social na perspectiva de Marx, pois possui todos estes elementos e ele mesmo admitiu a sua existência (VIANA, 2015b).

No entanto, a social-democracia e o bolchevismo geraram um pseudomarxismo que deformou tanto a concepção de classes sociais quanto a de burocracia. O bolchevismo (leninismo), através de Lênin, forneceu a base ideológica dessa deformação. A partir disso se criou uma camada obscurante que impedia a percepção da burocracia como classe social. Hans Müller, um representante do “Grupo dos Jovens”, do Partido Social-Democrata Alemão, no final do século 19, já criticava a burocracia do partido, inclusive a partir da ideia de luta de classes no interior do mesmo, mas usando o termo “pequena-burguesia”. Essa foi a palavra-chave utilizada por diversos outros críticos, como Rosa Luxemburgo (apesar dela usar também burocracia, mas não com o sentido de classe social) e outros. Assim, se instaurou uma confusão entre burocracia e pequena-burguesia na abordagem de vários militantes e intelectuais. Pouco depois, Lênin passaria a acusar quase todos os

⁶ De forma embrionária, pois ele estava iniciando suas reflexões sobre classes sociais, o que só desenvolveu nas obras posteriores.

⁷ Uma discussão mais aprofundada e desenvolvida da concepção de classes sociais em Marx pode ser vista nessa obra (VIANA, 2018) e de forma mais sintética em outra obra (VIANA, 2016a) e seus elementos básicos encontrados em algumas obras de Marx (1982; 1989; 1988).

seus opositores de “pequeno-burgueses”, termo abstratificado e que servia para todos os usos políticos oportunistas realizados por ele. Os social-democratas dissidentes e depois os socialistas radicais também usavam tal terminologia.

Esse ofuscamento do caráter de classe da burocracia, no entanto, começou a ser superado quando a burocracia se autonomizou como classe social e isso permitiu a sua percepção. Isso ocorreu, num primeiro momento, de forma ambígua. Jan Wanclaw *Makhaïsky* foi um dos primeiros a retomar a percepção da burocracia como classe social, apesar de certa confusão com a intelectualidade (1981). Em sua crítica da *intelligentsia*, apontou elementos que ele mesmo reforçou e desenvolveu no bojo da revolução bolchevique, mostrando o caráter de classe do leninismo. Porém, foi somente algum tempo depois que a burocracia como classe ou camada social virou alvo de análises, tanto dos marxistas quanto de outras concepções. A burocratização da Rússia, iniciada em outubro de 1917 sob o comando de Lênin e Trotsky, chamou a atenção não somente dos dissidentes e militantes marxistas, mas também de ideólogos e opositores conservadores.

A revolução russa de 1917 significou uma contrarrevolução burocrática que implantou um capitalismo de Estado e realizou a fusão da burocracia partidária (do Partido Bolchevique) com parte da burocracia estatal que permaneceu, formando uma burguesia burocrática, pois era uma fusão de duas classes sociais (burguesia e burocracia) que executava a função de ambas simultaneamente (apropriação do mais-valor e decisão sobre acumulação de capital, como função burguesa, e controle social, como função burocrática). Isso gerou as várias interpretações da burocracia relacionadas à problemática da Rússia. O tema da burocratização e do “socialismo real” (capitalismo estatal) fez proliferar inúmeros textos, pesquisas, livros, sobre burocracia.

Esse processo de análise da burocracia se ampliou com a ascensão de Stálin e emergência do que ficou conhecido como stalinismo, bem como o do surgimento simultâneo do seu irmão gêmeo, o trotskismo. A versão stalinista e a versão trotskista se tornaram versões dominantes a respeito da burocracia. Os stalinistas e seus simpatizantes geraram toda uma legitimação da burocracia, como se ela não fosse problemática e fizesse parte do socialismo. Os Partidos Comunistas

seguiram essa interpretação, bem como seus intelectuais. Por outro lado, a interpretação de Trotsky apontava para a reprodução da vulgata leninista da burocracia como camada social e interpretando a Rússia como estado operário com deformações burocráticas (1980). Essa interpretação, por sua vez, apontava para a ideia de que a “base econômica” da Rússia era “socialista” e apenas a “superestrutura” era não-socialista, o que, evidentemente, é algo sem sentido. Daí vinha a proposta trotskista: a necessidade de revolução política, superestrutural, na qual se trocava os burocratas stalinistas por burocratas trotskistas. O problema, para os trotskistas, evidentemente, não era a burocracia e sim o stalinismo.

Essa interpretação ideológica e problemática ficava cada vez mais difícil ao se saber dos acontecimentos no capitalismo estatal e seu regime ditatorial. É nesse momento que surge a dissidência trotskista e novas interpretações do regime russo. Alguns se mantiveram trotskistas e geraram novas interpretações, outros abandonaram o trotskismo. Entre os novos intérpretes se destacam: os ex-trotskistas Bruno Rizzi (que defendia que o regime russo era um “coletivismo burocrático”), James Burnham (autor de “*A Revolução dos Gerentes*”), e entre os trotskistas dissidentes se destacaram Max Schatman e Toni Cliff, que retomavam, ao modo trotskista (logo, deformado) a caracterização da Rússia como capitalismo de estado. A burocracia aparece como classe social ou como camada social que se torna dominante, o que vai romper, parcialmente, com a exclusão da percepção de que ela é composta por seres humanos com interesses próprios e que não são proletários ou trabalhadores, não podendo ser confundida com o proletariado.

A dissidência bolchevique e o autonomismo também discutiram, nesse contexto, a burocracia. Quando Lênin estava no poder, até ele conseguir abolir as frações dentro do partido, uma crítica moderada da burocracia podia ser vista nos bolcheviques dissidentes: Comunistas de Esquerda (Bukhárin e outros), Centralismo Democrático (Osinsky e outros), Oposição Operária (Alexandra Kollontai e outros)⁸. O autonomismo francês, representado por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, dois

⁸ Posteriormente, alguns maoístas vão definir a União Soviética como capitalismo de Estado, especialmente Charles Bettelheim (1979), mas que não discutiu a burocracia e sim o que ele denominou “burguesia de Estado”.

ex-trotskistas, com sua tese do “capitalismo burocrático”, interpretaram a burocracia como uma classe social oposta ao proletariado, sob forma pretensamente marxista⁹.

Nesse contexto, surgiram novas interpretações: Djilas e a ideia da burocracia como “nova classe”; a interpretação crítica e conservadora de Berdiaev; bem como diversos pesquisadores e militantes que apresentaram a burocracia como classe sem nenhuma análise mais aprofundada. Os opositores internos do regime capitalista estatal também apresentaram, utilizando diversos termos, uma crítica e percepção da burocracia como classe ou grupo social (Volenski, Biekowski, Kuron, etc.). Também, no contexto da guerra fria, diversos sociólogos e economistas passaram a tentar interpretar a burocracia dita “soviética”: aqueles preocupados com “o controle da propriedade” e outros com a criação de uma alternativa ao “marxismo” (Aron, Dahrendorf, Berle e Means) e seus herdeiros (Gurvitch, Touraine, Bresser Pereira, João Bernardo). João Bernardo (1975), autonomista português, foi um dos que mais trabalhou com a ideia burocracia como classe social (depois mudando o nome para tecnocracia e, por último, “classe dos gestores”)¹⁰.

Já a partir de 1920 os chamados Comunistas de Conselhos (Pannekoek, Korsch, Rühle, Mattick, etc.) haviam começado uma crítica da burocracia. Antes de se tornarem comunistas conselhistas, alguns deles já criticam a burocracia na social-democracia e na Rússia. A ruptura no interior do socialismo radical¹¹ entre “comunistas de partido” (leninismo) e “comunistas de conselhos” (antipartido) permitiu uma percepção mais crítica da burocracia e da Rússia, que passou a ser

⁹ Trata-se de uma concepção pseudomarxista, pois as classes sociais, na concepção marxista, são relacionais, ou seja, só existem em relação umas com as outras, através da divisão social do trabalho no interior de determinadas relações de produção. O proletariado só existe como classe produtora de mais-valor, o que significa que não existe fora da relação com a burguesia, classe apropriadora do mais-valor. Se a burguesia deixa de existir, automaticamente o proletariado também desaparece. Assim, Castoriadis e Lefort interpretam a burocracia como classe dominante, mas apenas no sentido de dominação, administração, deixando de lado a questão do mais-valor e de que se trata de uma burguesia burocrática, a fusão de duas classes sociais e uma nova forma de burguesia.

¹⁰ Um dos maiores problemas dessa concepção está em confundir burocracia (gestores) com burguesia. Para uma crítica dessa concepção, cf. Marques (2013).

¹¹ Socialismo radical é um nome genérico aplicado a todas as correntes, grupos e indivíduos que romperam com a social-democracia a partir de 1914 (espartaquistas, bolchevistas, comunistas internacionalistas, etc.) e que não formavam nenhuma unidade, a não ser o passado de adesão, mesmo como dissidentes internos, da social-democracia e a crítica posterior a ela.

caracterizada como capitalismo de Estado. No entanto, os comunistas de conselhos não conseguiram aprofundar na crítica da burocracia no sentido de explicitar o seu caráter de classe, o que foi apenas esboçado.

Esses processos facilitaram a inclusão, no campo perceptivo do marxismo, da burocracia como classe social, tanto ao resgatar pensadores do passado (como Makháisky, os comunistas conselhistas, etc.) e assim produzir uma teoria da burocracia como classe social. Isso é condição de possibilidade para entender o significado histórico da classe burocrática.

O Significado Histórico da Classe Burocrática

A burocracia já foi nomeada sob várias formas: burocracia, tecnocracia, gestores, Tecnoburocracia, *intelligentsia*, classe dirigente, gerentes, nomenclatura, etc. Na concepção marxista, Marx utilizou burocracia para tratar da burocracia estatal e usou gerentes para tratar da burocracia empresarial e o termo utilizado pelos demais foi, com raras exceções, o mesmo. Se Marx colocou a classe burocrática no seu campo perceptivo e os ideólogos tentaram excluí-la, ela voltou devido às mudanças históricas e à percepção do significado histórico e político da burocracia. Esta é a questão fundamental a ser tratada aqui: qual é o significado histórico da burocracia, ou seja, qual função ela cumpre e para que ela serve no processo histórico e nas lutas de classes.

Para compreender isso é necessário iniciarmos com o conceito marxista de burocracia e, após isso, analisar a burocracia como classe social e seus interesses de classes e vínculo com a burguesia para finalmente entender qual é o seu significado histórico. Além de Marx, as obras de Weber, Michels, Makháisky, Lapassade, Motta, Faria, Tragtenberg, entre inúmeros outros, contribuem para se pensar esse fenômeno moderno. Sem dúvida, em alguns casos há limites, como já citamos no caso de Weber e reencontramos em diversos outros, mas há momentos de verdade que podemos extrair e inserir, como sua assimilação, numa outra totalidade de pensamento que é o marxismo.

O conceito geral de burocracia é o de uma organização que é comandada por um quadro dirigente, que constitui a classe burocrática. Assim, temos a

burocracia como forma organizacional e como classe social (VIANA, 2015a). A organização burocrática é composta por um quadro dirigente (o que pressupõe a existência de dirigidos e a relação social entre dirigentes e dirigidos), a legitimação via normas escritas, funcionamento através de meios formais de admissão e relações hierárquicas, quadro dirigente (a burocracia como classe) assalariado que possui posse dos meios de administração e poder de decisão, cujo objetivo é garantir o controle social¹². A burocracia como classe social constitui o quadro dirigente hierarquicamente organizado nas instituições (organizações burocráticas).

O nosso foco aqui é a classe burocrática e só quando for necessário abordaremos a forma organizacional. *A classe burocrática possui um modo de vida comum. Este é o modo de vida burocrático, marcado pelo dirigismo, formalismo, tecnicismo, regras escritas, hierarquia, normativismo, controle.* O burocrata vive para dirigir as organizações da qual faz parte. A sua função é exercer o controle para reproduzir a organização e os objetivos desta, mesmo quando tal objetivo é a própria autorreprodução. E por isso o burocrata é aquele que se preocupa e se dedica a *garantir tal reprodução e faz isso cotidianamente, através de reuniões com subordinados* (onde se repassa as decisões superiores, toma-se decisões secundárias – ou não, dependendo do caso, etc.), *manutenção da hierarquia* (sempre solicitando o atendimento das exigências e normas impostas pelos burocratas superiores), *controle* (vigilância, supervisão, punição, etc.), *elaboração das normas ou adaptação a elas quando a burocracia superior o decide* (leis, regimentos, etc.) ou seu repasse para a burocracia inferior (que por sua vez faz o repasse para os dirigidos), *comando das relações sociais no interior da instituição*, etc. Estes e outros elementos do modo de vida burocrático geram interesses comuns, bem como disputas interburocráticas. Os interesses gerais da classe burocrática, comum a toda a burocracia, é a burocratização, ou seja, a ampliação de cargos e do controle. Desta forma, a burocracia busca concretizar seus interesses e para isso encontra o obstáculo de outras classes sociais e dos dirigidos. Assim, a burocracia efetiva uma luta comum

¹² Essa breve síntese não aborda diversos aspectos, como, por exemplo, a diferença entre organizações burocráticas e organizações autárquicas, bem como as diferenças entre as organizações burocráticas (autocráticas ou democráticas, autônomas ou heterônomas, formais ou informais, etc.), o que pode ser visto em outra obra (VIANA, 2016b).

com outras classes e grupos: os dirigidos em geral, que variam de acordo com a organização. O fundamental é a luta contra outras classes. A burocracia estatal pode ir contra os interesses da burguesia ao criar excesso de cargos e aumentar a despesa pública, bem como aumentar a corrupção, etc. ao invés de investir onde é interesse do capital ou então quando congela os salários e entra em conflitos com as classes trabalhadoras (proletariado, subalternos, etc.). O aumento do controle pode gerar a insatisfação e resistência dos dirigidos, tal como no caso de fábrica capitalista na qual se aumenta o controle dos operários, que tendem a resistir e entrar em confronto com a burocracia empresarial¹³.

A partir desse modo de vida, interesses e lutas, a burocracia produz representações, ideologias, etc. Ela busca, constantemente, sua autoavaliação e autolegitimação, colocando-se como importante, racional, técnica, etc. Sem dúvida, os dirigidos e outros opositores vão criar representações contrárias: morosidade, irracionalidade, autoritarismo, onerosidade, etc., que varia de acordo com o opositor. As ideologias burocráticas sistematizam as representações cotidianas da burocracia e tiveram em Hegel, Lassalle, Kautsky, Lênin, Ford, Taylor, alguns de seus ideólogos. As ideologias gerencialistas, dirigistas são manifestações dessa produção ideológica burocrática, realizada por burocratas ou intelectuais (ideólogos) externos.

Sem dúvida, não existe uma unidade na classe burocrática. A burocracia, como toda classe social, é subdividida em frações e outras subdivisões. Assim, as frações da burocracia são várias: burocracia estatal, burocracia empresarial, burocracia escolar (incluindo a universitária), burocracia partidária, burocracia sindical, eclesiástica, etc. Além disso, é também dividida em burocracia estatal (que, por sua vez, é dividida entre burocracia governamental, que é temporária e estatutária, que é permanente) e burocracia civil (das inúmeras organizações burocráticas da sociedade civil) e burocracia superior e burocracia inferior (no interior das organizações, o que remete à sua hierarquia).

Essas divisões ajudam a compreender o caráter mais conservador das burocracias mais privilegiadas (estatal, universitária, empresarial) e o caráter mais

¹³ Aqui apresentamos apenas uma síntese da questão da classe burocrática. Uma explanação mais desenvolvida pode ser vista em: Viana (2018; 2015).

progressista das burocracias menos privilegiadas (partidária, sindical, etc.) e mais contestador ainda das burocracias inferiores e dos extratos inferiores da burocracia¹⁴. Assim, as divisões burocráticas muitas vezes geram lutas interburocráticas, tanto no âmbito da política institucional (social-democracia versus leninismo; trotskismo versus stalinismo, etc.) quanto na sociedade civil em geral (sindicatos conservadores versus sindicatos progressistas; chapas opostas disputando eleições de sindicatos, etc.). Esse processo, por sua vez, gera disputas ideológicas entre os representantes de cada uma desses setores da burocracia. No plano da consciência, essas disputas nunca são apresentadas como disputas interburocráticas e sim, no âmbito da política institucional, como luta do “povo”, do “proletariado”, dos “trabalhadores” contra a “burguesia”, os “conservadores”, etc., do lado dos perdedores e do lado dos ganhadores aparece como uma luta dos “representantes do povo” ou do “proletariado, ou da “nação”, “paz”, “socialismo” ou “democracia”, contra os “revolucionários”, os “traidores”, os “inimigos do povo”, os “agitadores”, etc.

Essa breve conceituação da burocracia é importante para entendermos seu significado histórico. A burocracia vai surgindo com o próprio desenvolvimento capitalista. Marx escreveu numa época em que a burocracia estava consolidada no aparato estatal e nas empresas capitalistas (MARX, 1986a; MARX, 1986b, MARX, 1988, VIANA, 2015b), que são as fontes da burocracia (MOTTA, 1985). A sociedade moderna vai se desenvolvendo e gerando ondas de burocratização (ao lado de ondas de mercantilização)¹⁵. O desenvolvimento capitalista gera ondas de burocratização, que significa aumento de organizações burocráticas e do controle social, indo desde o regime de acumulação extensivo com a consolidação, fortalecimento e formalização das burocracias estatal e empresarial¹⁶; passando pelo regime de acumulação intensivo no qual ocorre a *segunda* onda de burocratização, marcada pela ampliação da burocracia estatal e empresarial e a emergência de uma nova

¹⁴ Os extratos inferiores de uma classe social são aqueles que possuem menor renda, prestígio, etc., ou seja, aquilo que grande parte das ideologias da estratificação usam como critérios para definir uma classe social, sendo que na abordagem marxista é algo de menor importância

¹⁵ No sentido de “ondas sociais”, que significam um processo cumulativo, no qual há a ampliação e intensificação de algo.

¹⁶ Ao lado da transformação das igrejas em organizações burocráticas, o que significa uma mutação em sua forma organizacional.

burocracia civil (partidos, sindicatos, etc.); e pelo regime de acumulação conjugado, quando se estabelece a *terceira* onda de burocratização, avançando para novos setores da sociedade, como o lazer, meios oligopolistas de comunicação, etc.; até chegar no regime de acumulação integral: com a *quarta* e atual onda de burocratização, caracterizada pela emergência de novas burocracias civis (ONGs, por exemplo) e maior rigidez no controle social.

Isso significa que quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais forte fica a burocracia, pois cresce quantitativamente, se complexifica e se desenvolve, com setores dela tentando se autonomizar. É nesse contexto que podemos compreender o seu significado histórico. A burocracia surge no capitalismo com uma função determinada na divisão social do trabalho, que é o controle social, que visa, simultaneamente, resguardar os interesses da classe burocrática e reproduzir as relações de produção capitalistas. Os extratos inferiores da burocracia se autonomizam mais (leninismo, por exemplo) e buscam enfrentar a burguesia e suplantá-la, tornando classe dominante com a fusão entre burocracia partidária e burocracia estatal.

A burocracia surge, portanto, como classe auxiliar da burguesia. E, como tal, sua autonomia é relativa e limitada. *Os seus interesses de classe, por sua vez, não levam a uma necessidade de ruptura com o capitalismo, pois esse traz a necessidade de burocratização. É por isso que a burocracia é, majoritariamente, conservadora.* Esse é o caso da burocracia estatal (a governamental e mais ainda a estatutária – exército, judiciário, etc.), da burocracia das grandes instituições da sociedade civil (grandes igrejas, grandes sindicatos, etc.). A burocracia, como classe determinada pelo capital, mantém sua autonomia no plano de reproduzir as relações de produção capitalistas e apoiar a burguesia. No máximo, ela pode se opor a setores da burguesia, especialmente os favoráveis à “desburocratização”, como liberais e outros semelhantes e isso mais no caso da burocracia estatal. As burocracias civis podem buscar se autonomizar nas instituições da sociedade civil, mas apenas algumas delas, as vinculadas a organizações burocráticas autônomas, é que possuem capacidade de autonomização até chegar ao ponto de buscar substituir a burguesia. Esse é o caso

dos partidos políticos leninistas (ortodoxos, ou seja, aqueles que são fiéis à ideologia leninista, pois muitos deles acabam cedendo às ideologias reformistas).

O leninismo surgiu como a ideologia que expressa os interesses de parte da burocracia, que visa se tornar classe dominante. Obviamente que, por sua posição na divisão social do trabalho, a burocracia não tem condições de constituir novas relações de produção. E também não tem força suficiente para enfrentar a burguesia isoladamente, pois não tem o seu poder financeiro, o controle da acumulação de capital, a hegemonia na sociedade civil, etc. É por isso que a burocracia extremista precisa do apoio popular, especialmente do proletariado. Para tanto, realiza uma assimilação e deformação do marxismo e se diz representante do proletariado, para assim conquistar seu apoio e dirigi-lo. Isso é expresso magistralmente na ideologia da vanguarda, esboçada por Kautsky e desenvolvida por Lênin sob forma mais extrema. A concepção leninista aponta para o controle do partido sobre o proletariado durante a conquista do aparato estatal e depois após tal conquista, se apropriando do estado e se fundindo com a burocracia estatal¹⁷, exercendo, a partir disso, uma ditadura sobre o proletariado.

Assim, mesmo tomando o poder estatal, a burocracia não pode abolir o capitalismo e, portanto, a burguesia. Ela deve se fundir com a burguesia ou se metamorfosear em burguesia burocrática, pois é incapaz de abolir a produção de mais-valor. Para tal teria que se generalizar a nível mundial e gerar uma nova ideologia legitimadora de uma nova forma de dominação. A única forma de conseguir isso seria através da implantação do capitalismo estatal e sua expansão a nível mundial, o que permitiria se livrar do comércio internacional e gerar uma forma burocrática de distribuição de riquezas. A emergência de um modo de produção no qual a burocracia, agora já com outro nome e forma desenvolvida, é algo que dificilmente poderia ocorrer.

¹⁷ Esse processo não é, necessariamente consciente. Lênin podia pensar sinceramente que lutava pelos interesses do proletariado, mas suas ideias correspondiam aos interesses da burocracia e os problemas e soluções apontados por ele são os dessa classe social. Sem dúvida, Lênin foi antecedido por versões mais moderadas, como as do “socialismo de estado” de Lassalle e o reformismo kautskista, bem como foi sucedido por outros, como foi o caso de Trotsky, Stálin, Mao Tse-Tung e muitos outros. No entanto, mesmo que Lênin fosse um iludido com sua produção intelectual e ação política, ele sabia perfeitamente que sua perspectiva era burocrática, pois seus valores, concepções, sentimentos, correspondiam aos da burocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, a burocracia surge, historicamente, para colaborar com a burguesia no sentido de reproduzir o capitalismo e, mesmo em seus setores mais autonomizados e extremistas, o máximo que conseguem é implantar um capitalismo de Estado, o que significa reproduzir o capitalismo, só que sob outra forma. A burocracia, por conseguinte, é uma classe conservadora e contrarrevolucionária e só perde para a burguesia, entre todas as classes existentes, no grau de conservadorismo e caráter contrarrevolucionário. Assim como é raro indivíduos da classe burguesa abandonar sua classe e aderir à perspectiva do proletariado (é mais comum em alguns jovens que são de famílias burguesas, embora, mesmo nesse caso, ao findar a juventude e se tornarem adultos, tendem a voltar ao seio de sua classe de origem), o mesmo ocorre com os indivíduos da classe burocrática (é mais comum, nesse caso, em indivíduos mais jovens e dos extratos inferiores da burocracia, embora também seja raro e algo que geralmente é ultrapassado quando se tornam adultos).

Desta forma, a burocracia é uma classe antagônica ao proletariado, pois seu setor mais moderado é laçao do capital e seu setor mais extremista visa substituir a burguesia privada e realizar diretamente a exploração e a dominação. As organizações burocráticas são instituições de controle social visando impedir a transformação radical e total das relações sociais e são espaços de cooptação, corrupção, dos indivíduos das classes desprivilegiadas. *Por conseguinte, cabe ao proletariado e ao conjunto das classes desprivilegiadas, buscar abolir a burocracia como classe social e como forma organizacional. Isso é parte do processo de revolução social e constituição da sociedade autogerida.* No entanto, deve ser um projeto consciente, pois a burocracia é um dos obstáculos para o processo revolucionário e para a libertação humana. Nesse sentido, a compreensão do significado histórico da burocracia aponta para a necessidade de sua abolição pelo proletariado.

Referências

BERNARDO, João. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.

- BETTELHEIM, Charles. *As Lutas de Classes na URSS*. 2 vols. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- CUEVA, Agustín. *La Concepción Marxista de las Clases Sociales*. Debate e Crítica. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais. Núm. 03, Julho de 1974.
- ERMAKOVA, A. e RÁTNIKOV, V. *O Que São as Classes e a Luta de Classes?* Moscou, Progresso, 1986.
- HARNECKER, Marta e Uribe, Gabriela. *Luta de Classes*. São Paulo, Global, 1980.
- MAKHAÏSKY, J. W. *Ciência Socialista, A Nova Religião dos Intelectuais*. in: TRAGTENBERG, M. (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MARQUES, Edmilson. *Capitalismo e Teoria dos Gestores*. In: SILVA, José Santana da; BRAGA, Lisandro; MAIA, Lucas. (Orgs.). *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013,
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. 2ª edição, São Paulo: Global, 1986b.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa: Presença, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. 3ª Edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986a.
- MOTTA, Fernando P. *O Que é Burocracia*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- VIANA, Nildo. *A Concepção Marxista de Classes Sociais*. *Marxismo e Autogestão*. Vol. 03, Num. 05, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/02viana05marxaut> Acessado em 31/12/2016a.
- VIANA, Nildo. *Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social*. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297> Acessado em: 31/13/2015a.
- VIANA, Nildo. *Marx e a Burocracia*. *Revista Plurais – Virtual – v. 5, n. 2 – jul./dez 2015*. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/5728/3951> Acessado em: 31/13/2015b.
- VIANA, Nildo. *Organizações: Reprodução ou Transformação Social*. *Revista Espaço Livre*. Vol. 11, num. 21, 2016. Disponível em:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/440/391> acessado em: 31/12/2016b.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Edunb, 2004.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MARX E OS PARTIDOS POLÍTICOS: ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

*Rubens Vinícius da Silva*¹

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo efetivar uma modesta contribuição à incipiente teoria marxista das organizações e dos partidos políticos. Com base nas definições de organizações burocráticas e autárquicas pretende-se demonstrar, a partir da análise e assimilação dos textos de Marx, como historicamente os partidos políticos foram paulatinamente se tornando formas organizacionais fundadas na relação entre dirigentes e dirigidos, expressando uma força contrarrevolucionária e nociva ao desenvolvimento das organizações autárquicas forjadas na luta proletária por sua autoemancipação.

Num primeiro momento, iremos nos dedicar à apresentação dos conceitos fundamentais para validar nossa argumentação. Aqui realizaremos uma breve descrição acerca das distinções entre as organizações burocráticas e as organizações autárquicas: seus objetivos, processo decisório e critérios de decisão. Será ressaltada a heterogeneidade e as conseqüentes diferenças que perpassam essas formas organizacionais. À guisa de referencial teórico, iremos nos ancorar nas contribuições de Nildo Viana sobre a burocracia e a autarquia como formas organizacionais do capitalismo.

A segunda parte do texto visa analisar como Marx efetivou a luta política no contexto dos partidos políticos de seu tempo. Para tanto, partindo de uma digressão sobre a sociedade capitalista e o processo de burocratização das relações sociais, iremos nos fundamentar em excertos dos escritos de Karl Marx acerca dos partidos e das organizações criadas pela classe proletária em luta. O seguinte itinerário se justifica pela necessidade de demonstrar que no bojo das lutas de classes, o processo de burocratização transformou completamente o caráter desta

¹ Mestrando em Sociologia pelo PPGS-UFG. Militante do Movimento Autogestionário. Contato: rubensabbath@gmail.com

organização, que passa concretamente a expressar uma perspectiva de classe antagônica àquela originalmente concebida pela classe operária.

Uma leitura mais detida da obra de Karl Marx nos permite assimilar alguns elementos que conduzem ao raciocínio acima colocado. Isso porque partimos do pressuposto segundo o qual os partidos criados pela classe operária surgem como organizações autárquicas (nas quais inexiste a separação entre dirigentes e dirigidos) e com o desenvolvimento do processo de burocratização das relações sociais se transformam em organizações burocráticas (fundadas na separação entre dirigentes e dirigidos, reproduzindo assim a divisão social do trabalho).

A terceira e última parte de nosso trabalho conterà nossas considerações finais, apresentando breves apontamentos acerca da necessidade de constituição das organizações revolucionárias no contexto da burocratização dos partidos políticos. Ou seja, referimo-nos àquelas formas organizacionais que além de não se fundamentarem na presença de um quadro dirigente esboçam concretamente um projeto de superação da sociedade capitalista. A sociedade capitalista é quase totalmente formada pelas organizações burocráticas, o que aponta para a busca pela criação de organizações que combatam radicalmente a burocracia e, ao mesmo tempo, esbocem uma nova sociabilidade, expressando de forma embrionária uma sociedade autogerida.

Apresentando conceitos: organizações burocráticas, organizações autárquicas e suas especificidades

A sociedade moderna é cada vez mais caracterizada pela presença e proliferação de organizações. Esta constatação nos conduz à necessidade de compreender o que são as organizações, suas formas de existência, bem como seus objetivos e relação mais ampla com as demais esferas da vida social. Neste sentido, é possível partir do pressuposto segundo o qual a dinâmica concreta das organizações no capitalismo pode apontar para a reprodução ou então para a transformação social. O modo de produção capitalista tem como um de seus elementos constituintes fundamentais a burocratização das relações sociais, fundada na necessidade cada vez mais crescente de intensificação do controle social, na forma de criação e implantação de organizações burocráticas (VIANA, 2015). Desse modo, a

esmagadora maioria das organizações presentes nesta sociedade é fundada na cisão entre dirigentes e dirigidos, com o objetivo da reprodução social, sendo, portanto, burocráticas (VIANA, 2016).

Mas como definir as organizações? Uma resposta preliminar a esta questão pode ser encontrada em Georges Lapassade, na obra *Grupos, Organizações e Instituições*. No capítulo dedicado às organizações, ele identifica no termo dois significados distintos. O primeiro diz respeito a um ato organizador efetuado no interior das instituições. Já o segundo se refere a realidades sociais. Assim, uma fábrica, um sindicato ou um banco, são entendidos como organizações. Num sentido amplo, as organizações sociais podem ser entendidas como uma coletividade instituída visando objetivos definidos, tais como a produção, a formação dos indivíduos, a distribuição de bens, dentre outros. Na sociedade capitalista, a questão organizacional traz em seu interior o problema da burocracia (LAPASSADE, 1977).

A definição de Lapassade não parte dos indivíduos reais que constituem a organização, pois apenas faz menção a “um ato organizador (sic)” e depois fala em “realidades sociais”. Além disso, limita-se aos objetivos, não levando em conta o caráter da organização (voluntário ou obrigatório), bem como a necessidade de planejamento e um determinado processo decisório que viabilize a concretização dos objetivos propostos. Por fim, embora remeta para a questão da organização como uma discussão oriunda do capitalismo, dá a entender que nessa sociedade não podem coexistir outras organizações, não-burocráticas, o que implica em relações sociais, objetivos e projetos políticos distintos. Nesse sentido, consideramos adequado o uso do termo conforme Viana apresenta no livro *A Questão da Organização Revolucionária*:

Organização é uma associação voluntária de pessoas que formam um grupo que possui finalidade comum e busca atingi-lo através de um planejamento de suas atividades e tomadas de decisão. Assim, uma organização, no sentido aqui utilizado, pressupõe um coletivo, um grupo de pessoas, associadas voluntariamente (e não obrigatoriamente) ou não (no caso de algumas organizações, nas quais os indivíduos são constrangidos a participar sem querer ou por necessidade) que possui um projeto, uma finalidade compartilhada por todos (pelo menos no plano do discurso), que busca concretizar através de um planejamento, o que implica atividades e decisões (...) o caráter voluntário e o compartilhamento de objetivos são maior em pequenas organizações e não-burocráticas, enquanto que nas grandes organizações burocráticas isso é abolido (VIANA, 2014, p. 8-9).

A burocracia pode ser compreendida a partir de duas distinções analíticas: a) como uma classe social²; b) como uma forma organizacional. No que diz respeito à primeira delas, a burocracia é a classe que exerce o controle e o processo de tomada de decisões, bem como o planejamento no interior das organizações burocráticas. É uma classe social auxiliar da burguesia. Seu interesse de classe consiste na sua autorreprodução e autovalorização: sua existência está completamente vinculada às instituições que dirige. Isso nos leva à conclusão de que existe uma unidade indissolúvel entre a burocracia enquanto classe social e forma organizacional. Somente no capitalismo surgem as condições históricas para o surgimento de uma classe não-proprietária e assalariada, com a função de especialista no controle social e no poder de mando no seio das organizações fundadas na separação entre dirigentes e dirigidos, manifestando a especificidade histórica da sociedade capitalista. A burocracia é uma forma organizacional fundada na relação entre dirigentes e dirigidos, cujos processos de instituição, legitimação e estruturação ocorrem através de normas escritas. A burocracia é uma forma organizacional caracterizada pela dominação burocrática, principal expressão da *dominação contratual* (forma de dominação hegemônica e predominante na sociedade moderna: fundada no formalismo expresso no contrato de trabalho entre capitalista e proletário, bem como nas leis, regimentos, etc.). Além disso, ela funciona a partir de meios formais de admissão e relações fundadas na hierarquia, onde os membros do quadro dirigente recebem um salário e são possuidores dos meios de administração e do poder decisório: a função da burocracia é o exercício do controle, da dominação. Esse processo é predeterminado pelas necessidades do modo de produção capitalista (VIANA, 2015).

Existem diversos elementos definidores do caráter de uma determinada organização. Os principais dizem respeito aos objetivos, ao processo de tomada de decisões e aos critérios decisórios. A distinção mais geral concerne aos objetivos propostos, sendo que as outras duas se revelam em desdobramentos da primeira. Assim, as organizações podem ser distinguidas em: a) burocráticas (caracterizadas

² Acerca do caráter de classe da burocracia e sua suposta existência em sociedades classistas anteriores à capitalista, conferir (MOTTA, 1985); (TRAGTENBERG, 2006) e (WEBER, 1999). Sobre a burocracia enquanto classe social específica do capitalismo, ver (VIANA, 2012).

pela presença de um quadro dirigente, o qual exerce o poder na forma de comando e de controle sobre os dirigidos); b) autárquicas (não-burocráticas, onde inexistente a divisão entre dirigentes e dirigidos, uma vez que o processo de tomada de decisões é realizado por todos os membros da organização).

Quanto aos objetivos, num plano mais geral é possível discerni-los em objetivos gerais e específicos. Conforme exposto, no caso das organizações burocráticas o objetivo geral é a reprodução social. Já determinadas organizações autárquicas (as organizações autárquicas autônomas, ou simplesmente organizações revolucionárias) visam à transformação social. Os objetivos específicos se situam num nível mais concreto e variam de acordo com a organização, podendo ser o lucro no caso de uma empresa capitalista, a evangelização em se tratando de uma igreja ou mesmo a revolução, quando nos referimos às organizações revolucionárias (VIANA, 2016).

Contudo, cumpre ressaltar que as organizações burocráticas e autárquicas não são homogêneas, possuindo diferenças e especificidades. Elas podem ser diferenciadas a partir da sua finalidade (quais objetivos e quem os define) e da sua organização interna (relativa ao processo de tomada de decisões no seio da organização). No caso das organizações burocráticas, é possível distingui-las em autônomas e heterônomas: as organizações burocráticas autônomas definem seus próprios objetivos (gerais e específicos) e os meios de alcançá-los. Um exemplo é a empresa capitalista, que define tanto o seu objetivo fundamental (o lucro) quanto os objetivos necessários para concretizá-lo. Já as organizações burocráticas heterônomas não definem seus objetivos. Estes são determinados, em geral, por outra organização burocrática. É o caso de uma universidade estatal, cujos objetivos são predeterminados pelo estado (VIANA, 2016).

A diferenciação relativa à organização interna se relaciona com o processo de tomada de decisões no seu interior. Desta forma, em se tratando das organizações burocráticas, é possível efetuar a separação entre organizações burocráticas autocráticas e democráticas. Nas primeiras, o processo decisório se concentra na mão de um ou mais indivíduos, ou então do quadro dirigente (burocracia). Novamente damos o exemplo das empresas capitalistas, nas quais o

capitalista (coletivo ou individual) decide os objetivos e/ou nomeia quem irá decidir sobre eles (burocracia empresarial). Nas organizações burocráticas democráticas o processo de tomada de decisões é *aparentemente* realizado pela maioria. Isso implica dizer que a democracia é apenas uma forma de participação restrita no interior de uma organização burocrática: inexistente, concretamente, em qualquer organização da sociedade moderna, uma suposta separação entre burocracia e democracia. Um exemplo de organização burocrática democrática é o partido político, que organiza congressos, reuniões e eleições nas quais os militantes e filiados participam de modo restrito. Isso porque quem efetivamente decide e controla a organização é a burocracia partidária, que detém a posse dos meios de administração (VIANA, 2016).

Entretanto, estas distinções não são estáticas: na verdade há uma mescla entre elas quando analisamos a realidade concreta. Deste modo, podem existir as organizações burocráticas autocráticas autônomas e as organizações burocráticas autocráticas heterônomas. A empresa capitalista é uma organização burocrática autônoma, pois define o conjunto de seus objetivos a partir de um ou mais indivíduos ou pelo quadro dirigente por eles nomeado. Já um estado ditatorial é uma forma de organização burocrática heterônoma, uma vez que não define seus objetivos (reprodução das relações sociais e de produção capitalistas), embora o processo decisório esteja concentrado nas mãos da burocracia. Já as organizações burocráticas democráticas também podem ser autônomas ou heterônomas. Um sindicato é uma organização burocrática democrática autônoma, porque nele os sindicalizados votam e elegem a direção: contudo, é a burocracia sindical quem decide e controla os objetivos e rumos da organização. Já a universidade estatal se trata de uma organização burocrática democrática heterônoma: há a realização de eleições (proporcionais ou não), mas os objetivos gerais são predeterminados pelo aparato estatal (VIANA, 2016).

Antes de avançarmos para as distinções existentes no interior das organizações autárquicas, é preciso alertar para a existência de organizações burocráticas informais: estas podem ser confundidas com organizações não-burocráticas. As burocracias informais possuem uma estruturação burocrática incompleta, convivendo com características burocráticas e pré-burocráticas.

Contudo, já se baseia na relação entre dirigentes e dirigidos. Exemplo disso é uma tendência partidária que acaba por constituir um novo partido. Apenas quando consegue adquirir tais características ausentes (meios de administração, assalariamento, etc., dependendo do caso) é que ela se torna uma burocracia completa, ou seja, formal. Este raciocínio aponta para uma tendência geral no interior das organizações, dizendo respeito ao que pretendemos comprovar com nossa assimilação dos textos de Marx sobre os partidos políticos: elementos que evidenciam a tendência da passagem de organizações não-burocráticas para as organizações burocráticas (VIANA, 2015).

Também conhecidas como organizações não-burocráticas ou auto-organização, as organizações autárquicas são marginais na sociedade capitalista. Caracterizam-se pela inexistência da burocracia, ou seja, não possuem um quadro dirigente. Assim, não podem ser nem democráticas nem autocráticas, visto que seu processo decisório é coletivo. Do mesmo modo que as organizações burocráticas, as organizações autárquicas são perpassadas por distinções. A primeira delas também diz respeito aos objetivos. Dessa forma, temos a diferenciação entre organizações autárquicas heterônomas e autônomas. As primeiras não definem os seus objetivos e nem os meios de concretizá-los. Um exemplo desta forma organizacional pode ser encontrado nos conselhos de fábrica que são incentivados ou cooptados pelo estado ou empresas capitalistas. Neles, os trabalhadores sugerem e opinam sobre as condições de trabalho: quem decide os rumos, objetivos e os meios de alcance é a empresa ou o estado (VIANA, 2016).

Já as organizações autárquicas autônomas conseguem efetivamente definir seus objetivos (gerais e específicos), sem ingerências, vinculações e predeterminações: um exemplo é dos grupos de estudos independentes, nos quais o processo de tomada de decisões, estabelecimento dos objetivos e dos meios para alcançá-los é realizado a partir da participação de todos os membros. Ao citar o caso dos conselhos de fábrica formados por iniciativa exterior à luta operária, demonstra-se a possibilidade de transformação das organizações autárquicas autônomas em organizações autárquicas heterônomas (VIANA, 2016). Os processos revolucionários revelam a luta de classes em torno dos objetivos, finalidade e organização interna das

formas de organização burocrática e autárquica, bem como de suas manifestações específicas. Voltaremos a isso mais à frente, quando analisarmos as disputas no interior dos partidos políticos e sua crítica.

Outra distinção fundamental para a efetiva compreensão da dinâmica das organizações no capitalismo vem a ser o conteúdo político de seus objetivos, ou seja, os seus objetivos políticos. Conforme mencionado, no caso das organizações burocráticas, o objetivo político é a reprodução social. As organizações burocráticas são reprodutoras e visam realizar o controle para efetivar a dominação. O que lhes diferencia é a forma pela qual atinge seus objetivos: o conteúdo político de uma organização burocrática pode ser *progressista/reformista* ou *conservador*. Uma empresa capitalista que incentiva a formação de organizações autárquicas em seu seio, ou um estado democrático que implementa determinadas ‘reformas sociais’ possui um conteúdo político reformista/progressista. De outro lado, uma empresa capitalista ‘racionalizada’ ou um estado ditatorial são organizações burocráticas com conteúdo político conservador (VIANA, 2016).

Do que se depreende das distinções entre burocracia e autarquia, num primeiro momento é quase certo defender que as organizações autárquicas (em especial as autônomas, nas quais não há o controle de seus membros no que tange ao processo decisório, objetivos e critérios de decisão) têm como objetivo a transformação social. Contudo, mesmo no caso das organizações autárquicas autônomas, nada impede que sejam reprodutoras. Um grupo de evangelização, um grupo de pesquisa e extensão da universidade, quando autocentrados (ou seja, quando possui seus interesses, demandas e objetivos centrados em si mesmo, não almejando a transformação da sociedade) expressam o reformismo ou então o conservadorismo (VIANA, 2016).

É justamente a falta de um projeto autogestionário e a ausência da necessidade de sua generalização para a totalidade das relações sociais (abolindo a burocracia, a divisão social do trabalho e, por conseguinte, o capitalismo) que provoca tal equívoco. Confundir formas embrionárias de auto-organização com seu avanço, articulação e desdobramento (que só podem ser produto do desenvolvimento da autogestão das lutas operárias, ou seja, de novas relações

sociais e de produção antagônicas às existentes na sociedade capitalista) é produto de uma concepção equivocada, que ora fetichiza as formas de auto-organização ora vincula todas as organizações autárquicas com o projeto autogestionário. É a dinâmica da luta proletária que tende a fortalecer a passagem das organizações autárquicas autônomas para as organizações autárquicas autônomas revolucionárias: isso só pode se tornar uma possibilidade histórica tendo como objetivo a abolição total da sociedade capitalista, o que só pode ocorrer via autogestão generalizada. Iremos retomar esta argumentação na última parte de nosso trabalho.

Retomando a crítica à aparente transformação social constante nas organizações autárquicas, cabe destacar o exemplo das fábricas recuperadas. Aqui se trata de organizações autárquicas heterônomas: seus objetivos são determinados exteriormente, geralmente definidos por organizações burocráticas. Isso apenas reproduz a divisão social do trabalho e o conjunto das relações sociais capitalistas: nesta forma organizacional, os trabalhadores possuem o controle, mas não definem o que vão produzir, como produzir, a quantidade e para quem produzirão. Do mesmo modo, a totalidade das relações no seio da fábrica é predeterminada pela produção capitalista de mercadorias (VIANA, 2016).

No interior da sociedade capitalista subsistem de forma marginal as organizações autárquicas autônomas, também denominadas organizações revolucionárias. Historicamente produto da luta da classe proletária por sua emancipação, estas já assumiram o nome de conselhos, comitês, soviets (conselhos em russo), bem como travaram uma encarniçada luta contra as organizações burocráticas em torno de dois projetos de sociedade antagônicos. Nossa discussão sobre tais formas organizacionais será efetivada na última parte do trabalho.

Terminados os esclarecimentos conceituais relativos às organizações, encerramos este tópico. Na seção seguinte iremos realizar uma breve digressão acerca dos impactos do processo de burocratização das relações sociais no conjunto das formas organizacionais. Isto será feito tendo como fio condutor o desenvolvimento deste processo, cuja dinâmica Marx não analisou. Este fenômeno

será delineado no interior da discussão acerca dos regimes de acumulação, cuja sucessão marca a história do capitalismo.

Regimes de acumulação, ondas de burocratização e organizações

Antes de iniciar nossa incursão sobre o debate em torno das reflexões de Marx sobre os partidos políticos, cumpre efetivar um breve histórico acerca do capitalismo e da origem do processo de burocratização das relações sociais, o que tornou possível a emergência das organizações burocráticas, entendidas como formas organizacionais específicas da sociedade moderna. A sociedade capitalista é uma totalidade composta pelo modo de produção (conjunto de relações sociais estabelecidas para a produção e reprodução dos bens e serviços necessários à vida humana) dominante, os modos de produção subordinados e o conjunto das formas sociais (relações sociais reais, nas quais os indivíduos criam meios materiais com o propósito de reproduzir as relações de produção dominantes, criadas pelo modo de produção dominante). As relações de produção são a determinação fundamental de um modo de produção, sendo este último o gerador das formas sociais privadas e estatais (VIANA, 2016b).

O modo de produção capitalista tem como relação de produção essencial o mais-valor. Trata-se de uma relação social de exploração, na qual a classe operária ao transformar mediante o seu trabalho as matérias-primas, com o uso de máquinas e outros instrumentos produz algo novo, acrescentando valor (quantidade de trabalho humano socialmente necessário para a produção de mercadorias, o qual é medido em tempo). Neste processo produz um excedente, um *quantum* de trabalho socialmente necessário além do salário e dos custos de produção. Este excedente é apropriado pela classe capitalista, que o reinveste de modo incessante na produção, garantindo assim a reprodução ampliada do capital a qual gera sua concentração e centralização via formação dos oligopólios. Todo o conjunto do trabalho humano dispendido na produção e fora dela é remunerado, no capitalismo, através do mais-valor. As classes improdutivas têm seu salário pago através da redistribuição do mais-valor global extorquido do proletariado. A dinâmica da luta em torno do mais-valor expressa um modo específico de produzir mercadorias, o qual engendra as duas

classes fundamentais do capitalismo: a burguesia, o conjunto dos apropriadores do mais-valor e o proletariado, conjunto dos produtores de mais-valor (MARX, 1988; VIANA, 2008).

É a partir dessa relação social que emerge um conjunto de outras classes sociais, cujas formas de organização tendem majoritariamente à reprodução das relações de produção dominantes. Do mesmo modo que a história da humanidade é a sucessão de modos de produção, a história do capitalismo é a história da sucessão dos regimes de acumulação (VIANA, 2009). Os regimes de acumulação são formas relativamente estabilizadas de um processo das lutas de classes, que cristalizam uma determinada correlação de forças marcada por três aspectos fundamentais: determinada forma assumida pelo processo de valorização (relações de trabalho que regulamentam a extração de mais-valor), determinada formação estatal e uma configuração específica das relações entre os estados capitalistas (relações internacionais). Este processo invade o conjunto das relações sociais, provocando mutações culturais e ideológicas, sobretudo reforçando a mentalidade dominante calcada na competição.

A sucessão dos regimes de acumulação produz uma sociabilidade marcada pelos processos de mercantilização e burocratização das relações sociais, ao lado da competição social: trata-se de desdobramentos da expansão das relações de produção capitalistas. O modo de produção capitalista é ao mesmo tempo expansionista e universalizante: destrói antigas relações de produção ou então as coloca sob seu domínio, transformando paulatinamente tudo em mercadoria ou mercancia³. Desse modo, tudo passa a ser medido pelo seu valor de troca: dos meios de produção e consumo aos bens e serviços privados e estatais, sendo mediados pela troca comercial (VIANA, 2008; 2013; 2016c).

Ao lado da mercantilização, desenvolve-se o processo de burocratização das relações sociais, também caracterizado por ondas que se intensificam a cada

³ As mercadorias são produtos do trabalho humano produtivo caracterizadas por seus valores de uso (utilidade social) e valor de troca. No capitalismo, a utilidade social dos produtos do trabalho humana dá lugar à sua possibilidade de venda no mercado (conjunto das relações de distribuição capitalistas) As mercancias são bens culturais e serviços (portanto trabalho humano improdutivo) que são transformados em mercadoria, ou seja assumem a forma mercadoria (VIANA, 2016c).

mudança no regime de acumulação. Tal processo se origina na produção capitalista de mercadorias, mais especificamente na separação entre planejamento e execução do trabalho. A divisão social do trabalho se consolida no capitalismo, através da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, com a supervalorização deste último em detrimento do primeiro (MARX & ENGELS, 2004; VIANA, 2013).

O principal agente da burocratização das relações sociais é o estado, aparato privado do capital e mais forte organização burocrática, cuja função é garantir as condições necessárias para a acumulação de capital, bem como reproduzir as relações de produção dominantes: a intervenção estatal na produção, na sociedade civil (conjunto das formas sociais privadas e estatais) e nas demais esferas sociais se expande com a sucessão de ondas de burocratização. A expansão da divisão social do trabalho e a centralização do poder político produzem a ampliação, sistematização e intensificação do controle social por meio do aumento crescente de organizações burocráticas:

A burocratização tem duas fontes principais: a estatal e a sociedade civil (principalmente via mercantilização). Ela se intensifica cada vez mais com o desenvolvimento capitalista, criando o que podemos chamar de ondas de burocratização. Sinteticamente, podemos dizer que no capitalismo concorrencial há a consolidação, fortalecimento e formalização das burocracias estatais e empresariais (período que vai aproximadamente da revolução industrial até metade do século 19), constituindo a primeira onda de burocratização; no capitalismo oligopolista (período que vai aproximadamente de 1870 a 1945) temos a ampliação da burocracia estatal e empresarial e a emergência da burocracia civil, o que caracteriza a segunda onda de burocratização. No capitalismo oligopolista transnacional (cujo período aproximado é entre 1945 e 1980), ocorre a terceira onda de burocratização, na qual a burocracia invade novos setores da sociedade civil nos quais ainda era pouco presente e se fortalece o controle social. No capitalismo neoliberal, ocorre a quarta onda de burocratização, com o aparecimento de novas burocracias civis (ONGs, entre outras) e maior rigidez no controle social (VIANA, 2016b, p. 117).

Em conjunto com a mercantilização e a burocratização das relações sociais temos a emergência da competição social. Ela se origina devido ao caráter competitivo da produção capitalista de mercadorias, que surge da luta da dinâmica das classes fundamentais: a concorrência entre os capitalistas pelo mercado consumidor força a concorrência entre os trabalhadores no interior das empresas. Isso generaliza para o cotidiano, produzindo indivíduos altamente competitivos em busca de poder, status, ascensão social, etc. (VIANA, 2013). No entanto, cabe lembrar que a competição social, a mercantilização e a burocratização das relações

sociais não são estáticas. Em realidade, são marcadas por determinada correlação de forças no interior da luta de classes, sobretudo de suas classes fundamentais (burguesia e proletariado).

A cada sucessão dos regimes de acumulação fica evidente a dificuldade cada vez mais crescente de reprodução da sociedade capitalista: são os avanços e recuos da luta operária que efetivamente desestabilizam e põem em crise os regimes de acumulação. Isso manifesta um processo de enfrentamento constante, muitas das vezes ainda inconsciente e embrionário por parte do proletariado e demais classes sociais desprivilegiadas. É o avanço da luta concreta dos trabalhadores, em especial quando estes deixam de se submeter às relações de produção capitalistas, que permite a expressão de seus interesses históricos e forja o desenvolvimento da consciência revolucionária. Nisso, são criadas formas organizacionais novas, antagônicas àquelas fundadas na separação entre quem planeja e não executa e quem executa e não planeja os processos decisórios.

Tanto as organizações burocráticas quanto as organizações autárquicas são obra das classes sociais em luta. No caso específico dos partidos, sua definição não se restringe ao nome, seus discursos e/ou programas. Na realidade, a história da luta de classes revela que para uma apreensão correta acerca dos partidos políticos (antes e depois de seu processo de burocratização) alguns elementos fundamentais devem ser ressaltados. Dentre eles, podemos destacar: a) sua forma organizacional; b) a expressão política de interesses de classe e/ou frações de classe; c) os objetivos; d) a ideologia que fundamenta sua prática (VIANA, 2013). Neste sentido, nunca é demais recordar que as organizações devem ser entendidas a partir da análise de suas relações sociais concretas.

É nesta direção que a partir de agora apresentamos elementos extraídos da obra de Karl Marx acerca dessa organização, com base na reprodução de excertos dos textos onde ele se debruça sobre a dinâmica dos partidos políticos de seu tempo. O começo desta empreitada será cimentado a partir de sua crítica à burocracia que emerge no estado e nas empresas. Esta incursão nos apresentará elementos que servem de fio condutor, revelando sua correspondência com a denúncia dos interesses de classe defendidos pelos partidos políticos da época.

O TERMO PARTIDO NO INTERIOR DO PENSAMENTO DE MARX: CRÍTICA RADICAL E DENÚNCIA DOS INTERESSES DE CLASSE

A luta proletária surgida nos locais de produção em torno do mais-valor se alastra para o conjunto da vida social, invadindo a produção intelectual, as representações e a cultura como um todo. Desse modo, são justamente os avanços e recuos expressos no combate encarniado da classe operária pela sua libertação que fornecem as condições de possibilidade para o desenvolvimento da teoria revolucionária. O marxismo é, antes de tudo, um desdobramento do enfrentamento entre as classes fundamentais do capitalismo. Foi a emergência do proletariado, sua união enquanto classe e seus primeiros embates contra a burguesia que permitiram a reflexão teórica e, conseqüentemente, sua expressão sistematizada.

Coube a Karl Marx o posto de pioneiro deste processo. Não iremos aqui fazer um apanhado geral de suas contribuições. Visando alcançar os objetivos propostos no presente trabalho, iremos nos limitar à discussão e expor fragmentos de suas obras nas quais se reflete acerca da questão organizacional, ou seja, do partido político. Inicialmente, tal procedimento será cotejado com uma brevíssima reflexão acerca dos posicionamentos de Marx relativos ao surgimento do fenômeno burocrático, pois embora ele não tenha efetivado uma teoria da burocracia (LAPASSADE, 1977) alguns de seus escritos demonstram sua crítica a essa classe social e forma organizacional (VIANA, 2015b). Conforme dito, a burocratização e mercantilização das relações sociais (que marcam a continuidade do desenvolvimento capitalista) não ocorrem sem resistência e luta por parte do proletariado e outras classes desprivilegiadas.

Todo esse processo remete para a questão das organizações e, principalmente, para as relações sociais concretas existentes no seu interior. Em virtude do aumento e da complexificação da divisão social do trabalho no capitalismo, Marx irá perceber o surgimento da burocracia (forma organizacional e classe social) no estado e nas empresas privadas (MARX, 2013; 1988). No caso das unidades de produção, a consolidação das relações de produção capitalistas traz a necessidade do surgimento de uma classe especializada (os burocratas: ele irá usar, dentre outros termos, “dirigentes” e *managers*, do inglês gerentes) como auxiliares

dos capitalistas no interior das fábricas, responsáveis pela função de controle e supervisão da força de trabalho operária:

Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-mâitres*) durante que o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva (MARX, 1988, p. 263-264).

Assim, do mesmo modo que os diretores de uma empresa efetivam o processo de controle no interior das fábricas, também existem aqueles que realizam a mesma função no seio do estado. Em 1871 na sua análise da Comuna de Paris, Marx irá perceber que o aparato estatal é produto de uma sistemática e hierárquica divisão do trabalho, não cabendo à classe operária outra alternativa que não a sua destruição. Em todo lugar, o poder centralizado do estado deveria ser destruído, sendo substituído pelo autogoverno dos produtores. Com o aprofundamento do antagonismo entre a burguesia e o proletariado, a forma estatal surge como uma força social organizada com vistas à manutenção da escravidão assalariada, um despotismo que expressa os interesses da classe dominante (MARX, 2011).

Vinte anos antes, seu escrito acerca do processo de golpe de estado que colocou Luís Bonaparte no governo francês demonstra a necessidade do controle social por parte da burguesia através do estado moderno. A consolidação da divisão do trabalho e o desenvolvimento capitalista necessitam desta forma organizacional burocrática, constituída para salvaguardar os interesses políticos e materiais da burguesia, reprimir as classes desprivilegiadas em luta, controlá-las e reproduzir as relações de produção dominantes:

Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o Poder Executivo controla um exército de funcionários que conta com mais de meio milhão de indivíduos e portanto mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde, através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitos adquire uma ubiquidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade

que só encontram paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do corpo social (...) é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os *interesses materiais* da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob a forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários. Por outro lado, seus *interesses políticos* forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente (MARX, 1978, p. 357-358).

A crítica de Marx à burocracia estatal e empresarial nascentes evidencia uma recusa de organizações cuja dinâmica se baseia na reprodução da divisão social do trabalho e tem como objetivo a reprodução social. Tal crítica seria estendida aos partidos políticos de seu tempo, especialmente ao analisar os interesses de classe e relação com o estado. Cumpre ressaltar que o contexto histórico onde Marx efetivou sua prática política, (ou seja, a correlação de forças das lutas de classes onde efetua suas produções intelectuais) data da segunda metade do século XIX, período no qual as relações de produção capitalistas estão se consolidando ao redor do globo. Nesse sentido, ele escreve e milita no início do processo de burocratização do movimento socialista, que ocorre nos seus últimos anos de vida. Marx testemunha e intervém se posicionando contrário à sua gradual burocratização (embora não use este termo): é a segunda onda de burocratização que dá origem aos partidos políticos modernos.

A consolidação das organizações burocráticas (instituições burguesas) e o fortalecimento do movimento operário (cujas primeiras formas organizacionais não se fundam na separação entre dirigentes e dirigidos: ou seja, são organizações autárquicas) foram pré-requisitos para o surgimento dos partidos políticos na Europa Ocidental, território no qual o capitalismo surge a partir da vitória das revoluções burguesas contra a sociedade feudal. A burguesia revolucionária criava um mundo à sua imagem e semelhança, superando os resquícios do feudalismo. Ao mesmo tempo, forjava e travava os primeiros embates contra seu inimigo mais encarniçado: o proletariado.

As condições de superexploração via extração de mais-valor absoluto forçam a busca da classe proletária em se autonomizar, através da defesa de seus interesses de classe com a criação de suas próprias formas organizacionais:

Em 1871, a autonomização do proletariado adquiriu seu ápice, ensaiando a primeira revolução proletária. Trata-se da experiência heroica da Comuna de Paris, onde a autogestão social tornou-se realidade e foi quando se esboçou os primeiros conselhos operários. A feroz e violenta repressão burguesa abateu-se sobre os operários parisienses e o sangue tomou as ruas, em substituição às barricadas. A burguesia aprendeu muito com a Comuna de Paris e passou a buscar a controlar a classe operária não só através da repressão e da ideologia, mas também de instituições sociais que “enquadrassem” a classe operária. (...) A nova formação estatal recuava diante do proletariado, fazia concessões, mas simultaneamente buscava retirar a eficácia delas e criar mecanismos de integração desta classe no seu processo de reprodução (VIANA, 2013, p. 34-35).

Assim, nos países da América e da África, a hegemonia do modo de produção capitalista se estende com o desenvolvimento de modos de produção subordinados (escravismo colonial). Ao mesmo tempo, na Europa Ocidental as lutas entre as classes fundamentais do capitalismo ganham contornos cada vez mais radicais. Exemplo disso é a proliferação de revoluções burguesas e consolidação dos estados nacionais, ao lado da luta operária contra a exploração. A conquista da diminuição da jornada de trabalho, somada à feroz repressão e esmagamento da Comuna de Paris marcam a passagem para o regime de acumulação intensivo. Este se caracteriza pela necessidade da classe capitalista no aumento de extração de mais-valor relativo, fundado na intensificação da capacidade produtiva do trabalho via sua organização segundo os moldes tayloristas: ademais, emerge o Estado Liberal-Democrático, que irá regularizar a democracia partidária. É neste contexto que foram postas as condições de possibilidade para a constituição dos partidos políticos como os conhecemos na contemporaneidade.

Por conseguinte, na Alemanha, devido às especificidades do modo de produção capitalista, até o período de 1860 temos a vigência da democracia censitária, que permitia o voto apenas para pessoas do sexo masculino e que fossem pertencentes às classes privilegiadas. Nesta época o termo partido estava vinculado à tomada de posição de determinado coletivo político com afinidades em torno de determinadas ideias, concepções e interesses frente às relações reais entre as classes sociais em enfrentamento, numa palavra em *causa política* (ALMEIDA, 2017).

É com a passagem para a democracia partidária⁴, (produto de lutas sociais e manifestação da segunda onda de burocratização), na qual a participação de indivíduos das classes desprivilegiadas nas eleições foi estendida que temos o surgimento dos partidos políticos modernos. Estes são constituídos enquanto organizações burocráticas e têm como interesse (via eleitoral ou insurrecional) a conquista do poder estatal. Por conseguinte, antes desta transição e guardadas as especificidades do desenvolvimento capitalista em cada país, na Europa Ocidental a maioria dos coletivos que dariam origem aos partidos burgueses e socialdemocratas já possuía uma burocracia informal. Em consequência dessa forma organizacional, expressavam uma perspectiva vinculada à manutenção da sociedade capitalista.

Em resposta à universalização do modo de produção capitalista o proletariado cria suas associações. Cumpre ressaltar que neste momento histórico temos a constituição do movimento operário, cuja dinâmica e composição eram marcadas por diversas orientações políticas. A fundação da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores ou I Internacional) em 1864 numa reunião pública na cidade de Londres, expressava a disputa em torno da hegemonia no seio da primeira organização criada com base na luta do proletariado⁵. O seu caráter autárquico é evidenciado, na medida em que

A I Internacional apresentou uma diversificação de seções e atendia às peculiaridades nacionais, regionais e locais, em consonância com o **enunciado de Marx: “A finalidade da Associação Internacional dos Trabalhadores é de combinar, generalizar e dar uniformidade aos movimentos espontâneos da classe operária, mas não dirigi-la ou impor, não importa, qualquer sistema doutrinário”** (*Manifesto da AIT aos trabalhadores*). Razão pela qual coexistiam, no seio da mesma, modelos

⁴ Usamos o termo partidária ao invés de liberal-democrática, pois é nesse regime de acumulação que a representação passa a ser atribuída aos partidos políticos (VIANA, 2015b).

⁵ Com a repressão brutal à Comuna de Paris e ao conjunto do movimento operário, a AIT é extinta no ano de 1876. Treze anos depois é fundada na França a II Internacional: surgida inicialmente como uma federação de partidos social-democratas autônomos, baseava-se num pluralismo de concepções e a partir das especificidades nacionais. Contudo, esta dinâmica permitiu com que tal organização fosse progressivamente hegemonizada pelo SPD (Partido Social-Democrata) Alemão, cujo modelo organizativo fundado na divisão entre dirigentes e dirigidos se torna a referência para todos os demais partidos (TRAGTENBERG, 1986). Ademais, os objetivos políticos passavam pelo abandono da luta revolucionária do proletariado em detrimento da aceitação da legalidade burguesa, crescimento eleitoral e ingresso no parlamento, com o objetivo de conseguir reformas e colaborar para a manutenção da sociedade capitalista. A formação, consolidação e posterior declínio da II Internacional evidencia como o processo de burocratização dos partidos políticos operários retirou o caráter revolucionário desta organização, a qual passa a se estruturar da mesma forma que as organizações capitalistas.

diversos de associações operárias (TRAGTENBERG,1986, p. 22-23, grifos nossos).

Em Marx, é possível perceber a crítica tanto às organizações anteriores (não completamente burocratizadas, sendo que no caso dos partidos operários o nome partido era usado no sentido já aludido, portanto expressando uma oposição de objetivos e projetos de sociedade no seio desta forma organizacional) quanto aos nascentes partidos políticos modernos podem ser encontrados ao longo de sua trajetória intelectual. Para efeitos didáticos, os excertos de sua obra e o roteiro de nossa exposição se darão da seguinte forma: a) crítica dos partidos burgueses; b) crítica da socialdemocracia nascente na França e na Alemanha (nesta última já temos a manifestação incipiente da burocratização, via surgimento dos primeiros partidos políticos modernos, ou seja, no fim da vida de Marx); c) concepção da relação dos comunistas com os demais partidos da época e o movimento operário, na forma de defesa das associações operárias. Tal procedimento tende a reforçar nossa tese: a crítica feita por Marx aos partidos fornece contribuições para o entendimento da passagem destas organizações de autárquicas para burocráticas, transformando de modo irreversível sua organização interna, interesses e objetivos.

Embora Marx não tenha elaborado uma teoria acerca dos partidos políticos, consideramos que desde os seus primeiros escritos está presente uma perspectiva crítica e radical desta forma organizacional. É o que pode se depreender do fragmento do artigo "Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano", escrito em agosto de 1844. Num momento de sua discussão acerca da revolta dos trabalhadores da província alemã da Silésia e as medidas tomadas pelo estado a serviço da burguesia, Marx retoma as ações parlamentares sobre o pauperismo na Inglaterra e fundamenta sua crítica aos dois maiores partidos ingleses da época, o Tory (partido conservador que reunia a aristocracia britânica) e o Whig (que arregimentava os liberais):

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é uma responsabilidade da política, o Whig considera o Tory e o Tory considera o Whig a causa do pauperismo. Segundo o Whig, o monopólio da grande propriedade fundiária e a legislação protecionista contra a importação de cereais são a fonte principal do pauperismo. Segundo o Tory, todo o mal reside no liberalismo, na concorrência, no exagerado desenvolvimento industrial. **Nenhum dos partidos encontra a causa na política em geral; ao contrário, cada um deles a encontra na política do partido adversário;**

porém ambos os partidos sequer sonham com uma reforma da sociedade (MARX, 2010, p. 48, grifos nossos).

Neste mesmo texto, temos outra amostra de como os partidos burgueses da época se digladiavam em torno de distintas concepções de estado, a ser implementadas pelo vencedor da disputa pelo poder estatal. Ao constatar que as ações do parlamento inglês contra o pauperismo se traduziam em decisões administrativas de cunho assistencialista, não atingindo a essência do estado e da sociedade capitalista, Marx percebe o reforço realizado pelos partidos na luta pela conquista e manutenção do aparato estatal, o que desviava as atenções para a luta fundamental contra o capitalismo, “a vida desumanizada” (MARX, 2010). Em suas palavras, temos que,

Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma ou outra forma de Estado (MARX, 2010, p. 58-59, grifos nossos).

Escrita no começo dos anos 50 do século retrasado, O 18 Brumário de Luís Bonaparte é um trabalho onde Marx oferece valiosas contribuições à análise da dinâmica político-institucional no capitalismo. Na obra, composta pela reunião dos textos relativos ao processo que culminou no golpe de estado, é possível extrair que todas as disputas no seio da política burguesa são expressão das lutas entre as classes sociais auxiliares da classe dominante e suas respectivas frações de classe. Aqui, Marx consegue demonstrar os reais interesses da classe dominante e suas auxiliares, ao partir das relações sociais concretas para analisar as disputas pela conquista/manutenção do poder no seio dos partidos políticos. Também reforça a necessidade de destruição da máquina estatal e da urgência da classe operária em se organizar de modo independente e contrário ao das organizações cujo objetivo é conquistar e manter o poder de estado.

Ademais, nossa interpretação de Marx desta obra remete a contradição existente entre a imagem que os partidos possuem de si e as efetivas ações de seus dirigentes: estes tendem a dissimular seus reais interesses (poder, *status*, condição de classe auxiliar da burguesia), ao mesmo tempo em que afirmam interesses falsos, como a defesa de falsos interesses, os quais escamoteiam as relações de produção capitalistas. O objetivo comum é o mesmo: garantir as condições necessárias para a

acumulação de capital e a reprodução das relações sociais dominantes. Ao analisar a disputa entre os orleanistas e os legitimistas (os dois mais expressivos partidos da burguesia francesa, chamados por Marx de duas facções do partido da ordem, que congregava as distintas tendências monarquistas em disputa pelo poder estatal) ele assim se posiciona:

Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época. (...) O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real – quem o nega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. Embora orleanistas e legitimistas, embora cada facção se esforçasse por convencer-se e convencer os outros de que o que as separava era sua lealdade às duas casas reais, os fatos provaram mais tarde que o que impedia a união de ambas era mais a divergência de seus interesses. **E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade (MARX, 1978, p. 348-349, grifos nossos).**

Ainda em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* é possível extrair suas primeiras críticas à social-democracia francesa, surgida em 1849. Na França, a gênese deste partido consistiu numa aliança entre frações da pequena burguesia e da classe operária, visando combater as coalizões dos partidos burgueses. Em virtude de perceber seus interesses de classe ameaçados, a partir da possibilidade de um golpe de estado que viesse a colocar por terra as garantias democráticas das revoluções burguesas de 1848, a pequena burguesia francesa ao mesmo tempo reconquistava prestígio no interior do estado, através de sua facção parlamentar conhecida como A Montanha. O partido social-democrata emerge a partir de uma grande política de colaboração de classe:

Foi elaborado um programa comum, organizados comitês eleitorais comuns e lançados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a firma puramente política das

reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a *social-democracia*. A nova Montanha, resultado dessa combinação, continha, além de alguns figurantes retirados da classe operária e de alguns socialistas sectários, os mesmo elementos da velha Montanha, mas mais fortes numericamente. Em verdade, ela tinha se modificado no curso de seu desenvolvimento, com a classe que representava. **O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar este objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia** (MARX, 1978, p. 350, grifos nossos).

A crítica efetivada por Marx à social-democracia alemã é produzida já no contexto de início da burocratização dos partidos políticos. Na Alemanha, a partir do fim da AIT a influência das concepções de Ferdinand Lassalle torna-se hegemônica. Nascido em 1825 e falecido em 1864, Lassalle foi um jurista e filósofo hegeliano. Suas ideias exerceram forte influência no movimento socialista alemão, em especial na segunda metade do século 19. As teses por ele elaboradas iam ao encontro do chamado “socialismo de estado” da época. Elas tiveram ressonância e reuniram diversos partidários, conhecidos como lassallianos.

Os lassallianos possuíam expressão política nas cidades de Leipzig e Berlim, além de participarem da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Lassalle entendia que o aparato estatal se configurava como uma instituição acima das relações de classe: como algo que pairava sobre a sociedade. Desse modo, o estado se convertia num instrumento metafísico, indispensável na busca da justiça e da realização do socialismo. Sua concepção de socialismo passava pela conquista do estado capitalista, através de medidas reformistas e ingresso no parlamento; tudo isso respeitando a legalidade burguesa, as organizações burocráticas e copiando sua forma organizacional (ALMEIDA, 2017).

No ano de 1863, Lassalle e seus partidários fundam a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, uma organização que já buscava possuir um caráter de partido político moderno. A Associação Geral dos Trabalhadores era uma das maiores organizações burocráticas informais do movimento socialista alemão de então. Ela se manteve atuante até 1875: no mesmo ano, no Congresso realizado na cidade de Gotha, ela se unifica com o outro grande partido deste país, o Partido Social-

Democrata dos Trabalhadores. Este último havia sido fundado por August Bebel e Wilhelm Liebknecht, em Eisenach, no ano de 1869. Deste processo surge o Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha, o SAPD, o qual em 1890 muda de nome e programa, passando a se chamar Partido Social-Democrata Alemão, ou simplesmente SPD. Marx participou muito pouco do recém-fundado SAPD: apoiava-o de modo restrito, exercendo muito mais um papel de crítico das concepções problemáticas e não-proletárias que aos poucos se tornaram hegemonia dentro do partido (ALMEIDA, 2017).

A crítica de Marx à social-democracia alemã⁶ pode ser mais bem observada na carta intitulada *O Manifesto dos Três de Zurique*, escrita em 1879. Neste material, uma circular dirigida aos principais dirigentes do partido social-democrata alemão, Marx se insurge contra o conteúdo do texto “Retrospectivas do movimento socialista na Alemanha”, produzido por três representantes deste partido: Karl Höchberg, Eduard Bernstein e Karl August Schramm, membros da comissão do SPD em Zurique. Marx efetiva uma impiedosa denúncia do caráter não-proletário e pequeno-burguês deste documento, que sintetizava as posições lassallistas nesta organização. Segundo Marx, o socialismo pretendido por Lassalle e seus correligionários foi concebido como um movimento democrático-burguês e filantrópico (MARX, 2014).

Em decorrência disso, é possível perceber o progressivo abandono da perspectiva proletária e revolucionária. A postura reformista e burguesa é visível no documento, que aponta para a incapacidade de autoemancipação do proletariado: ele deve confiar tal tarefa aos intelectuais e dirigentes do partido, numa união com os membros das classes privilegiadas à custa de uma postura autodeterminada e em antagonismo às relações de produção capitalistas. Podemos destacar os seguintes eixos da crítica, os quais estão intimamente relacionados: a) o caráter de classe não-proletário da socialdemocracia; b) discussão sobre a relação entre intelectuais e

⁶ Uma crítica de Marx mais dirigida às concepções estatistas e burguesas da social-democracia pode ser também conferida na Crítica ao Programa de Gotha. Além disso, há a seção III do Manifesto Comunista, intitulada Literatura Socialista e Comunista, onde Marx se dedica a criticar as concepções socialistas vigentes na Europa, as quais apresentavam um caráter de classe não-proletário, não apontando para a necessidade de transformação revolucionária da sociedade capitalista (MARX & ENGELS, 2001).

elementos de cultura, visando expressar a perspectiva do proletariado; c) retomada da ênfase na luta de classes, com o objetivo da autoemancipação proletária. Neste último tópico, Marx refuta de modo antecipado e “profético” o kautskismo-leninismo, fundado na ideologia do partido de vanguarda.

Antes de iniciar nossa análise, surge a necessidade de explicar o porquê do uso do termo acima (kautskismo-leninismo). Abriremos um parêntese histórico visando explicitar a deformação operada pelos dois principais ideólogos da burocracia às contribuições fornecidas por Marx, o primeiro teórico revolucionário de nosso tempo. Usamos a referida expressão para delimitar uma divergência de perspectiva: isso aponta para valores, sentimentos, interesses e mentalidade antagônicos, bem como para projetos de sociedade inconciliáveis. Para tanto, delinaremos de forma brevíssima os postulados ideológicos de Lênin e Kautsky.

A concepção de partido originalmente elaborada por Karl Kautsky, principal representante do centro da Social-Democracia alemã e desenvolvida por Lênin, maior ideólogo e dirigente do bolchevismo, na obra *Que Fazer?*, escrita em 1902 possui três fundamentos essenciais: a) a classe operária é incapaz de aceder à consciência revolucionária, limitando-se a uma consciência sindical; b) a ideologia da vanguarda; c) o centralismo democrático (LÊNIN, 1978; MAIA, 2010; GUILLERM e BOURDET, 1976). Tais teses são complementares e se reforçam mutuamente, não podendo ser entendidas em separado: a práxis do partido socialdemocrata alemão e do partido bolchevique na Rússia (após a vitória das teses de Lênin no II Congresso do POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo) se deram tendo como fundamentos estes princípios.

A incapacidade do desenvolvimento da consciência revolucionária no proletariado se fundamenta no pressuposto segundo o qual a classe operária por sua própria conta alcançaria no máximo uma consciência *trade-unionista*. Ou seja, os operários até conseguiriam ter clareza e noção de sua exploração cotidiana nos locais de produção, mas jamais conseguiriam se autoemancipar. De acordo com Kautsky e Lênin, era inteiramente falso o pressuposto de que a consciência socialista do proletariado poderia se desenvolver em seu processo de auto-organização.

O complemento desta pretensa incapacidade de auto-organização da classe proletária é a ideologia da vanguarda. Segundo esta ideologia⁷ (criada por Kautsky e aprimorada por Lênin) os intelectuais burgueses seriam portadores da ciência socialista: Kautsky e Lênin entendiam que o socialismo e a luta de classes tinham pontos de partida distintos. Caberia aos intelectuais organizados num partido, a partir de uma disciplina férrea a tarefa de “comunicar” e “introduzir” aos operários os postulados do socialismo científico, com vistas à conquista do poder estatal. Segundo Lênin, tal organização deveria ser composta por “revolucionários profissionais” (LÊNIN, 1978).

Já o centralismo democrático é um termo cunhado por Lênin a partir de um raciocínio exposto por Kautsky. Alain Guillerme e Yvon Bourdet explicam de forma pormenorizada o modo pelo qual o líder bolchevique se apropriou da assertiva do dirigente mais destacado da social-democracia alemã, evidenciando mais este aspecto de continuidade e desenvolvimento das teses kautskistas por parte do ideólogo da burocracia radicalizada bolchevique:

Mas foi ainda a Karl Kautsky que Lênin tomou de empréstimo não a expressão “centralismo democrático”, mas a teoria que a fundamenta, e cujo tema principal consistiu em que “democracia não é anarquia” [esta expressão aparece no artigo *Eleitorado e Partido*, escrito por Kautsky e publicado em 1904, no número 28 da Revista *Neue Zeit*, órgão de imprensa da social-democracia alemã; Lênin cita tal passagem no texto *Um passo em frente, dois passos atrás* – RV]. Kautsky contestou, com efeito, às seções locais o direito de escolher candidatos nas eleições legislativas nacionais; pois, assim fazendo, uma minoria impor a sua vontade à totalidade do partido. Semelhante autonomia local não seria democrática, já que a democracia está fundada na lei da maioria. Como se vê, o argumento é bastante sutil, e mesmo cauteloso, pois justifica a criação de candidatos (eventualmente “paraquedistas”) pelo Comitê Central. Kautsky pretende reconhecer que semelhante forma de designação tem qualquer coisa de “burocrática” e não respeita o princípio democrático, o qual exige “que toda atividade política se exerça, por iniciativa das massas, da base para a cúpula”; mas a designação de deputados lhe parecia uma coisa importante para o conjunto do partido, que não pode estar confiado a uma seção local. Decerto, a solução consistiria em fazer com que os candidatos fossem

⁷ A ideologia é uma forma sistematizada de falsa consciência, uma inversão da realidade. Seu surgimento está diretamente relacionado com a emergência da divisão social do trabalho e das sociedades de classes. O aparecimento destas últimas constitui modos de vida e interesses antagônicos no seu interior: assim, a classe dominante necessita da produção de formas de pensamento complexo que expresse os seus interesses num determinado momento históricos, apresentando-os como universais, ou seja, válidos e correspondentes a todas as classes sociais. Os primeiros ideólogos foram os padres. Com a consolidação do capitalismo, os intelectuais se tornam os especialistas na produção e reprodução de ideologias. Marx divide-os em ideólogos ativos (os produtores das ideologias) e passivos, seus meros reprodutores (MARX & ENGELS, 2004).

eleitos por voto direto por todos os membros do partido; mas como, por motivos técnicos, tal operação lhe parecesse impraticável, “é inútil queixar-se de falta de democratismo”. Considerando-se que as escolhas dos candidatos são feitas por dirigentes eleitos pela maioria, essas decisões seriam democráticas. A teoria de Kautsky é bem acolhida por Lênin; ela lhe permite pretender um centro autoritário de decisão pode existir sem questionar a democracia e, mais ainda, preservando a democracia de sua perversão anárquica. Mas, a partir daí, não se vê bem qual seja, ao menos no intervalo dos congressos, o limite da autoridade do centro de decisão (GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 73-74).

As consequências trágicas e inevitáveis do centralismo burocrático de Lênin se manifestaram com toda a sua nitidez após o processo de contrarrevolução burocrática⁸ na Rússia. Com a vitória dos bolcheviques e o esmagamento dos soviets, esta tática foi erigida em princípio organizativo da III Internacional, criada em março de 1919 pelo PCUS (Partido Comunista da União Soviética) no II Congresso do *Comintern*. Nesta ocasião, temos o processo de bolchevização dos partidos comunistas: as diretrizes emanadas por Moscou deveriam ser seguidas à risca por todos os partidos existentes na organização, independente da correlação de forças e da especificidade da luta de classes em cada território. Lênin redigiu e supervisionou todo o processo de elaboração das 21 condições de adesão à III Internacional, onde se lê, na décima segunda destas:

Os partidos filiados à Internacional Comunista devem ser organizados segundo o princípio do centralismo democrático. No atual período de guerra civil encarniçada, **um Partido Comunista só poderá cumprir seu dever se for organizado da maneira mais centralizada possível, se nele predominar uma disciplina férrea que beire a militar e se seu órgão central gozar de forte autoridade, de amplos poderes e da confiança unânime da militância** (*apud* RODRIGUES, 1976, p. 30, grifos nossos).

Por último, é certo que o kautskismo-leninismo cristaliza a relação fundamental no interior de uma organização burocrática: a cisão entre dirigentes e dirigidos. Este tipo de relação tem por fundamento a separação entre quem planeja e não executa determinada atividade e quem simplesmente executa e não planeja determinada atividade. Há uma predeterminação no que tange tanto aos meios como aos fins, no caso do processo de luta revolucionária. A divisão social do trabalho é um dos princípios da práxis dos partidos socialdemocrata e bolchevique. Lênin radicaliza e leva às últimas consequências os estratagemas kautskistas, culminando com a

⁸ Existe uma ampla bibliografia a respeito do golpe de estado que culminou com a vitória da contrarrevolução e a instauração do capitalismo de estado na ex-URSS. A este respeito, indicamos como introdução os trabalhos de (TRAGTENBERG, 1988); (PANNEKOEK, 2007; 2010); (GOMBIM, 1972) e (BRINTON, 1975).

elaboração de uma gigantesca organização burocrática internacional, submetida ao centralismo democrático. Na III Internacional temos a consolidação de um conjunto de organizações partidárias cujo interesse não passa mais pela transformação da sociedade capitalista e sim pela defesa de uma variante desta: o capitalismo estatal.

Ademais, a ideologia do partido de vanguarda é antimarxista. Ela se baseia na ruptura com um dos postulados básicos da teoria da consciência elaborada por Marx: a unidade entre ser e consciência. A consciência só pode ser o ser consciente. Quem é o ser consciente? Ora, a resposta é o ser social, seu processo real e histórico de vida. O segundo ponto é negar que o proletariado (o qual devido à posição ocupada nas relações de produção capitalistas está preso em cadeias radicais; quando esta situação é posta em xeque o proletariado manifesta sua potencialidade revolucionária, sendo que sua autoemancipação significa a libertação da humanidade inteira) em seu processo de luta cria formas organizacionais que combatem as relações de produção burguesas e simultaneamente são o embrião de novas e superiores relações sociais. Ao relegar para a burocracia aquartelada no partido político sua luta pela autoemancipação, temos o elogio da alienação: assim, a luta proletária é controlada por outra classe social, a burocracia partidária, havendo a fixação de meios e fins antagônicos à necessidade de constituição de novas formas organizacionais, as quais rompem com a relação entre dirigentes e dirigidos, fundamento da organização burocrática.

Numa palavra, a ideologia da vanguarda não concebe a classe operária de outra forma que não empiricamente, ou seja, determinada: sua concepção de tomada do poder cristaliza o proletariado como uma classe condenada a se submeter às relações de produção burguesas. Neste sentido, a divisão do trabalho entre dirigentes e dirigidos se consolida após o processo de tomada do poder de estado: no caso russo, a nascente burguesia estatal tratou logo de estatizar, domesticar e impor seu domínio aos soviets, organizações autárquicas revolucionárias produzidas pelos operários e soldados. A nomeação dos antigos burgueses como técnicos e assessores nas fábricas, a implantação do taylorismo e da militarização do trabalho, bem como o esmagamento das revoltas de Kronstadt e da Ucrânia, além da proibição de oposições dentro e fora do partido evidenciam o que o jovem Trotsky (à

época antibolchevique e que após o golpe de estado que consolida a contrarrevolução burocrática torna-se comandante do exército vermelho) nomeou como tese do substitucionismo: na luta de classes, a classe operária é substituída pelo partido e sua organização; no interior desta, a tomada de decisões é efetivada pelo comitê central; por último, dentro do comitê central o monopólio do processo decisório é do secretário geral, convertido num ditador único. A ideologia da vanguarda e o centralismo democrático substituem a lógica do movimento da classe proletária pela lógica burocrática do partido político (TROTSKY, s/d).

Fechados os parênteses de natureza histórica e de perspectiva de classe, voltemos ao mote de nosso trabalho. No que tange ao primeiro e segundo tópicos (caráter de classe não-proletário da socialdemocracia; relação entre intelectuais e elementos culturais) Marx observa que os redatores do documento partidário defendem a necessidade de disputar eleições, integrando-se à lógica da democracia burguesa. Tal processo seria realizado numa união com membros das classes privilegiadas, em detrimento de uma “unilateralidade” (o que remete à recusa da luta operária por sua autonomização, expressando seus interesses de classe imediatos e históricos). A partir disso, com a propaganda e ingresso ao partido de membros que não partissem da perspectiva revolucionária e nem fossem oriundos das classes desprivilegiadas, conseguir-se-iam “sucessos tangíveis”.

Assim, a necessidade de aproximação ao proletariado é substituída pela urgência numa enérgica propaganda junto das “camadas superiores da sociedade”: isso porque o partido não tinha muita representação no *Reichstag*, o parlamento alemão. Ademais, os Três de Zurique defendem que os artesãos e operários não reúnem os requisitos para tal missão: não seriam suficientemente capazes de defender as posições então levantadas pela direção do SPD. O que se tem é a busca por uma concepção que agregue “todos os homens imbuídos de verdadeiro amor pelos homens”, através do desembaraço das grosseiras paixões proletárias: sob a direção de burgueses cultos e praticantes da filantropia, os dirigentes do partido aprenderiam o “bom tom” e cultivariam o “bom gosto”. As “maneiras maltrapilhas” dos antigos dirigentes da organização dariam lugar às muito “honradas e respeitáveis” maneiras burguesas.

Marx percebe que os membros do partido que efetivam tal defesa são eles mesmos ocupantes de altos cargos. Tal postura (no mínimo contraditória) dos dirigentes seria incompatível com a existência de um partido operário. Desse modo, caso haja a manutenção de seus dirigentes no postos de comando e em aliança com as classes privilegiadas, o partido estaria traindo a si mesmo. Marx assevera que na realidade tais dirigentes estão travando uma luta no interior do partido, visando combater o caráter proletário da organização. Nesse ponto é possível perceber uma crítica à necessidade de um grupo dirigente, exterior à própria luta proletária. A história do movimento operário é marcada pela dinâmica do desenvolvimento de seu processo de auto-organização, solo no qual brotam simultaneamente formas organizacionais que combatem as relações de produção burguesas e prefiguram a sociedade autogerida. Neste sentido, Marx identifica que para os representantes de Zurique,

Em suma, a classe operária é incapaz, por si própria, de se libertar. Para isso tem de se pôr sob a direção de burgueses “cultos e possidentes” que, só eles, têm “oportunidade e tempo” para se familiarizarem com o que aproveita aos operários. E, em segundo lugar, guardemo-nos de combater a burguesia, mas tratemos de ganhá-la — através de enérgica propaganda. Se, porém, se quer ganhar as camadas superiores da sociedade ou simplesmente os seus elementos bem intencionados, devemos nos resguardar para não assustá-los (MARX, 2014, p. 223, grifos nossos).

A recusa do caráter proletário da organização se explicita ainda mais quando se afirma que o partido deve tomar o caminho da legalidade, ou seja, das reformas. Agora, a luta pela revolução (tida como “sangrenta”) não faria mais parte do rol de inclinações do partido, que deve concentrar suas forças no aumento do eleitorado. Esse conjunto de medidas, como Marx bem percebe, tem por finalidade anular a luta de classes contra a burguesia. Dessa forma, “todos os homens independentes” iriam caminhar ao lado do proletariado, sem temer mal algum: na realidade, o verdadeiro prejudicado com essa política de colaboração de classes é a própria classe proletária. O caráter não-proletário do novo programa é evidente, expressando interesses de classe antagônicos aos da classe revolucionária:

São os representantes da pequena burguesia que se anunciam, cheios de medo de que o proletariado, compelido pela sua situação revolucionária, possa “ir demasiado longe”. **Ao invés de oposição política decidida – mediação geral; ao invés de luta contra o governo e a burguesia – a tentativa de ganhá-los e de persuadi-los; ao invés de resistência obstinada contra os maus tratos de cima – submissão humilde e admissão de que se tinha merecido o castigo. Todos os conflitos historicamente necessários**

são interpretados de forma deturpada como mal-entendidos e toda a discussão termina com o protesto: afinal, no fundamental, estamos todos unidos. As pessoas que (...) apareceram como democratas burgueses, podem agora do mesmo modo chamar-se a si próprias socialdemocratas. Tal como, para elas, a derrocada do capitalismo é algo para um futuro inalcançável e não tem, portanto, absolutamente nenhuma significação para a prática política do presente. É possível mediar, fazer compromissos, praticar a filantropia, o quanto quiser. É o mesmo para a luta de classes entre proletariado e burguesia. É reconhecida no papel, porque já não se pode negá-la. Na prática, porém, é mascarada, apagada, amortecida (MARX, 2014, p. 226, grifos nossos).

A relação entre intelectuais e luta cultural é efetivada por Marx a partir de dois pressupostos. Em primeiro lugar, se os intelectuais quiserem realmente ser úteis ao movimento proletário, devem juntar-se a ele e trazer-lhe elementos de cultura reais. Aqui ele desfere seu arsenal crítico-revolucionário aos dirigentes socialdemocratas, recém-convertidos defensores dos burgueses da Alemanha. Em especial aos redatores dos jornais reformistas (*Die Zukunft* [O Futuro] e *Die Neue Gessellschaft* [A Nova Sociedade], respectivamente) que tentavam impor sua linha política ao partido. Com relação ao conteúdo das publicações destes periódicos, a atualidade da denúncia efetivada por Marx revela uma análise que parece ter sido feita no começo do século XXI:

Há lá uma falta absoluta de material de cultura real, efetivo ou teórico. Ao invés disso, realizam tentativas para pôr o pensamento socialista superficialmente apropriado em consonância com os pontos de vista teóricos mais diversos que os senhores trouxeram consigo da Universidade ou de qualquer outro lugar e sendo que um é ainda mais confuso do que o outro, graças ao processo de putrefação em que se encontram os restos da filosofia alemã nos dias de hoje. Ao invés de, para começar, estudarem eles próprios fundamentadamente a nova ciência, cada um prefere aproximá-la dos pontos de vista que trouxeram consigo, fazer dela uma ciência privada própria sem nenhuma hesitação e aparece mesmo com a pretensão de a querer ensinar. Por isso, entre estes senhores existem tantos pontos de vista quanto número de cabeças; ao invés de trazerem clareza seja lá ao que for, apenas estabeleceram uma grave confusão – felizmente, quase só conhecida entre eles próprios. O partido pode muito bem passar sem semelhantes elementos de cultura, cujo primeiro princípio é ensinar o que ainda não aprenderam (MARX, 2014, p. 227-228, grifos nossos).

O segundo momento da crítica desferida por Marx ao debate entre intelectuais e os elementos de cultura que podem fornecer ao movimento operário se relaciona com o compromisso com a verdade. Se indivíduos de outras classes (Marx é um exemplo do que elenca) se aliam ao proletariado, devem libertar-se de todos os preconceitos burgueses e pequeno-burgueses. Nesse sentido, precisam se apropriar de modo franco e honesto da perspectiva proletária. Ele percebe nos Três

de Zurique a total hegemonia da mentalidade e consciência burguesas, dominados que estão por representações que expressam a perspectiva da classe dominante. Estes militantes podem até (em alguma medida) ser tolerados: contudo, não se deve permitir-lhes influenciar sobre os rumos do partido. De outro modo, a ruptura torna-se inevitável.

Por fim, a recusa desta política contrarrevolucionária é coroada com o resgate da determinação fundamental da luta de classes proletária: a necessidade de constituir formas de auto-organização tendo como base um projeto revolucionário de sociedade, que solape o conjunto das relações sociais burguesas e inaugure enfim a história da humanidade,

No que nos diz respeito, com todo o nosso passado, só nos resta um caminho a seguir. Há quase 40 anos colocamos em primeiro plano a luta de classes como motor da história e, especialmente, a luta de classes entre burguesia e proletariado, como a grande alavanca da revolução social moderna. É-nos impossível, portanto, caminharmos junto com pessoas que querem suprimir esta luta de classes do movimento. **Quando fundamos a Internacional formulamos em termos claros seu grito de guerra: “a libertação da classe operária será obra da própria classe operária”. Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatro cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que só a partir de cima eles podem ser libertados, pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses** (MARX, 2014, p. 229, grifos nossos).

O último elemento de nossa análise acerca das considerações relativas à dinâmica dos partidos políticos em Marx diz respeito às relações entre os comunistas e o movimento operário, com a consequente defesa da associação. Com relação ao primeiro tema, cumpre recordar que ao entrarem na Liga dos Justos, em fins de 1847, Marx e Engels se depararam com uma organização autárquica que ainda não tinha um programa teórico definido, nem conceitos adequados à necessidade de explicação das condições materiais do proletariado, fundadas em relações de exploração e dominação. Na Liga dos Justos, as posições então defendidas apelavam para sentimentos e fraseologias sobre a fraternidade humana: deste modo, toda referência à luta de classes era vaga e em certa medida produto da incapacidade teórica de seus fundadores. Com a vitória das posições defendidas por Marx e Engels, a Liga dos Justos se transforma em Liga dos Comunistas. A mudança já se expressa no novo lema: Proletários de todos o mundo, uni-vos!

No *Manifesto Comunista de 1848* (documento no qual se estabelecem as posições políticas e princípios organizativos da Liga dos Comunistas), Marx e Engels⁹ sintetizam a relação que os comunistas devem estabelecer com o conjunto da classe proletária:

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido à parte entre os outros partidos operários. **Seus interesses não são distintos dos interesses do conjunto do proletariado. Não estabelecem princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento proletário. (...) As concepções teóricas dos comunistas não repousam, de forma alguma, em ideias, em princípios inventados por este ou por aquele reformador do mundo.** São apenas a expressão geral das relações efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante de nossos olhos (MARX & ENGELS, 2001, p. 46-47, grifos nossos)

Este fragmento expressa de forma precisa que os revolucionários têm como objetivo último contribuir para o processo de organização do proletariado em sua luta direta contra a classe capitalista. Seus interesses são os mesmos que os do proletariado revolucionário: a autolibertação dessa classe, sinônimo de autoemancipação humana. Para concretizar isso, os comunistas devem contribuir com a elaboração de estratégias que antecipem e acelerem a constituição de novas formas organizacionais. Estas últimas devem recusar a divisão social do trabalho, cuja máxima expressão é a burocracia. Ademais, partindo da luta de classes e do resgate das organizações criadas pelo proletariado visando sua autoemancipação, evidencia-se que somente deste modo esta classe tende a expressar seus verdadeiros interesses. Longe de manifestar uma concepção alicerçada na ideologia da vanguarda, Marx concebe a consciência revolucionária nascida da luta proletária, onde os trabalhadores produtivos forjam novas organizações nas quais deixam de estar submetidos às relações de produção burguesas. Ao mesmo tempo, este processo de luta expressa o embrião de novas relações sociais, que tem como um de seus fundamentos a superação e negação completa da relação entre dirigentes e dirigidos.

⁹ Com relação à Friedrich Engels, é importante ressaltar que a concepção dele acerca do partido político acabou se transformando ao longo da sua trajetória intelectual e militante. Com a burocratização da socialdemocracia, consolidada a partir da criação do SPD em 1890, Engels irá paulatinamente defender o crescimento eleitoral e a conquista de cargos no interior do aparato estatal: inclusive nega a necessidade de destruição violenta das relações de produção e sociais capitalistas, optando pela via pacífica em alguns territórios. A este respeito cf. (ALMEIDA, 2017).

Um exemplo disso foi percebido por Marx. Trata-se da constituição das associações operárias, também chamadas de coalizões: surgidas para combater a concorrência, visando sua supressão e substituição pela união dos operários, as associações causaram espanto aos economistas políticos, ávidos defensores da manutenção das relações de produção burguesas. Marx via nas associações o instrumento criado pelos trabalhadores em luta: ao mesmo tempo em que cumpriam a função de unificar a classe operária, preparavam o caminho para a abolição de todos os antagonismos de classe da sociedade burguesa (MARX, 2008; 2014b).

Isso porque as associações surgiam a partir de reivindicações imediatas (vinculadas à necessidade de melhores condições de trabalho) forjadas nas greves, com vistas ao aumento de salários. Com o avanço da luta, a necessidade passa a tomar a forma de supressão do salariedade e do fim das relações de produção burguesas via transformação revolucionária. Claude Berger, comentando texto de Marx sobre as associações, percebe no movimento histórico dos operários a possibilidade real de passagem dos interesses imediatos para os interesses históricos da classe revolucionária no capitalismo. Parte-se da aparência para a essência, numa dinâmica que tende a extrapolar a totalidade das relações sociais burguesas visando a sua destruição:

A luta reivindicativa é a aparência. Se a luta fica na aparência, não tem outro remédio que fracassar diante da “necessidade das coisas”. Esta luta é ilusória no que se refere ao seu resultado real, já que este reinsere os trabalhadores na ordem do salariedade, se bem que o que lhe concede toda sua importância é a realidade nova que inaugura: é a supressão da competição, é a recomposição da existência, é o fim da atomização dos trabalhadores verdadeiramente realizados por meio da associação. Esta realidade nova e essencial da greve proporciona uma alegria é em si mesma preparação da derrocada do toda a antiga sociedade (BERGER, 2014, p. 233).

Todavia, a verdadeira unificação da classe operária só é possível a partir do questionamento radical da produção de mais-valor, relação de produção que caracteriza o modo de produção capitalista. Assim, é fundamental ir para além das conquistas salariais e de condições de trabalho nas quais a exploração ainda subsiste. A necessidade gira em torno da percepção segundo a qual a hierarquização dos salários mantém a divisão e concorrência entre os trabalhadores produtivos, obstaculizando a passagem para a consciência revolucionária e impedindo o seu efetivo desenvolvimento. A classe proletária se constitui a partir das relações de

produção capitalistas, produto do desenvolvimento e consolidação da divisão social do trabalho. Isso se deu historicamente no processo de desenvolvimento do capital industrial, fração do capital produtivo.

É com o surgimento da grande indústria moderna que grandes contingentes de indivíduos são reunidos na condição de proletários. Submetidos a extenuantes e desumanas jornadas de trabalho, é na luta por questões pontuais que desenvolvem seus interesses de classe (históricos e imediatos), criando suas associações e coalizões. Em *A Miséria da Filosofia* (1847), obra na qual Marx refuta ponto por ponto o texto de Proudhon *Filosofia da Miséria*, temos uma passagem onde fica evidenciado como a luta por questões pontuais pode se transformar (via associações ou coalizões criadas pelos operários para defesa de melhores condições de trabalho e aumento salarial) numa luta aberta, na qual as classes fundamentais do capitalismo travam um combate explícito. Desta forma, a busca pelo fim da concorrência entre os trabalhadores é a condição para a expressão de seu verdadeiro caráter de classe, revolucionário. O enfrentamento direto com o capital na forma de associações e coalizões serve como ponto de partida para uma batalha futura, na qual o objetivo real (o fim da sociedade de classes através da instauração da autogestão social) se coloca no horizonte:

Foi sob a forma de coalizões que ocorreram sempre as primeiras tentativas dos trabalhadores para se *associarem*. A grande indústria acumula em um local uma multidão de pessoas que não se conhecem umas às outras. A concorrência divide os seus interesses. A manutenção do salário, porém, esse interesse comum que eles têm contra seu mestre, reúne-as em um mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. Desse modo, a coalizão teve sempre um duplo objetivo, o de extinguir entre eles a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro fim da resistência é a manutenção dos salários, na medida em que os capitalistas, por sua vez, se reúnem em um pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, formam grupos e diante do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se, para eles, mais necessária que a do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses estão totalmente espantados de ver os operários sacrificarem uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos dos economistas, são criadas em defesa do salário. Nessa luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegados a esse ponto, a associação assume um caráter político. As condições econômicas tinham primeiramente transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum de interesses comuns. Assim, essa massa já constitui uma classe em relação ao capital, porém não para ela mesma. Na luta da qual assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, constitui-se em classe por si própria. Os interesses que ela defende tornam-se seus

interesses de classe. A luta, porém, entre classe e classe é uma luta política (MARX, 2008, p. 190).

O desenvolvimento das associações aponta para o essencial, que é abolir a divisão capitalista do trabalho fundada na separação entre dirigentes e dirigidos, ou seja, uma forma organizacional burocrática. Ela surge dos locais de produção de mercadorias, onde a extração do mais-valor é complementada pelo fomento da competição no seio do proletariado, impedindo o desenvolvimento da consciência de seus interesses de classe. Ademais, a luta pelos salários deve ceder lugar à luta pelo fim dos salários, o que expressa uma transformação radical no interior das relações de produção. É isso que marca a tendência de passagem do proletariado de classe determinada pela relação-capital (relação social de exploração) para classe autodeterminada, expressando o interesse último que é o fim da sociedade de classes. Nessa lógica, nos ancoramos nas palavras de Maurício Tragtenberg, as quais fornecem valiosas contribuições para o entendimento do raciocínio de Marx:

Marx descobre que a associação nascida no processo das lutas, continuando após seu término – sempre passageiro -, representa a perspectiva revolucionária que leva à ruptura das formas burguesas de trabalho assalariado. A ruptura não é algo para ser deixado para um futuro remoto, mas inicia-se dentro da própria associação. A associação constitui o espaço da luta operária contra a burguesia, daí a importância de se manter esse movimento como real e autônomo. Ele provoca a crise das instituições dominantes e do salariedade, defrontando-se com o Estado capitalista ou com o “Estado socialista”, nova denominação do capitalismo de Estado. Uma luta da classe operária inicia-se em razão de interesses imediatos, desdobrando-se, em seguida, numa luta revolucionária de desenvolvimento da associação no sentido de uma sociedade sem classes. (...) O embrião de uma associação emerge do processo de luta de classes e, depois, dá lugar à constituição de uma associação operária de luta e de existência comum, sem hierarquia e sem dirigentes ou dirigidos. Terminada a luta, a associação tem continuidade, reunindo-se às outras associações existentes. Esse processo realiza uma socialização proletária do poder, da vida e do trabalho. Opõe-se à “socialização” capitalista, realizada a partir das cúpulas dirigentes, centralizadora e alienante do trabalhador dos processos decisórios. Assim, para Marx desenvolver a associação – tenha ela esse nome ou comissão de fábrica, comitê de greve, conselho operário – é fazer da luta através da associação uma luta para a associação (TRAGTENBERG, 1986, p. 11-12).

Procuramos no presente tópico demonstrar como é possível extrair dos trabalhos de Marx uma crítica dos partidos políticos. Este processo se deu num momento histórico específico, marcado pela transição para os partidos políticos modernos, cuja burocracia se consolida. Tal crítica versa sobretudo acerca do caráter de classe destas organizações. Como já afirmamos, no caso dos partidos burgueses e

social-democratas, a burocratização formal se consolida com a segunda onda de burocratização.

Já os partidos operários se transformam paulatinamente em organizações fundadas na cisão entre dirigentes e dirigidos: os escritos de Marx lançam luzes para perceber como a metamorfose organizacional é acompanhada da mudança na expressão política dos interesses de classe dos partidos. Em consequência, esta transformação deve ser complementada por ideologias que justifiquem a perspectiva de classe adotada por seus dirigentes, que agora fazem parte de uma classe social auxiliar da burguesia.

Com maior precisão conceitual, podemos afirmar que quando Marx se refere aos representantes da pequena-burguesia (em especial na sua crítica aos partidos social-democratas) o que se tinha na verdade era o surgimento progressivo da burocracia partidária, fração da classe burocrática que controla e dirige o processo de tomada de decisões, fixação dos objetivos e controle sobre os demais membros da organização.

Outrossim, evidenciamos como a postura de denúncia efetivada por Marx às organizações partidárias é complementada pela necessidade de contribuir para a autonomização da classe operária, elaborando estratégias que contribuam para a constituição de novas formas organizacionais, antagônicas às dominantes na sociedade moderna. Com base na sua defesa das associações, temos que é fundamental superar a auto-organização como um fim em si mesmo: tendo como recurso a experiência concreta da luta de classes operária, depreende-se que somente sua generalização tende a combater efetivamente a divisão social do trabalho e a totalidade das relações sociais capitalistas.

Nesse sentido, cumpre finalizar o presente artigo aduzindo algumas reflexões sobre a irreversibilidade do processo de burocratização dos partidos políticos, aliada à urgência da luta pela constituição de organizações autárquicas autônomas revolucionárias. Com relação às últimas, é fundamental diferencia-las das organizações autárquicas que não possuem como horizonte um projeto de transformação radical da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VITÓRIA DA BUROCRATIZAÇÃO DOS PARTIDOS E A NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Longe de esgotar a discussão acerca dos tópicos e argumentos aqui expostos, finalizaremos o presente trabalho com algumas considerações acerca da burocratização dos partidos políticos e da necessidade de constituir e fomentar a criação de organizações revolucionárias. Deste modo, não iremos aqui reconstituir as formas organizacionais que expressam o princípio da autogestão operária (os conselhos operários, comissões de fábrica, comitês de greve, etc.) que historicamente surgem das greves selvagens e tendem a unificar os interesses do proletariado em sua luta contra a burguesia e suas classes auxiliares, combatendo radicalmente as relações de produção burguesas e ao mesmo tempo forjando o embrião da sociedade autogerida¹⁰. Limitar-nos-emos ao cotejo de algumas considerações sobre as organizações dos revolucionários, doravante chamadas organizações autárquicas autônomas revolucionárias ou simplesmente organizações revolucionárias. Antes, porém, cumpre explicitar nossas últimas considerações acerca da relação entre Karl Marx e os partidos políticos de seu tempo.

Marx efetivou uma análise dos partidos políticos na qual o processo de burocratização ainda incipiente não fornecia as condições de possibilidade suficientes para sentenciar a essência concernente às relações sociais concretas existentes no seio desta organização. Contudo, nossa seleção e discussão dos textos aqui apresentados revela uma crítica do caráter de classe então assumido pelos partidos operários em vias de burocratizar-se: de expressão política dos interesses do proletariado na forma de autarquias, a forma organizacional partidária passa a expressar os interesses de classe da nascente burocracia partidária, fração da classe auxiliar da burguesia.

Por conseguinte, exigir de Marx uma palavra final sobre os partidos políticos é negar o contexto histórico no qual sua produção intelectual foi realizada. Contudo, sua posição de crítica aos partidos burgueses e social-democratas, aliada à denúncia da passagem da social-democracia alemã de combatente à defensora da

¹⁰ Para tanto, indicamos a obra de Anton Pannekoek, o teórico dos conselhos operários (PANNEKOEK, 2007).

democracia burguesa (o que remete para a defesa da sociedade capitalista) revela que embora o processo de burocratização não estivesse completo e formalizado, as práticas concretas de seus dirigentes já apontavam para a necessidade de uma justificativa ideológica, a qual dissimula o conservadorismo e o compromisso agora assumido com a manutenção da sociedade burguesa. É por isso que nesta seção final iremos além de suas palavras, devido à necessidade de atualização teórica e reforço da perspectiva revolucionária, que expressam a fidelidade aos pressupostos do materialismo histórico-dialético.

Com a consolidação da democracia partidária, a derrota da primeira experiência revolucionária do proletariado e a legalização de suas organizações criadas no calor da luta, a emergência da II e depois da III Internacional deixam nítidos que a burocratização dos partidos políticos é um processo consolidado e irreversível¹¹. Deste modo, emergem no interior da sociedade capitalista os partidos políticos de esquerda (social-democratas e bolcheviques). Eles apontam em seus discursos a necessidade de luta pelo socialismo e o fim da propriedade privada dos meios de produção. Participam de eleições (com o pretexto de usar da política institucional como “tribuna revolucionária”) e em seus programas e aparições públicas se apresentam como autênticos defensores da emancipação humana.

Contudo, em realidade estamos diante de organizações burocráticas *pretensamente* ‘revolucionárias’: isso porque por mais que tenham como objetivo declarado a revolução, no interior da organização assistimos a um processo de reprodução do capitalismo. Por serem organizações burocráticas, os partidos políticos de esquerda reproduzem e complexificam a relação entre dirigentes e dirigidos: o aumento da organização acarreta a necessidade de arregimentar ainda mais especialistas (que devem trabalhar nos órgãos de imprensa, no setor jurídico,

¹¹ A este respeito, as obras de Robert Michels (1982) e Adam Przeworski (1989), as quais tomam por base a social-democracia europeia, dão mostras do processo de lutas e da vitória da burocratização dos partidos políticos, o qual atinge o movimento socialista em cheio. Os partidos políticos modernos são organizações burocráticas que almejam a conquista do poder estatal através da ideologia da representação, na qual simulam expressar determinados interesses (que no caso dos ditos partidos de esquerda seria representar o “povo” ou a “classe trabalhadora”) e dissimulam seus próprios interesses. Além disso, os partidos políticos são expressão política de uma classe ou de frações de classe: os partidos bolcheviques expressam os interesses da fração mais inferior da burocracia, que radicaliza suas concepções. Já os partidos social-democratas fundam sua estratégia com vistas à tomada do estado pela via legal-institucional, democrático-burguesa (VIANA, 2013).

na produção da propaganda, etc.) consolidando e ampliando a divisão social do trabalho. Os partidos de esquerda são um estado em miniatura: visam conquistar o poder estatal, mantendo assim intactas as relações de produção burguesas. Embora aparentem representar os trabalhadores, os interesses de classe da burocracia partidária (a classe que efetivamente controla e dirige a organização) são próprios: caminham no sentido de sua autonomização enquanto fração de classe, aspirando tornar-se uma nova classe dominante.

Nesse sentido, a única diferença entre os bolcheviques e os social-democratas reside na forma de luta pela conquista e manutenção do estado: ao passo que os primeiros defendem a via legal e eleitoral, os segundos são partidários da via insurrecional e golpista (VIANA, 2013). A vitória da contrarrevolução na Rússia e a consolidação do poder bolchevique aludidas anteriormente evidencia a metamorfose da burocracia partidária em burguesia de estado. Ao mesmo tempo em que explora o proletariado na forma de apropriação do mais-valor, realiza a gestão do aparelho privado do capital: o estado, maior organização burocrática e principal forma de regularização das relações sociais capitalistas.

Diante da irreversibilidade da burocratização dos partidos políticos, em que medida tem sentido falar em organizações revolucionárias? A história do movimento operário é a história da constituição de suas organizações¹². Isso implica dizer que embora haja a tendência dominante de serem cooptadas e integradas à dinâmica do capital, tanto a classe proletária quanto os revolucionários seguem em luta, buscando constituir organizações que não se fundem na relação entre dirigentes e dirigidos e simultaneamente contribuam com o processo de luta pela autoemancipação operária. Assim, a organização revolucionária deve travar um combate incessante e encarnizado contra as organizações burocráticas (tais como os partidos políticos) que agem no interior da luta visando dirigir, controlar e castrar o potencial revolucionário do movimento operário. Diferentemente das organizações burocráticas, as organizações revolucionárias não devem colocar como prioridade o crescimento organizacional: isso significa o abandono do caráter revolucionário, pois

¹² Sobre a relação entre organização revolucionária e teoria marxista, que engloba as mais expressivas reflexões teóricas no interior do marxismo e a luta contra sua deformação por parte de organizações burocráticas, conferir (VIANA, 2014).

a quantidade de membros passa a ser o objetivo principal da organização, abrindo as portas para a tendência à burocratização (VIANA, 2014).

Ademais, sua relação com o movimento operário deve ser não de direção, mas de contribuição efetiva: através da luta cultural, a organização revolucionária deve propagandear a articulação entre meios e fins, relacionando as lutas específicas e imediatas do proletariado e demais classes desprivilegiadas com o objetivo último da organização e do movimento operário (a instauração da autogestão social). Os objetivos da organização revolucionária são os mesmos que o do proletariado enquanto classe autodeterminada, ou seja, quando o proletariado enquanto classe se confronta diretamente com a totalidade das relações sociais capitalistas, pondo como horizonte a sua destruição e a conseqüente instauração de uma sociedade autogerida. Diante disso, os esforços da organização revolucionária devem ser envidados no sentido de acelerar e antecipar o processo de autonomização da classe operária, expresso na constituição de organizações autárquicas. Exatamente por ser a expressão política do proletariado revolucionário, a organização revolucionária tem como razão de existência auxiliar a classe proletária na ultrapassagem das reivindicações imediatas, restritas às relações de produção capitalistas:

Em síntese, a organização revolucionária é expressão política do proletariado como classe autodeterminada. Sendo expressão política, e entendendo-se por política toda e qualquer manifestação da luta de classes, então é expressão teórica, cultural, dessa classe. E a luta ocorre em todos os lugares da sociedade burguesa, no plano cultural, nas lutas cotidianas nas fábricas, nas empresas, no espaço urbano, no campo, nas instituições burguesas, etc. e se realiza sob diversas formas, desde a propaganda generalizada, passando pela produção teórica, até chegar à presença física em manifestações e ações coletivas, e isso depende do contexto, da situação geral, da capacidade, força e número de integrantes da organização, etc. Obviamente que sendo uma organização revolucionária a participação nos movimentos sociais, movimento grevista, lutas sociais em geral, não é apenas de “presença física” ou “apoio verbal”, o que pode ou não ocorrer, mas ocorrendo deve ser algo mais, deve ser na perspectiva do proletariado (revolucionário). Logo, não se trata de participação por participação, presença física para satisfazer a cobrança ou se defender da crítica de vanguardistas e ativistas e sim de ação revolucionária refletida e organizada, pois o compromisso é com a emancipação humana e revolução proletária e não com outros grupos e indivíduos (VIANA, 2014, p. 61-62).

A função da organização revolucionária, seu vínculo com o proletariado e sua inserção na luta de classe como um todo se dão, no que tange ao combate contra as organizações burocráticas, tendo como eixo articulador dois processos

indissociáveis: a) a luta contra o vanguardismo e contra o reboquismo; b) a necessidade de passagem das lutas espontâneas do proletariado para as lutas autônomas e por último, para as lutas autogestionárias. Passemos ao primeiro destes. O vanguardismo é uma concepção burocrática de origem leninista, calcada na necessidade de existência de um partido dirigente, o qual deve conquistar o poder de estado. Para tanto, surge a necessidade da produção da ideologia da vanguarda, fundada no combate intransigente à espontaneidade do movimento operário. Nada deve fugir ao controle da burocracia partidária: seu principal objetivo consiste na manutenção do proletariado enquanto classe submetida às relações sociais e de produção capitalistas. Dito de outro modo, as intervenções vanguardistas são um esforço para conservar o conjunto dos proletários nos estreitos limites de uma classe determinada pelo capital (VIANA, 2014).

O reboquismo é uma concepção que mistifica o processo revolucionário e o real entendimento do proletariado. Partindo da inevitabilidade da emergência de uma sociedade sem classes, o reboquismo fica preso a um entendimento segundo o qual toda e qualquer movimentação da classe proletária (independente do contexto e da correlação de forças da luta de classes, dos interesses de classe manifestos, etc.) deve ser seguida.

Assim, a luta é entendida como um fim em si mesma: bastaria seguir o proletariado ou outras manifestações das classes desprivilegiadas, num processo de supervalorização da prática em detrimento da reflexão teórica e estratégia revolucionária, que estaríamos caminhando a passos largos rumo ao comunismo. Se o vanguardismo combate toda e qualquer forma espontânea da luta proletária e demais classes subalternas, o reboquismo se deleita com tais lutas: incapaz de apreender a necessidade de passagem do proletariado de classe determinada para classe autodeterminada (o que pressupõe um fim último, articulado com o projeto autogestionário), tais concepções ficam a reboque do proletariado empírico, bem como das lutas sociais que não apontam para uma ruptura total com o conjunto da sociedade burguesa. O reboquismo cumpre um papel análogo ao vanguardismo: as mudanças vistas são meramente formais, apontando para um objetivo que também

não dá conta de contribuir com o avanço da auto-organização do proletariado e seus potenciais aliados (VIANA, 2014).

Neste sentido, a organização revolucionária combate tanto as concepções vanguardistas (fundada na cristalização da forma organizacional burocrática, ou seja, na naturalização da divisão social do trabalho e da relação entre dirigentes e dirigidos) quanto as concepções reboquistas (que em realidade perfazem uma concepção idílica do proletariado e de sua luta, seja negando a possibilidade de transformação radical e se conformando às reformas legais no interior do capitalismo, seja não compreendendo a historicidade e a dinâmica concreta das tendências e possibilidade da luta de classes).

Com relação ao segundo processo, vinculado diretamente à dinâmica da luta operária, a organização revolucionária deve valorizar e reconhecer a importância do fator espontaneidade no interior do movimento proletário. Karl Jensen coloca, na forma de tendências¹³, três estágios das lutas proletárias, os quais se reproduzem para todas as classes e grupos sociais oprimidos no capitalismo. O primeiro deles, manifesto nas lutas espontâneas, surge no cotidiano do capitalismo, na forma de ações irrefletidas e individuais (operação tartaruga, absenteísmo, furto ou quebra de instrumentos de trabalho, etc.) que manifestam uma recusa prática do indivíduo proletário às relações de produção capitalistas. Aqui falta o elemento discursivo, o que manifesta os limites de uma ação constestatória desprovida de consciência revolucionária.

As lutas autônomas, por seu lado, representam um forte avanço em relação às lutas espontâneas: marcam uma recusa consciente e articulada do capital e das burocracias, na forma de piquetes, reuniões e greves contra a burocracia dos partidos e sindicatos. A recusa da burocracia é um elemento fundamental das lutas autônomas: sua derrota (efetivada pela burguesia ou pelos burocratas) significa o

¹³ Ou seja, não se trata de etapismos ou de uma inevitabilidade das sociedades humanas. São em realidade movimentos originários de processos sociais que podem ou não se materializar. Tais tendências são produto da ação de classes sociais em luta, cuja concretização depende do contexto da luta de classes, sua correlação de forças, relação com a dinâmica da sociedade como um todo, etc. A luta de classes é instável e aberta, sujeita a avanços e recuos: deste modo, dependendo do caso concreto existe a possibilidade de passagem das lutas espontâneas para as lutas autogestionárias, bem como o descenso ou mesmo a estagnação em algum destes estágios, o que manifesta as contratendências.

retorno à normalidade capitalista. Já a sua vitória marca a passagem para as lutas autogestionárias, nas quais há o desenvolvimento da consciência revolucionária:

O último estágio é o das lutas operárias autogestionárias. Aqui se revela uma luta que garante a recusa do capital e da burocracia e a afirmação da autogestão. O proletariado não só recusa o domínio do capital e da burocracia, mas também assume a direção revolucionária da fábrica e da sociedade. Aqui não só se realiza uma ação revolucionária como também se manifesta uma consciência revolucionária. Esta consciência significa não somente a compreensão do processo de exploração capitalista, da burocracia enquanto forma de dominação, mas também da necessidade de constituição de uma nova sociedade, autogerida. A recusa do capital e da burocracia vem acompanhada pela associação coletiva que passa a autogerir as relações de trabalho e o conjunto das relações sociais. O combate ao capital e ao estado é acompanhado da consciência de que eles devem ser destruídos e que em seu lugar somente a autogestão pode garantir novas relações sociais, igualitárias. Nasce a consciência de um objetivo: a revolução social, o que pressupõe uma visão da totalidade das relações sociais e da articulação do movimento operário no sentido de generalizar o processo autogestionário. É imprescindível a percepção disto, pois o comunismo, tal como colocou Marx, não surge da mesma forma que o capitalismo, através do desenvolvimento da propriedade, e sim do domínio consciente dos seres humanos sobre sua vida social, ou seja, sem consciência revolucionária não é possível uma sociedade autogerida (JENSEN, 2001, p. 25).

Assim, é função das organizações revolucionárias contribuir com o avanço da luta proletária expresso nas lutas autogestionárias. Sua emergência marca um período de guerra civil aberta, no qual a auto-organização do proletariado e demais classes e grupos sociais desprivilegiados avançam no sentido de autogestão de suas lutas, colocando em xeque a sociedade capitalista como um todo, na forma de seu combate radical e esboço de uma nova e superior sociabilidade. Isso é produto tanto da superação das concepções contrarrevolucionárias (vanguardismo e reboquismo) quanto da adesão ao projeto autogestionário. A auto-organização deve avançar, articulando-se à necessidade de constituição de novas e superiores relações sociais. Do contrário, temos ou o arrefecimento da tentativa revolucionária (cooptada pelo capital e suas classes auxiliares) ou a vitória da contrarrevolução, a qual dá seguimento às relações de exploração e dominação de classe.

Aqui chegamos num ponto de tensão: as diferenças entre as organizações revolucionárias e as organizações autogeridas. As primeiras se constituem como organizações autárquicas autônomas, apontando para a transformação social radical ao divulgarem e lutarem pelo projeto autogestionário. Contudo, seu objetivo é determinado pelas relações sociais capitalistas (a necessidade de financiamento, a

recusa do capitalismo, diferenças individuais) o que a impede de ser autogerida (VIANA, 2014).

Obviamente que isso não compromete seu caráter autogestionário, presente no objetivo final e fundamental que é a autogestão social: esta só pode ser entendida como uma totalidade de relações sociais que inaugura um novo e superior modo de produção e formas sociais correspondentes, nas quais a produção e reprodução da vida material se fundam nas necessidades humanas autênticas, cuja generalização é fundamental para superar o capital e a burocracia. Neste sentido, as organizações autogeridas são uma forma superior e mais bem desenvolvida de organizações autárquicas (conselhos operários, avanço e consolidação da luta proletária e sua autonomização, deixando de se submeter ao conjunto das relações de produção burguesas) cuja generalização abole a divisão social do trabalho e, por conseguinte, a relação entre dirigentes e dirigidos junto com a necessidade de um quadro dirigente.

A autogestão social é uma relação de produção, não se limitando a mera forma de gestão nas empresas: sua articulação e expansão para todos os aspectos da vida em sociedade são resultado da autogestão das lutas pelo proletariado e demais classes e grupos desprivilegiados. A sociedade autogerida se constitui a partir de um processo simultâneo de abolição e afirmação: a destruição das relações sociais capitalistas dá lugar à constituição de novas e superiores relações sociais, fundadas na divisão temporal do trabalho e realizadas pelos produtores livremente associados. As organizações burocráticas (tais como os partidos) têm horror à autogestão social. Isso significaria o fim de sua razão de existência, fundada no controle, poder de mando e direção que cristaliza a divisão social do trabalho entre dirigentes e dirigidos. Por outro lado, as organizações autárquicas precisam se munir de um projeto de superação revolucionária do capitalismo, o qual só pode ser a autogestão generalizada.

A luta em torno da manutenção da sociedade capitalista ou sua destruição se intensifica com a emergência do regime de acumulação integral. Longe de efetivar concessões e cair em fetiches por esta ou aquela forma de organização, cabe aos revolucionários fortalecer a única tendência realmente eficaz contra a barbárie

capitalista. Parafraseando Marx, com a vitória da autogestão social a humanidade não tem nada senão seus grilhões a perder: pelo contrário, com a inauguração da verdadeira história humana, temos um mundo a ganhar!

Referências

ALMEIDA, Matheus. *A concepção de Marx sobre o estado e suas deformações*. Revista Enfrentamento, Ano 12, n. 21, jan./jul. 2017. Disponível em <http://www.enfrentamento.net/enf21.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

BERGER, Claude. *Marx e as associações operárias*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, n. 01, jan./jul. 2014. Disponível em <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/19berger1> Acesso em 21 de janeiro de 2018.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

GOMBIM, Richard. *As Origens do Esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: Uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

JENSEN, Karl. *A luta operária e os limites do "autonomismo"*. Revista Ruptura, Ano 8, n, 07, p. 24-31, Agosto de 2001.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LÊNIN, Vladimir. *Que Fazer?* 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas (MG): Virtual Books, 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O Capital Volume I*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____. *Miséria da Filosofia*. 2ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social"*. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *A Comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *As Associações Operárias*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, n. 01, jan./jul. 2014. Disponível em <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/18marx1> Acesso em 23 de janeiro de 2018.

_____. *O Manifesto dos Três de Zurique*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, n. 02, jul./dez. 2014. Disponível em <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/22marx2> Acesso em 22 de janeiro de 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista 1848*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo*. 7ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: EdUNB, 1982.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *O que é Burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.

_____. *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

_____. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. *Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 02, n. 03, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

_____. *Marx e a Burocracia*. Revista Plurais Virtual, v. 5, n. 1 e 2, jan/dez 2015. Disponível em <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/5728> Acesso em 25 de janeiro de 2018.

_____. *Organizações: Reprodução ou Transformação Social?* Revista Espaço Livre. Vol. 11, n. 21, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/440/391>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

_____. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

_____. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *O Que são Partidos Políticos?* Brasília: Editora Kiron, 2013.

_____. *A Questão da Organização Revolucionária*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

_____. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

_____. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016b.

_____. *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: Ar Ed, 2016c.

TROTSKY, León. *Nuestras Tareas Políticas*. Edita Germinal. Disponível em <http://grupgerminal.org/?q=system/files/NuestrastareasTrotsky1904.pdf> Acesso em 24 de janeiro de 2018.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volumes 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Makhaiski: uma vida de críticas e rupturas

Estudar os escritos de Makhaiski é se debruçar sobre algumas dificuldades. Apesar de sua análise original da intelectualidade, trata-se de um autor marginalizado (tanto no meio da sociologia acadêmica, quanto entre os adeptos de uma perspectiva crítica da referida classe social). Estes últimos membros da intelectualidade são genericamente conhecidos como “intelectuais de esquerda”, representantes do bloco progressista². Como resultado disso, o desconhecimento de sua produção teórica não é algo surpreendente. Contudo, há exceções: duas delas são a tradução e organização da coletânea *Marxismo Heterodoxo* (realizada pelo intelectual engajado brasileiro Maurício Tragtenberg no ano de 1981), bem como a recente compilação de textos feita pela editora espanhola *Bardo Ediciones*. Ainda uma coletânea de textos em francês, organizada por Alexandre Skirda, *Le Socialism des Intelectuells*, publicada em 1973, são os textos mais acessíveis de Makhaiski. Estas iniciativas buscam resgatar e contribuir para a divulgação de sua obra, dando a possibilidade de acesso ao conjunto de análises e contribuições deste original pensador revolucionário.

Makhaiski nasceu na província de Kielce, na Polônia submetida à Rússia, em 15 de Dezembro de 1866 e tem sua graduação acadêmica formal em ciências naturais, posteriormente se especializando em medicina (TRAGTENBERG, 1981). Desde cedo se envolve com a luta política, iniciando-se nos movimentos contra o czarismo e em favor do nacionalismo Polonês, para logo atrair-se para o campo na Social-Democracia, num curto período dos primeiros anos da década de 1890, até ser preso e exilado na Sibéria, onde inicia a crítica da Social-democracia (AVRICH, s/d),

¹ Militante do Movimento Autogestionário e professor de História no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos.

² Para uma compreensão do significado dos blocos sociais na perspectiva marxista, ver o artigo Blocos Sociais e Luta de Classes, de Nildo Viana, disponível em <http://marxismoautogestionario.blogspot.com.br/2016/03/blocos-sociais-e-luta-de-classes-nildo.html>

publicando suas primeiras obras *A evolução da Social-Democracia* e *O Trabalhador Intelectual*.

No começo do século XX, consegue fugir do exílio administrativo na cidade siberiana de Kolyma (TRAGTENBERG, Idem). Permanece em Genebra entre os anos de 1903 e 1905, retornando à Rússia com os acontecimentos da Revolução de Fevereiro de 1905, os quais Makhaiski acompanhou de perto. O ciclo da luta de classes que se consolida em torno da Revolução de 1905 e dos anos seguintes é de grande impacto na movimentação política e intelectual de Makhaiski. Ele forma parte do grupo *A Conspiração Operária*, que parece ter tido duração curta, mas que serviu de base para divulgação de suas ideias a ponto de articular o que ficou conhecido como “Makhaievchtchina”, o makhaismo, resultado da influência de Makhaiski no interior das ideias revolucionárias da Rússia do início do século XX.

Após curto período na Rússia, onde ainda reedita parte de sua obra *Trabalhador Intelectual* e uma tradução com anotações da obra *A sagrada família* de Karl Marx e Friedrich Engels, Makhaiski é obrigado a fugir em 1907 devido à repressão czarista, reinstalando-se em 1908 em Genebra, e no período de 1909-1911 reside na cidade de Zakopane, fronteira entre Áustria e Polônia. Desse período até a eclosão da Revolução Russa, Makhaiski permanece exilado na França, trabalhando como funcionário de um banco. Em 1917 retorna para a Rússia participando e refletindo sobre o desenrolar dos acontecimentos, mantendo a postura crítica à emergência do partido Bolchevique ao poder, acontecimento este marcado, na interpretação de Makhaiski, pela constituição de uma nova forma de estado, dirigido pela burocracia e pelos intelectuais russos. Após a interdição de sua revista *Revolução Operária* e da ameaça constante de detenção, Makhaiski parece se retirar da luta política, ocupando o discreto trabalho de revisor técnico da revista oficial *Economia Popular*, vindo a morrer em 19 de Fevereiro de 1926.

O referido momento histórico é marcado por um conjunto de transformações sociais. Somado a isso, a intensa participação política de Makhaiski influenciará de forma decisiva suas análises sobre a *intelligentsia*³. Refiro-me aos

³ Por *intelligentsia* consideramos o conjunto dos intelectuais, formado por cientistas, artistas, técnicos, intelectuais que elaboram o pensamento complexo, como forma específica de pensamento na

intelectuais por ele analisados nos textos *Sobre os Intresses de Classe da Intelligentsia*⁴, 1898, *O Socialismo de Estado*, de 1900, *A Ciência Socialista: Nova Religião dos Intelectuais*, de 1905, *A Conspiração Operária*, de 1908 e *A Revolução Operária*, de 1919 (MAKHAISKI, 2017; MAKHAISKI apud TRAGTEMBERG, 1981).

Constata-se que Makhaiski viveu em um período de agitação política e de transformação social e que estas condições sociais são o pano de fundo para o desenvolvimento de suas reflexões, elas próprias voltadas para o estudo da realidade social. Produz seus textos nos momentos de pós-acontecimento, sendo a reflexão crítica uma característica de seu trabalho. Se situarmos historicamente somente os textos aqui analisados, perceberemos que os dois primeiros textos *Sobre os Interesses de Classe da Intelligentsia*”, 1898, e *O Socialismo de Estado* aparecem no período imediato de rupturas dentro das organizações de esquerda, com o agravamento do racha na social-democracia, especialmente na Alemanha e Rússia, com a consolidação da fração Bolchevique, outras dissidências, e a crítica pioneira de Makhaiski a Kautsky e a toda a social-democracia alemã. Em 1905, com *A ciência socialista...* Makhaiski ressurgue com sua tese sobre os interesses de classe da *intelligentsia*, agora refletindo sobre a recente participação social-democrata nos acontecimentos da Revolução de 1905, o que retoma em seu texto *A Conspiração Operária*, de 1908, período pós-revolucionário, marcado por exílios, mas também pela permnência dos grupos de esquerda nas suas variadas correntes, inclusive com a Makhaievchtchina. Dez anos depois, em 1918 reaparece com o texto *A Revolução Operária* em que traça uma crítica geral dos momentos iniciais de implantação da ditadura bolchevique.

sociedade capitalista, situação esta gerada pela divisão social do trabalho. Como conceito, a *intelligentsia* foi objeto de inúmeras interpretações, desde meados do século XIX Europeu.

⁴ Este texto foi o último a termos acesso. Foi traduzido por nós, e está presente nesta edição da Revista Enfrentamento. A coletânea de textos *Le Socialisme de les Intellectuell* organizada por Alexandre Skirda, além dos textos já traduzidos para o português, é complementada pelos textos *O Marxismo na Rússia*, de 1900, *A Bancarrota do Socialismo do Século XIX*, de 1905 e *A Revolução Burguesa e a Causa Operária*, também de 1905. Ainda entra nesta lista de textos sem tradução, sua primeira obra *A Evolução da Social-Democracia e O Trabalhador Intelectual*, ambas de final da década de 1890 e que só encontramos vestígios em referências dos estudiosos da obra de Makhaiski (TRAGTEMBERG, 1981; AVRICH, s/d).

Por este breve roteiro biográfico e bibliográfico, entende-se que as ideias de Makhaiski foram elaboradas acompanhando o “desenrolar dos acontecimentos”. “Livre pensador”, na época de consolidação dos intelectuais profissionais, médico proibido de exercer suas funções e vivendo periodicamente no exílio, Makhaiski dedicou-se a acompanhar a luta política do proletariado de sua época, tendo inclusive interferido nesta luta participando de organizações políticas revolucionárias, refletindo e divulgando suas ideias.

Logo, suas análises estão intimamente vinculadas com determinadas propostas e o interesse de transformação social. O fio condutor da análise empreendida por Makhaiski passa por aquilo que definiu como sendo o objetivo do movimento operário, ou seja, a destruição de todas as formas de privilégio. Deste modo, ele se insurge contra as propostas de nacionalização e estatização dos meios de produção. Para o autor, junto da socialização dos meios de produção é necessária a socialização dos fundos e dos meios de instrução. Assim, seu interesse está em que:

O proletariado aspirará a apossar-se do poder para tomar os bens da sociedade cultivada dominante, do mundo dos doutos; para arrancar das mãos desta minoria a herança da humanidade. Pois, suprimindo a propriedade familiar hereditária, assim como todos os fundos e meios de instrução, dedicará todos os bens confiscados à organização da instrução, à “socialização dos conhecimentos”. É por meio desta conquista, realizada mediante a “violação despótica por parte do proletariado do direito de propriedade privada”, mediante a manifestação violenta de sua vontade, que o proletariado irá suprimir a lei fundamental do regime de classes, defendido por exércitos numerosos, em nome da qual todos os membros da minoria privilegiada são predestinados, antes mesmo de nascer, para a dominação, enquanto os descendentes da maioria oprimida são condenados à escravidão (MAKHAISKI *apud* TRATEMBERG, 1981, p. 92/3).

Makhaiski entende que o interesse do movimento operário é a libertação do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual. Mais adiante retomaremos a questão da distinção entre trabalho manual e intelectual que está na base do seu pensamento. Por sua vez, o objetivo da libertação do trabalho somente seria atingido por meio da:

Derrubada da ordem de servidão existente como única via direta, como única via livre de qualquer compromisso com a legalidade burguesa, é a conspiração clandestina para a transformação das greves operárias frequentes e violentas em uma insurreição, em uma revolução operária mundial ((MAKHAISKI *apud* TRATEMBERG, 1981, p. 100)

Sobre esta estratégia insurrecionalista de Makhaiski, Paul Avrich a resume da seguinte forma:

A solução de Machajski pressupunha um papel fundamental para uma organização secreta de revolucionários chamada Raboch Zagovor (A Conspiração dos Trabalhadores), similar à “sociedade secreta” de conspiradores revolucionários preconizada por Bakunin. Presumidamente, o próprio Machajski seria o líder desta. A missão da “Conspiração dos trabalhadores” seria estimular os trabalhadores a realizarem ações diretas, greves, manifestações e atividades do tipo contra os capitalistas com o objetivo imediato de obter melhorias econômicas e trabalho para os desempregados. A “ação direta” dos trabalhadores deveria culminar em uma greve geral que, por sua vez, levaria à ebulição de um levante internacional, inaugurando uma nova era marcada pela igualdade de renda e oportunidades educacionais. No fim, as perniciosas distinções entre trabalho manual e mental seriam obliteradas, junto com todas as divisões de classe (s/d).

A questão é que a análise sobre a *intelligentsia* que será exposta possui uma perspectiva, um ponto de vista que o autor já deixa bem claro ao se perguntar: “Isto significa que haveria outros parasitas além do punhado de proprietários dos meios de produção?” ((MAKHAISKI *apud* TRATEMBERG, 1981, p. 111). A seção seguinte buscará responder a esta pergunta.

Intelectualidade e burguesia contra o proletariado

Conforme mencionado, o ponto de partida da análise de Makhaiski é a correlação de forças entre as classes sociais em luta, ou seja, a dinâmica concreta da luta de classes. Sua busca girava em torno da compreensão das relações de classe a partir de seu desenvolvimento histórico e concreto. Desse modo, o interesse de nosso autor é baseado nas formas sociais reais, nos conflitos entre classes antagônicas, cuja dinâmica aponta para distintos projetos de sociedade.

É nesse sentido que podemos compreender as contribuições de Makhaiski para a análise da intelectualidade, ao analisar as relações entre o proletariado, a burguesia e a *intelligentsia* russa, complementando sua análise com referências à realidade europeia mais ampla.

Partindo dos pressupostos analíticos acima apontados, a conclusão é o reconhecimento da *intelligentsia* como uma classe social. A confirmação histórica de sua tese é perceptível em decorrência dos desdobramentos históricos da ação de seus membros. A essa constatação soma-se a hipótese levantada por Makhaiski, segundo a qual a fonte do poder são as relações entre as classes: “o poder retorna ao conjunto dos possuidores; não pode ser separado muito tempo da fonte de todo poder: acumulação de riquezas” ((MAKHAISKI *apud* TRATEMBERG, 1981,p. 146),

perspectiva sobre o poder que se baseia nas relações sociais entre as classes. E mesmo em sua reflexão sobre a diferença entre a revolução burguesa e a revolução proletária (p. Idem, 146/147).

Apesar de enfatizar as relações entre as classes, Makhaiski deixou poucas passagens dedicadas a este conceito, numa definição clara sobre o que é uma classe social, bem como em relação às diferenças específicas de cada classe. O que podemos apreender de sua concepção de classe social está em sua análise sobre a intelectualidade. Feita a revisão de sua obra publicada em português, depreende-se que na sua concepção de classe social, Makhaiski ordena elementos da divisão social do trabalho (divisão manual e intelectual), renda e nível de vida, interesses e ideologia. Ao destacar estes elementos, que se diferenciam na *intelligentsia* observada historicamente em sua evolução própria, Makhaiski define o conjunto de indivíduos que lhe fazem parte como membros de outra classe social privilegiada, e daí faz o seu combate àqueles que se dizem socialistas (que ele define como marxistas ortodoxos, comunistas ou social-democratas) e não percebem os interesses de classe da “sociedade cultivada, do exército de trabalhadores intelectuais” (Idem, p. 96). Sendo assim, existe uma outra classe social privilegiada, a *intelligentsia*, e não apenas uma única classe social privilegiada, a capitalista. Apesar de privilegiada, Makhaiski compreende que a intelectualidade está subordinada à burguesia. Aí reside um dos aspectos fundamentais de seu interesse de classe: a “democratização” do Estado como forma de ampliar sua participação na organização da sociedade, juntamente com outro interesse de classe manifesto que diz respeito à busca pela ampliação de sua parcela na distribuição da riqueza nacional. Parte da intelectualidade, os “socialistas de estado” (social-democracia e bolcheviques) já querem o fim dos capitalistas privados e a constituição da “propriedade social” sob seu controle.

A reflexão de Makhaiski inicia-se com a distinção entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais. Esta é a divisão fundamental que o autor reconhece dentro da divisão social do trabalho. Esta divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual resulta na divisão entre os que possuem propriedade, a classe dos possuidores dos meios de produção, e os que não possuem propriedades, os

despossuídos, os não-possuidores. A base econômica dos regimes de classe é o direito à propriedade em todas as suas formas, incluindo as “propriedades hereditárias especiais” (MAKHAISKI, 2017), conjunto dos conhecimentos humanos e que são monopolizados pelos possuidores e trabalhadores intelectuais.

Desta distinção inicial ele destaca que tanto o operariado quanto a intelectualidade necessitam vender sua força de trabalho determinada pela divisão social do trabalho, quer seja a um patrão privado ou ao estado capitalista, para poderem sobreviver. Mas a diferença fundamental é que se o trabalhador manual vende sua força de trabalho natural, ou seja, seu próprio corpo e as energias contidas nele, a intelectualidade se apropria do conhecimento produzido pela classe trabalhadora, só dispondo de tempo e de conhecimentos porque outros tiveram de trabalhar em seu lugar, enquanto os intelectuais se preparavam nas salas de aulas, em pesquisas, em viagens ao exterior para comprovar suas práticas, etc.

Segundo Makhaiski, a intelectualidade está subordinada à classe capitalista, embora acima do trabalho manual, posto que o trabalho intelectual é o que tem *status* e melhor posição na divisão do trabalho, é o trabalho de controle, de direção exercido pela *intelligentsia*. O intelectual vende para os capitalistas um conhecimento que só foi possível de existir graças à produção dos operários e a aplicação deste conhecimento aumentará a exploração dos trabalhadores. Como bem sintetiza nosso autor: o intelectual “vende aos capitalistas sua habilidade para extrair o melhor possível o suor e o sangue dos operários. Ele vende o diploma que adquiriu graças a essa exploração” ((MAKHAISKI *apud* TRATEMBERG, 1981, p. 110).

Dessa situação privilegiada no mercado de trabalho, a intelectualidade desfruta, segundo Makhaiski, de uma posição dominante na sociedade capitalista. Para Makhaiski, enquanto os trabalhadores manuais lutam com seus salários, o “intelectual vive como os amos e faz dos seus filhos os ‘senhores’” ao transmitir “o privilégio de seu trabalho leve, decente e benéfico, à sua descendência” (Idem, p. 111).

Para Makhaiski, a *intelligentsia* se diferencia dos trabalhadores manuais por se apropriar dos conhecimentos acumulados pela sociedade, isto enquanto se exime do trabalho manual exercendo atividades ligadas ao seu conhecimento

particular. Ao se apropriar de uma parte do produto líquido nacional, a parte dedicada à reprodução da organização da produção capitalista, a intelectualidade passa a ter um nível de vida próximo ao da burguesia, distanciando-se dessa forma, tanto no que diz respeito da sua posição no mercado de trabalho, quanto sua condição de vida, e por ter seus objetivos próprios, aumentar sua participação no produto líquido nacional. Makhaiski explica a origem dos rendimentos da intelectualidade com base na metáfora dos bolsos direito e esquerdo: no bolso esquerdo o patrão guarda a parte do mais-valor que lhe cabe, para reinvestir na produção; já no bolso direito guarda os dividendos que o patrão necessita repartir com os ajudantes da organização da produção:

Em consequência, há um papel no bolso direito do patrão que indica que ele toma – enquanto organizador do negócio – todo o lucro, que ele partilhará com seus ajudantes. É aqui que se encontram as finanças consagradas à remuneração da organização – para o patrão e toda a santa confraria – necessária para a produção contemporânea. No bolso esquerdo encontra-se outro papel que precisa que, quando tiver lugar a partilha, o patrão deverá obter uma mais-valia, enquanto dividendos de seu capital (Idem, p. 112).

Essa concepção de *intelligentsia* é a exposta por Makhaiski: a intelectualidade possui a função de organização, reprodução e desenvolvimento das relações de produção capitalistas, ou “regime burguês de exploração”, nas suas palavras.

Na continuidade da análise da intelectualidade, ele questiona as concepções que, segundo ele, são limitadas, posto que focalizam a eliminação da propriedade privada dos bens materiais, a forma capitalista de dominação, não compreendendo que a manutenção do Estado, mesmo na sua forma democrática, é a continuidade da dominação secular por outras classes sociais parasitárias. Diz Makhaiski que a socialização dos meios de produção não conduz ao fim do “regime secular de pilhagem”, pois “a mais-valia nacional criada por eles [operários] não desaparece, mas passa pelas mãos do Estado democrático, como fundo de manutenção para a existência parasitária de todos os extorsionários, de toda a sociedade burguesa” (Idem, p. 97). Estes extorquidores parasitas a quem Makhaiski se refere é a intelectualidade russa, classe social que tem seu interesse diretamente vinculado com a continuidade da exploração, quer seja sob o regime capitalista, com sua constante auto-expansão e necessidade de mais cargos técnicos e de

especialistas, quer seja nos projetos da Social-Democracia ou bolchevique, que almeja transferir para o Estado, ou seja, para seu próprio controle, toda a riqueza nacional, dissimulação que ocorre por meio da ideologia da “socialização dos meios de produção” (MAKHAISKI, 2017).

Makhaiski tem em mente que a questão fundamental não se encontra na distinção entre as formas de propriedade, mas na própria existência dos que são detentores dos meios de produção e dos que estão desprovidos dos meios de produção. Além disso, para ele os meios de produção não são somente os meios materiais de produção, a terra, as fábricas: o saber é um meio de produção. Tal como ressaltou o historiador Alain Besançon, para Makhaiski, “*el saber era un medio de producción y que, en consecuencia, la intelligentsia era una clase explotadora*” (BESANÇON *apud* FERNANDEZ, 2010, p. 14).

Como adiantamos anteriormente, Makhaiski percebe que a forma de sobrevivência da intelectualidade é vendendo os seus conhecimentos para o mercado de trabalho. Diferentemente do trabalhador, que vende sua força de trabalho naturalmente contida em seu corpo, a intelectualidade vende algo que ela adquiriu de outros, posto que o conhecimento é produzido socialmente, e ainda mais, sobre a exploração da classe operária. Isto significa que enquanto o trabalhador está na fábrica, o intelectual deita-se sobre os livros, viaja ao exterior para realizar atividades, etc. Desse modo, são os trabalhadores manuais que produzem os meios para a capacitação dos trabalhadores intelectuais: sem a exploração da classe não-possuidora inexistem as condições de possibilidade necessárias para a existência da *intelligentsia*.

As condições de vida também diferenciam os intelectuais dos trabalhadores, ou do que executa o trabalho complexo e do que executa o trabalho manual, isto porque o trabalhador somente recebe pela sua produção, na forma de seu salário, enquanto que os intelectuais desfrutando de uma posição estratégica para a organização da produção capitalista recebem uma parte do lucro nacional, valor acumulado sobre a exploração dos trabalhadores.

A *intelligentsia* (ou intelectualidade, que Makhaiski utiliza como sinônimo) seria então uma classe social com interesses próprios. Para Makhaiski, o socialismo

científico surge, então, como a ideologia da intelectualidade russa, ideologia esta com interesses específicos, mas que estão relacionados com a expansão do regime burguês de exploração (MAKHAISKI, 2017). Para Makhaiski, essa relação é clara quando os socialistas científicos (principalmente a corrente bolchevique) pretendem basear seus objetivos políticos em afirmações da ciência social, ou seja, tornar o socialismo uma ciência objetiva. Segundo Makhaiski, a ciência social não pode jamais servir aos propósitos de derrubada do “regime secular de servidão” posto que busca analisar imparcialmente o desenvolvimento histórico.

É nesse sentido que Makhaiski analisa a interpretação ideológica sobre o desenvolvimento histórico feita pela intelectualidade em posse do socialismo científico, que serviria tão-somente para realizar as etapas necessárias para consolidação do capitalismo na Rússia:

A crença no capitalismo, enquanto premissa indispensável para o socialismo, converte-se finalmente no equivalente a um alto grau de amor ao progresso burguês, ao desenvolvimento da dominação total da burguesia, à pilhagem burguesa total. Uns crentes, os verdadeiros socialistas proletários, permeados de religião marxista, chegam a ser os melhores combatentes do progressismo burguês, os apóstolos mais calorosos e os participantes empolgados da revolução burguesa ((MAKHAISKI apud TRATEMBERG, 1981, p. 98/99).

Em suma, a discussão de Makhaiski acerca da *intelligentsia* envolve os elementos para a caracterização desse conjunto de indivíduos como uma classe social, detentora do conhecimento como um meio de produção e que, portanto, tem interesses na conservação da organização social capitalista, para tanto disponibilizando de uma ideologia própria, o socialismo científico. A concepção de classe social para Makhaiski é definida em termos da divisão social do trabalho (divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual), posse ou não-posse dos meios de produção (sendo o conhecimento um meio de produção), renda e nível de vida e, por fim, interesses e ideologia particularistas, o que no caso da *intelligentsia*, analisada por Makhaiski, significa o interesse de maior participação na renda nacional e a ideologia do “socialismo científico”.

Ao enfatizar as relações concretas entre as classes sociais, Makhaiski entende o saber não como uma abstração, um fenômeno metafísico, descartando assim toda e qualquer forma de concepção de saber que isola as ideias da realidade social a qual ela se insere; ainda mais, aqueles que se apropriam do saber produzido

socialmente estão em determinadas relações sociais que os vinculam diretamente com a ordem social estabelecida, com a reprodução dessa ordem; dito isto, percebemos que décadas antes da “denúncia original” de Foucault de que o poder, o saber são instrumentos das diversas formas de poder, Makhaiski já tinha essa compreensão (FERNÁNDEZ *apud* MAKHAISKI, 2010), abordando o tema de forma original e com profundidade analítica. Estamos tratando de um autor que dá profundidade e embasamento à conhecida afirmação de que conhecimento é poder.

Para Makhaiski, a busca das liberdades democráticas pela intelectualidade tem como objetivo ampliar a sua participação dentro da renda nacional ou na versão “socialista de estado”, a socialização dos meios de produção com a implantação da propriedade social. Makhaiski mira em sua crítica as teses da social-democracia russa, que defendia a necessidade da revolução burguesa como justificativa para amadurecer as condições objetivas para a revolução dos trabalhadores em busca do poder político. Diz Makhaiski:

Eis por que a *intelligentsia* democrática espera com impaciência, mais que os próprios burgueses, o progresso ulterior da sociedade burguesa, em geral, e das democratizações esperadas por ela, em particular. Eis por que esta *intelligentsia* democrática explica às massas que se insurgem, que sua emancipação não virá da luta econômica, do ataque à bolsa de seus amos, mas unicamente da luta política, quer dizer, da luta por um regime tal que esta bolsa possa crescer de uma maneira melhor do que anteriormente e, sobretudo, se entreabrir mais em seguida para a comunidade dos doutos. Eis por que a *intelligentsia* considera a democratização da sociedade, isto é, sua própria penetração em todos os poros do Estado burguês, como a garantia suficiente de que a socialização constituirá já a entrada em um verdadeiro paraíso e não em uma nova prisão, muito mais hermética que a precedente. Pois sim! A transmissão de todos os meios de produção para as mãos da *intelligentsia*, que detém já o governo social, constituirá para ela um verdadeiro paraíso. A socialização dos meios de produção, em uma democracia, nada pode prometer aos trabalhadores além do reforço da organização do poder que os domina, e do fortalecimento do Estado” ((MAKHAISKI *apud* TRATEMBERG, 1981, p. 118, *itálicos no original*).

Esta afirmação feita no distante ano de 1908 é reafirmada por Makhaiski dez anos depois com os acontecimentos de 1917 na Rússia: “O lucro obtido pelo patrão deverá pertencer, segundo seus cálculos, ao Estado, e não aos operários, isto é, servirá à manutenção dos funcionários do Estado privilegiados e de todos os dirigentes e ‘educadores da classe operária’” (Idem, 168).

O seu rápido rompimento com a Social-Democracia e a posterior continuidade de sua crítica contra esta concepção política antecipam os rachs e as

contestações à Social-Democracia ao longo do século XX. Makhaiski organiza o seu pensamento de modo a tentar compreender a inserção social da intelectualidade no interior das relações sociais capitalistas, enfatizando a realidade particular da Rússia. As conclusões a que ele chega definem a intelectualidade, a *intelligentsia* como uma classe social com interesses específicos na exploração capitalista.

O autor avança ao perceber as transformações nas relações sociais da Rússia de começos do século XX, transformações que expressam o declínio da sociedade feudal e a emergência das relações de produção capitalistas. Com a transformação do modo de produção temos a emergência de novas classes sociais: no caso russo, a emergência do capitalismo foi a condição necessária para o aparecimento e consolidação da intelectualidade, bem como das suas posições de classe no cenário da luta política. O que Makhaiski apontou que estava acontecendo a partir da tentativa de tomada da direção do estado capitalista através do desenvolvimento da democratização do regime burguês, tal como defendida pela *intelligentsia* de sua época.

Esclarecimentos

Parte importante da obra de Makhaiski não foi traduzida. Poucos textos e ideias não desenvolvidas deixam margem para interpretações equivocadas de seu pensamento. Ainda que em condições adversas, partir da totalidade de sua perspectiva é o método correto para esclarecer as confusões, evitar interpretações equivocadas e avançar através da perspectiva esboçada e expressa por Makhaiski, a perspectiva do proletariado.

Uma confusão nítida em sua obra é que Makhaiski busca se expressar em termos marxistas. Porém, na crítica da Economia Política ele não consegue acompanhar e expressar corretamente os conceitos marxistas. Muito embora pretenda mesmo fazer a crítica total do “socialismo marxista”, nossa análise leva à conclusão de que o autor demonstra não conhecer toda a complexidade da teoria do capitalismo elaborada por Marx. Ademais, chega mesmo enganar-se em relação ao significado de determinados conceitos e categorias elaboradas pelo fundador do marxismo.

Exemplar dos equívocos presentes, está em que Makhaiski compreende o marxismo com ideias próximas ao que se convencionou chamar teoria do subconsumo, ideologia muito divulgada entre estudiosos da economia naquele período, e que esteve presente em outros marxistas, como Rosa Luxemburg, e grande aceitação em algumas escolas econômicas.

A teoria do subconsumo diz que a elevação da capacidade produtiva do capitalismo é acompanhada pela diminuição de capacidade de consumo das massas trabalhadoras, devido sua menor participação na renda nacional, e a consequente elevação da poupança nas mãos dos capitalistas, consistindo uma permanente barreira ao desenvolvimento capitalista. Para Makhaiski, o marxismo analisa que a riqueza nacional se expressa no crescimento das forças produtivas de um país, sem vínculos com o consumo geral, pois o “desenvolvimento ilimitado das forças produtivas” é a aspiração específica do capitalismo. Makhaiski credita ao que ele chama de “socialismo científico” a explicação da “contradição gritante” que existe no capitalismo, a contradição original entre a produção nacional e o consumo nacional ((MAKHAISKI *apud* TRATEMBERG, 1981, p. 84/85,). É evidente a influência da teoria do subconsumo em Makhaiski, teoria não-marxista para explicar as crises, tendo em vista que desvia a ênfase do valor para a renda, consumo, repartição. Para Marx, as constantes crises capitalistas advém do crescimento da composição orgânica do capital, resultado da menor quantidade de trabalho vivo movimentada por uma maior quantidade de trabalho morto (máquinas, instalações, etc.) (MARX, 1986). Este processo é obstáculo à valorização do capital, acrescido que este processo de valorização do capital é ele próprio um movimento da luta de classes. Ter Rodbertus como exemplar do “socialismo científico” demonstra as fontes de leituras de Makhaiski, fontes que o levaram inevitavelmente ao erro de confundir o marxismo autêntico pela social-democracia, o que evidencia a força das ideias, pois se mostra até mesmo capaz de impedir o avanço teórico de pensadores radicais, pois no momento de vida de Makhaiski o pensamento reformista social-democrata havia se consolidado como força política.

Outro ponto de confusão em Makhaiski é confundir intelectualidade e burocracia. Ao fazer uma identificação ampla de intelectualidade, Makhaiski não

consegue deixar claro as diferenças entre ambas as classes, sendo a primeira responsável pela produção de ideias, e a segunda pelo controle e direção (VIANA, s/d). Seu conceito amplo de intelectualidade tem origem em sua divisão absoluta entre trabalho manual e trabalho intelectual, secundarizando as subdivisões dentro da divisão do trabalho. Também contribui para sua confusão entre intelectualidade e burocracia sua compreensão de que o conhecimento é um meio de produção, o que leva alguns a concluir que a intelectualidade é uma classe exploradora e dominante.

Se a intelectualidade é detentora dos meios de produção então pode ser a classe dominante, conclusão a que chega Max Nomad. Seguindo este raciocínio, Max Nomad foi o primeiro a afirmar que na União Soviética havia uma nova formação social baseada na ditadura dos intelectuais como classe dominante. Gonzales Rojo radicalizou ainda mais essa perspectiva e cunhou o termo Modo de Produção Intelectual.

Desfazer essa confusão no pensamento de Makhaiski é combater as perspectivas que autonomizam a intelectualidade do conjunto da sociedade. As conclusões de Max Nomad foram combatidas por Mattick, que demonstrou a pouca autonomia dos intelectuais dentro do capitalismo e que nas condições da Rússia, a intelectualidade se transformou em burocracia e assumiu as funções do capitalista sob novas condições de extração de mais-valor, nas condições do capitalismo de Estado (MATTICK, 1973).

Já o mexicano Enrique Gonzales Rojo em seu estudo sobre a revolução cultural chinesa vai dizer que as revoluções culturais são revoluções levadas contra os expropriadores culturais dos trabalhadores. Ele vai definir a burocracia como uma fração da intelectualidade, e não como classes distintas como estamos apresentando. Gonzales Rojo diz que quando o partido político não está envolvido na destruição-criação, somente na destruição, as revoluções ficam inacabadas, tendo na aliança proletários-intelectuais o predomínio dos segundos. Daí que as revoluções russa e chinesa resultaram em novas sociedades pós-capitalistas com um modo de produção intelectual, caracterizado pela estatização dos meios materiais de produção, domínio ditatorial sobre a classe trabalhadora e elevação dos postos

burocráticos e técnicos à posição de comando. Há nesses países a apropriação pela intelectualidade dos meios intelectuais de produção, surgindo assim uma nova luta de classes: *“La oposición trabajo mental/trabajo físico no es una contradicción más, sino que es, como la contradicción principal, una contradicción de clase”* (ROJO, s/d, p. 47).

O conhecimento não é um meio material de produção, e sim um meio imaterial de produção, e também não produz mais-valor, por isso a intelectualidade é uma classe assalariada improdutiva e que é especializada na produção de ideias (VIANA, s/d). A produção de ideias não se dá por um meio material de produção convencional, e sim por meio imaterial. O conhecimento é uma força produtiva que pertence à força de trabalho individual, não é sinônimo de classe trabalhadora e sim das capacidades físicas e mentais que um indivíduo possui para realizar a produção (MARX, 1996; VIANA, s/d). O conhecimento como força produtiva é inseparável do seu possuidor, e a não ser pelos seus resultados, é sempre posto em movimento pelo seu possuidor, por uma força de trabalho, daí que a intelectualidade, enquanto força de trabalho está na mesma condição que o proletariado, na posição de vendedor de força de trabalho. Porém, no caso do proletariado trata-se da produção de bens materiais acrescidos de mais-valor, ao passo que a intelectualidade pode tão somente produzir ideias, em qualquer forma que assuma, seja ela filosófica, científica, religiosa, artística. E para produzir suas ideias a intelectualidade absorve parte da renda que está no Estado ou em organizações privadas (financiadas por grandes capitalistas). A intelectualidade produz uma força imaterial, seu trabalho é improdutivo, produz ideias e não mais-valor, por isto ela está em uma relação “não real com a economia social”, como diria Paul Mattick (MATTICK, 1973, p. 98).

Não acreditamos na possibilidade da intelectualidade como classe dominante, porque uma classe dominante tem de ser uma classe exploradora nas relações de produção, o que de fato a intelectualidade não é, posto que esta classe se caracteriza por produzir ideias (uma relação não real com a produção, trabalho improdutivo) e não bens materiais, que na sociedade capitalista são acrescidos de um mais-valor, apesar destes serem um dos resultados possíveis, bem como crenças, obediência, mobilização, ideologias, técnicas, organização, etc.

O correto significado de conceito de intelectualidade na perspectiva marxista diz respeito a uma classe social que na divisão do trabalho produz ideias (VIANA, s/d); por sua vez, a burocracia é a classe social responsável pela direção e controle, através de mecanismos que garantam a exploração por meio da dominação. A burocracia também representa uma relação social (baseada na hierarquia) e que se expande para toda a sociedade, para as relações sociais mais amplas. São classes diferentes que estão em relações sociais diferentes, hoje mais claro que na época de Makhaiski, mas que em comum dominam o proletariado, conclusão a que Makhaiski provavelmente teria chegado se estivesse sobrevivido mais alguns anos e observar a consolidação da burocracia como classe executora das funções capitalistas sob o capitalismo de Estado soviético.

Considerações finais

Makhaiski foi um pensador precoce, ao desenvolver cedo uma análise sobre a intelectualidade, bem como foi original, ao se apropriar de elementos do marxismo, a ênfase nas relações de classe, e da crítica de Bakunin, sobretudo no que diz respeito à autoridade e ao Estado, sustentando pioneiramente uma análise própria, produto de sua crítica da intelectualidade. Nesse processo foi um dos primeiros a romper com a social-democracia, ainda na virada do século XIX para o XX, como vimos em seus textos *Sobre os Interesses de Classe da Intelligentsia* e *Socialismo de Estado*.

Apesar do pioneirismo e da originalidade, Makhaiski é um pensador esquecido. Os motivos são muitos: desde o mal-estar que pode ser facilmente provocado por suas concepções no interior da intelectualidade; a radicalidade de seus posicionamentos, críticos tanto contra o marxismo partidário quanto ao anarquismo positivista; e até mesmo o pouco desenvolvimento da sociologia acadêmica, sobretudo no Brasil, ainda mais considerando o estudo sobre a intelectualidade. Porém, é prejudicial para os pensadores revolucionários o desconhecimento deste intelectual engajado que avançou e aprofundou o estudo da questão que explica a existência da intelectualidade como classe social. O marxismo autêntico é, por isso, crítico radical das organizações burocráticas.

Na esteira de seus estudos sobre a intelectualidade ainda existe campo de reflexão sobre as lutas em torno da contra-revolução, bem como novas interpretações sobre a sociedade russa de inícios do século XX, mas também numa caracterização da sociedade soviética nos primeiros anos, também estudos de outros temas, como a crítica da ciência. As possibilidades de apropriação dos estudos de Makhaiski são muitas.

Necessário destacar que para Makhaiski, a direção da intelectualidade nos acontecimentos históricos na Rússia de início do século XX foi antes de tudo uma outra ofensiva da sociedade burguesa, se apropriando das lutas das classes trabalhadoras, o que demonstra que para Makhaiski a autonomia do proletariado é um importante elemento na realização das práticas políticas das classes sociais.

A atuação de Makhaiski o levou a perceber, explicar e nomear a contra-revolução intelectual, embora, posteriormente esta tenha se encaminhado para uma contra-revolução burocrática que gerou o Capitalismo de Estado.

Em outro aspecto, sua denúncia da social-democracia, com a crítica da nacionalização dos meios de produção e controle pela intelectualidade, antecipa o debate que se abrirá com Keynesianismo e o chamado Estado de “Bem-Estar” social.

Desta forma, chegamos à conclusão de que Makhaiski tinha interesses e perspectiva proletária, bem como dominava aspectos da metodologia do materialismo histórico (baseada nas relações sociais entre as classes), porém careceu de solidez teórica e conceitual, sobretudo em relação à dinâmica mais geral da sociedade (teoria da sociedade, do capitalismo, etc.). O mérito de sua obra é denunciar a luta da intelectualidade para chegar ao poder e qual o seu projeto de sociedade, o Socialismo de Estado, projeto que na realidade concreta se tornou um Capitalismo de Estado dirigido pela burocracia, consequência das transformações na Rússia de início do século XX.

REFERÊNCIAS

AVRICH, Paul. *O que é o Makhaevismo?* Disponível em <http://passapalavra.info/2017/04/111586>

FERNÁNDEZ, Luis. *Porque de estos textos vestutos?* (introdução). In *La ciencia socialista: nueva religión de los intelectuales*. Espanha: Bardo Ediciones, 2010.

MAKHAISKI, J. V. *La Ciencia socialista, nueva religión de los intelectuales*. Espanha: Bardo Ediciones, 2010.

MAKHAISKI, Jan.Waclav. Sobre os interesses de classe da intelligentsia. In Revista Enfrentamento nº 22, Jul/Dez de 2017.

MARX, Karl. *Lei de queda da taxa de lucro*. In O Capital. Livro III, Volume IV. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. *Compra e venda da força de trabalho*. In O Capital. Livro I. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MATICK, Paul. *Rebeldes y renegados: la función de los intelectuales y la crisis del movimiento obrero*. Barcelona: Icaria, 1973.

ROJO, Enrique. *Génesis y estructura de la revolución cultural*. S/d.

TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo heterodoxo*. Brasiliense: São Paulo, 1981.

VIANA, Nildo. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. S/d.

SOBRE OS INTERESSES DE CLASSE DA *INTELLIGENTSIA*¹

Jan Waclav Makhaiski²

As forças sociais que ajudam a burguesia a dominar o pensamento do proletariado não pertencem à categoria habitualmente compreendida sob o vocábulo de “pequena-burguesia”. Elas são, como bem aparecerá, mais que isso, são “progressistas”. Karl Kautsky escreve, examinando a possibilidade de realização da exigência fundamental do Partido Socialista Polonês:

É com mais leviandade do que ciúmes da pequena-burguesia que os adversários do PSP falam da *intelligentsia*. Esta última representa uma força que não pode ser subestimada. A sociedade não precisa somente de engenheiros, de funcionários, de empregados do setor privado, de professores e de médicos, mas igualmente de jornalistas e advogados, a fim de conservar em movimento seu mecanismo. Com o crescimento da produção capitalista cresce simultaneamente a esfera de atividade desses profissionais, bem como sua importância para a vida econômica. Por outro lado, é sobre eles que recai o papel proeminente na política. Eles possuem o monopólio dos conhecimentos na sociedade contemporânea, seus interesses são muito diversos porque eles estão em condições de formar uma classe homogênea. No geral, eles têm maior proximidade com a burguesia, mas não tomam parte, enquanto classe, na luta de classe da burguesia. Os membros da *intelligentsia* podem, por esta razão, se colocar com maior facilidade que os membros da burguesia em um ponto de vista mais amplo que o de sua classe e, chegar assim, às representações de interesse geral de uma nação, ou bem de várias parcelas de sua população, desde que provoquem neles uma simpatia “particular”.

E Kautsky ainda rejeita, sem cerimônia, todo o materialismo econômico:

A *intelligentsia* burguesa fornece frequentemente os líderes espirituais ao povo em sua luta de classe, em particular no início, tanto que ela porta uma característica instintiva e inconsciente, expressando grandiosamente suas aspirações, com força e firmeza. Ela possui uma importância ainda maior quando toma parte em favor de uma ideia, isto porque ela cria um nó espiritual na sociedade. É por isso que não se pode fechar os olhos sobre o fato de que na Polônia é a *intelligentsia* que mais sofre nas mãos do governo russo e que este fato a empurra violentamente para os braços da causa nacional.

Apesar deste raciocínio nebuloso de seu “materialismo econômico”, lembrando mais o subjetivismo russo, e apesar da dupla relação com a questão levantada, nós sublinharemos aqui somente um de seus pensamentos profundos: o

¹ Publicado em 1898. Retirado da coletânea *Le Socialisme des intellectuels*, organizado por Alexandre Skirda.

² Tradução de Diego Marques. Militante do Movimento Autogestionário.

“crescimento” da *intelligentsia* enquanto parte da classe burguesa privilegiada³, crescimento provocado pelas necessidades do regime capitalista em plena autoexpansão. Kautsky observa ainda mais claramente este fenômeno, que a social-democracia não considera necessário tratar em seu programa, e sim em uma série de artigos publicados pelo órgão oficial do partido, a revista *Neue Zeit*⁴:

[Na sociedade capitalista] o trabalho intelectual torna-se a tarefa especial de uma determinada classe, que não é em geral diretamente interessada à exploração capitalista – e que por sua própria natureza não é necessariamente. Esta classe vive do valor dos seus conhecimentos e habilidades especiais.

Esta classe, que tem suas origens coincidindo com a produção mercantil simples, vê o seu papel aumentar rapidamente no modo de produção capitalista, que lhe delega a cada dia um número crescente de trabalhos intelectuais, reservados para os próprios exploradores, e que cria cotidianamente novos campos de atividade [...]

A *intelligentsia* é recrutada primeiramente entre os seus próprios filhos. Ela não quer deixar os seus conhecimentos para as classes menos privilegiadas. O desaparecimento da pequena exploração nas cidades e nos campos força, hoje em dia, aos pequeno-burgueses e também a muitos camponeses a formarem os seus filhos, a todo o custo, na *intelligentsia*, e que eles sejam capazes ou não, e que eles tenham ou não disposição, determinará que a parte dos seus filhos que não tenham sucesso encontra-se sob a ameaça de cair na condição do proletariado. Uma nova classe média, muito numerosa e que cresce constantemente, se forma. Já tentaram estudar esta questão mais a fundo, nós devemos parar por aqui para não interromper a marcha do nosso estudo.

Assim Kautsky conclui o seu estudo, para depois ele estudar mais a possibilidade de atrair a *intelligentsia* para o movimento social-democrata. Ele se evade muito sabiamente da questão “tentadora”, porque ele percebeu que a análise fundamental do fenômeno constatou, bem como a aplicação consequente de suas conclusões, que estão em contradição com os princípios social-democratas. Por exemplo, o fenômeno anularia, sem dúvidas, a seguinte tese do Programa de Erfurt⁵:

Todos os benefícios desta transformação [o desenvolvimento capitalista] são monopolizados pelos capitalistas e grandes proprietários de terra. Esta

³ Neste ponto, lembrar aqui o texto de Diego Marques, nesta edição, das confusões que Makhaiski faz entre burocracia e intelectualidade; considerar a intelectualidade uma classe dominante etc. (Nota da Revista Enfrentamento).

⁴ *Neue Zeit* (Novo Tempo) periódico do SPD (Partido Socialdemocrata Alemão) que contava com publicações de membros de todas as alas. Em diversos números de *Neue Zeit* é possível compreender as lutas no interior da socialdemocracia alemã e europeia, em especial as polêmicas entre suas três alas (centro, representado por Kautsky; os revisionistas, hegemônicos por Bernstein; a ala esquerda, cujo expoente foi Rosa Luxemburgo) (nota do tradutor).

⁵ O Programa de Erfurt é o documento final elaborado em encontro do SPD na cidade de Erfurt, em 1891, e que esboçou o quadro geral sob os quais a social-democracia deveria atuar, expressando a opção pelo reformismo. Nota do Tradutor.

tese não será mais exata com o crescimento da produção capitalista que fornece benefícios diretos, dentre outros, à nova classe média – a *intelligentsia* – “muito numerosa e sem parar de crescer”.

O crescimento de uma nova camada da burguesia privilegiada, na verdade, de uma nova camada burguesa de “assalariados” privilegiados, o crescimento da *intelligentsia* capitalista depende, portanto, essencialmente da existência feliz e próspera da produção capitalista.

Conforme o espírito do programa social-democrata, ele deve pensar que o inimigo do proletariado é um punhado de capitalistas e grandes proprietários de terra, que constantemente diminuem de proporção (um número relativamente pequeno – Programa de Erfurt). E por este meio se justifica a “espera paciente” e outras virtudes social-democratas.

Muito pelo contrário, o novo fenômeno que Kautsky é obrigado a destacar mostra claramente que o inimigo do proletariado é a sociedade burguesa em constante crescimento. Kautsky recorre à ajuda do oportunismo da social-democracia, mas nada pode fazer chegar a uma conclusão semelhante, isto porque seu inimigo ficará “em um número relativamente pequeno de capitalistas e grandes proprietários de terra”; Todo o restante da sociedade burguesa consistirá apenas na sociedade civil, tal como Liebknecht em 1869, em certo sentido inclassificável e assexuado, uma espécie de espectador não interessado diretamente na exploração capitalista, e “capaz de ultrapassar o estreito ponto de vista de classe” porque “foi criada a simpatia em relação aos interesses de amplas parcelas do povo”... Em uma palavra, um elemento com o qual, qualquer que seja a evolução do capitalismo, o proletariado está condenado a colaborar na luta comum contra “um número relativamente pequeno de capitalistas e grandes proprietários de terra”.

Apesar de seus exemplos limitados pela posição social-democrata em relação às questões “tentadoras”, Kautsky destacou alguns segredos sobre a natureza da *intelligentsia*, desta nobre classe capaz de ultrapassar o “estreito ponto de vista de classe”. Ele é obrigado a fazer como os outros que estão nas fileiras da social-democracia, que sonham com projetos, por mais utópicos que sejam, de criação de “batalhões operários” formados por instrutores, médicos, etc.

Ainda no texto anteriormente mencionado, lemos as seguintes palavras de Kautsky:

Os trabalhadores intelectuais possuem a particularidade de não ter nenhum interesse de classe em comum, somente interesses profissionais, mas, apesar disto, eles representam uma camada social privilegiada em oposição com o proletariado que quer pôr fim a todos os privilégios.

Os serviços de guerra e a Igreja formaram, na época feudal, os meios para o nobre se encaixar na sociedade. O modo de produção capitalista ajustou esses meios para a *intelligentsia*. [] A *intelligentsia* é a aristocracia do espírito e seu interesse, na sociedade atual, lhe sugere a manter por todos os meios esta característica. Por isto, o antissemitismo crescendo neste círculo, a oposição à liberdade de estudo para as mulheres, o esforço para manter as barreiras corporativas tradicionais, lá onde elas existem, ou para criar novas barreiras onde não existem.

Quando a social-democracia exige para todos o mesmo direito à instrução, quando ela procura derrubar os obstáculos que impedem a mulher e o proletário de chegar à *intelligentsia*, e eu digo a *intelligentsia* trabalhadora/profissional, ela não faz mais que intensificar um fato que, na sociedade atual, se agita mais mortalmente sobre a *intelligentsia*: a superprodução de pessoas cultas. Sobre este ponto capital, os interesses do proletariado são diametralmente opostos ao da *intelligentsia*.

Ainda assim, apesar dos seus serviços, Kautsky não ignora nada do parasitismo da existência da *intelligentsia* enquanto classe da sociedade burguesa, e que se esforça por todos os meios para conservar seu monopólio, e por isso seus interesses são “diametralmente opostos” aos do proletariado. Mas aqui, na Polônia russa, esta *intelligentsia* privilegiada é a que “mais sofre nas mãos do governo russo”. Conhecendo esse fato, Kautsky não chega mesmo à única conclusão possível segundo a teoria socialista da luta de classes, saber que os sofrimentos da *intelligentsia* polonesa fizeram nascer um interesse de classe muito forte e consolidado na sociedade burguesa polonesa; ela toma como sua tarefa utilizar o movimento operário como instrumento de diminuição deste “sofrimento” do privilégio, utiliza-o para o desenvolvimento da vida parasitária da classe intelectual em seu conjunto. Mas o movimento operário não pode ajudar neste interesse de classe da burguesia nacional.

Esta atitude, oportunista e exemplar de Kautsky em relação ao patriotismo polonês, não é apenas a consequência lógica de sua habilidade em saber se conter diante de uma questão “tentadora”, a fim de não transgredir uma fórmula qualquer da social-democracia. Este novo fenômeno gerado pela evolução capitalista força Kautsky a afirmar que a classe da *intelligentsia* em seu conjunto é uma classe privilegiada, em crescimento irreversível, que ele possui uma característica “aristocrática”, e que por isso ela é mais próxima da burguesia. Contudo, os princípios social-democratas não permitem a ele nomear esta classe de “abertamente

burguesa” – ou seja, inimiga do proletariado –, pois é bem conhecido que a burguesia – a inimiga oficial do proletariado – não pode ser mais que “um número relativamente pequeno de capitalistas e de grandes proprietários de terra”.

A burguesia representa, isto é verdade, uma “classe privilegiada da sociedade burguesa”, mas ela também é formada por “trabalhadores” que, apesar de privilegiados, não são ainda “capitalistas e grandes proprietários de terra” (Programa de Erfurt). Os princípios infalíveis da social-democracia decidiram, de uma vez por todas, que a “nova classe média, muito numerosa e crescente” – a *intelligentsia* – é um componente fora do regime de classes que será condenado, conforme esta definição a permanecer assim, cada vez mais forte, e com crescimento constante. Seus privilégios serão multiplicados, sua vida parasitária e a manifestação de seus interesses “diametralmente opostos” em relação ao proletariado, apesar de tudo isso, a *intelligentsia* será condenada a não tomar parte, enquanto classe, na luta entre a burguesia e o proletariado, o que significa, segundo os ensinamentos da social-democracia, que ela será habilidosa de acordo com a capacidade de “ir além” do estreito interesse de classe.

Os princípios social-democratas consideram, como vimos mais acima, que a realização dos “conhecimentos e capacidades especiais” da *intelligentsia*, enquanto classe, não será vinculado, por sua própria natureza, à exploração capitalista. Os princípios infalíveis nem mesmo suspeitam da *possibilidade de reprodução da intelligentsia, de geração em geração, enquanto classe*, por transmissão de seus “conhecimentos e habilidades especiais”, o que pressupõe propriedades hereditárias especiais que esta classe e, por consequência, que *esta reprodução está vinculada e interessada diretamente na existência da exploração capitalista*⁶.

Kautsky não esqueceu que o proletariado, enquanto a classe mais inferior, veio para pôr fim com todos os privilégios. Em seguida, querendo indicar com mais exatidão a diferença de interesses entre o proletariado e a *intelligentsia* para “revelar o ponto decisivo da questão”, ele se omite de falar dos interesses da *intelligentsia* enquanto classe para mencionar as aspirações de sua parte reacionária (antisemita,

⁶ Kautsky fala, é verdade, do monopólio do saber, mas ele também afirma que o “saber é uma força de trabalho”.

antifeminista) que se contrapõe não “ao interesse do proletariado em acabar com todos os privilégios”, mas sim à exigência da social-democracia de *livre acesso para os proletários e mulheres ao privilégio de pertencer às fileiras da intelligentsia profissional*, exigência esta que é de bom grado para os burgueses liberais.

Se a social-democracia quisesse, como o proletariado, o fim de todos os privilégios, ela não iria se satisfazer com a proclamação de um nebuloso “direito à instrução igual para todos” e em destruir os obstáculos que atualmente impedem os proletários e a mulheres de ingressarem nas fileiras da intelligentsia profissional; ao contrário, ela saberia que o inimigo do proletariado não é somente o antisemita ou antifeminista, que aumenta as “barreiras” artificiais contra a penetração de novos membros na intelligentsia, mas também o liberal que atualmente propõe o “livre acesso” para o proletariado se inserir na intelligentsia profissional. Ela saberia que o inimigo do proletariado é a intelligentsia que tem seus interesses de classe baseados na exploração. Todos os planos de política social progressista, socialista de Estado, etc., que nascem na esfera da classe social que é capaz de “ir além do estreito horizonte de classe” têm por objetivo evidente não a supressão da exploração do proletariado, mas sim abrandar, reduzi-la, com a finalidade de lhe reforçar ainda mais.

Introdução

A Escola Derivacionista realizou a sistematização teórica sobre o estado capitalista, o que tem contribuído consideravelmente com o avanço da expressão teórica da luta revolucionária do proletariado. Contudo, considerando as poucas obras já traduzidas para o português, ainda é pouco divulgada e pouco conhecida no Brasil. Nesse sentido, retomar a discussão sobre as suas especificidades é um meio de possibilitar, simultaneamente, a compreensão do papel do estado na sociedade atual.

Neste artigo, a proposta é a de apresentar uma breve abordagem sobre a concepção de estado desenvolvida pela Escola Derivacionista e sobre a sua contribuição para a teoria do proletariado. Para isso, dividimos esta discussão nos seguintes tópicos. No primeiro momento apresentaremos a Escola Derivacionista, seus representantes e seu surgimento; Posteriormente, abordaremos as ideias centrais da concepção de estado desenvolvidas pelos intelectuais da Escola Derivacionista. Por fim, Analisaremos o que representa a concepção de estado da Escola Derivacionista para o marxismo.

A Escola Derivacionista

A Escola Derivacionista, também chamada de “escola da derivação ou escola da lógica do capital” (CARNOY, 1986, p. 166), surge na Alemanha entre 1970 e 1974, especificamente em Berlin e em Frankfurt, por isso também é abordada pelo nome de *debate alemão sobre o estado*. Em português, a denominação corrente tornou-se “debate derivacionista do Estado”, ou “debate da derivação do Estado” (CALDAS, 2015, p. 06).

* Doutor em história e professor do programa de história da Universidade Federal de Goiás/câmpus Uruaçu.

O título “debate” explicita bem o que foi a denominada escola derivacionista, ou seja, correspondeu a um debate que foi gerado por alguns intelectuais alemães¹, que ao influenciar vários pensadores da Alemanha e se estender para outros países naquela mesma década (para o reino unido com John Holloway e Sol Picciotto, por exemplo), gerou um grupo de intelectuais que passou a debater e produzir em torno desta ideia. A escola derivacionista não é homogênea, “não constitui, exatamente, um conjunto teórico acabado” (NAKATANI, 1987, p. 36). Contudo, apesar de alguns pontos de divergências entre seus integrantes, estes apresentavam concordância em torno de questões em que o estado era o ponto central.

Holloway e Picciotto (1978) consideram que há três tendências que podem ser distinguidas no interior da escola da derivação.

A primeira deriva “...a necessidade da forma Estado como instituição separada, a partir das relações entre os capitais individuais (p. 36)”; a segunda insiste “...sobre a necessidade de fundamentar a análise do Estado sobre as formas de aparição das relações capitalistas na superfície da sociedade e, não sobre a natureza essencial do capital (p. 41)”; e a terceira, “...sustenta que a forma particular do Estado deve ser derivada não da necessidade de estabelecer o interesse geral em uma sociedade anárquica, mas da natureza das relações sociais de dominação da sociedade capitalista (p. 43)” (NAKATANI, 1987, p. 36).

A escola derivacionista corresponde, portanto a uma perspectiva em torno da qual vários intelectuais discutiram o estado. O estado passa a ser abordado segundo os preceitos de ser uma derivação do modo de produção, sendo inseparável deste e a ele correspondia as consequências de sua ação, e só assim é que poderia ser compreendido. Falaremos sobre isso de forma mais detalhada no próximo tópico.

O surgimento da escola derivacionista foi motivado, por um lado, pelo amplo movimento estudantil que emergiu em vários países da Europa no final da década de 1960, que levou algumas universidades, neste caso na Alemanha, a buscar no método dialético uma explicação para a relação entre estado e sociedade; por

¹ Os primeiros a criarem e estabelecerem este debate foram “Wolfgang Müller, Christel Neusüß, Elmar Altvater, Bernhard Blanke, Ulrich Jürgens, Joachim Hirsch, Freerk Huisken, Margaret Wirth, Claudia von Braunmühl, Heider Gerstenberger, Sybille von Flatow e Hans Kastendiek [...] atualmente, os estudos daquele período têm merecido a atenção de pesquisas recentes na Europa elaboradas, por exemplo, por Ingo Elbe e John Kannakulan” (CALDAS, 2015, p. 02). Segundo o principal livro que consta o conjunto dos primeiros textos publicados pelos derivacionistas (BONNET e PIVA, 2017), acrescenta-se ainda Jünger Hoffman, John Holloway, Sol Picciotto e Helmut Reichelt.

outro lado, foi consequência da superação da ilusão que envolvia a crença na social-democracia como partido revolucionário. Nesse sentido, o Maio de 68 e a ascensão da social-democracia ao poder alemão foram os principais acontecimentos que constrangeram alguns intelectuais a estabelecerem um debate sobre o estado, dando origem à escola derivacionista. Segundo Hirsch (2017, p. 27), um dos primeiros representantes desta escola,

Um fator importante para o seu surgimento foi o movimento estudantil no final dos anos sessenta, um dos quais levou, em 1969, pela primeira vez desde o pós-guerra, a assumir na Alemanha um governo liderado pela socialdemocracia. O que não deve ser esquecido, no entanto, é que o Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD), por este tempo já havia deixado de orientar-se pela teoria marxista. A Federação Socialista Alemã de Estudantes (SDS, pelo seu nome em alemão), uma de suas organizações juvenis, havia sido expulsa do partido alguns anos antes por seus “desvios esquerdistas”. Neste contexto, a reflexão sobre o reformismo socialdemocrata adquiriu especial importância para os estudantes revoltosos.

O movimento estudantil² e a ascensão do governo social democrata no final da década de 1960 promoveram a expansão do sistema universitário na Alemanha, o que possibilitou que intelectuais próximos da perspectiva marxista obtivessem cargos pela primeira vez após décadas. Para Caldas (2015), os elementos que contribuíram para o surgimento da escola derivacionista emergiram no final da década de 1960.

O texto que inaugura o debate derivacionista foi o ensaio *A Ilusão do Estado Social e a Contradição entre Trabalho Assalariado e Capital*³, escrito por Wolfgang Müller y Christel Neusüß. A partir daí foram publicados outros, a maioria nas revistas “*Probleme des Klassenkampfes. Zeitschrift für politische Ökonomie und sozialistische Politik (PROKLA) de Berlín y Gessellschaft. Beiträge zur Marxschen Theorie (Gesellschaft) de Frankfurt*” (BONNET e PIVA, 2017, p. 09).

² Segundo ainda Altvater e Hoffman (2017, p. 42) “o movimento estudantil autoconsciente inventou novas formas de prática política e rejeitou desdenhosamente a “política tradicional”, também buscou uma abordagem teórica para questões políticas contemporâneas, novas, originais e provocativas”. Neste projeto, a teoria do estado era, por assim dizer, o primeiro passo da recuperação e a aplicação do método de Marx à reconstrução do conceito da totalidade social”.

³ John Holloway (2017) remete a Hirst as primeiras discussões sobre a derivação do estado, o qual buscou em Evgueni Pashukanis, em sua obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (2017), elementos para desenvolver esta discussão.

Os derivacionistas se posicionaram criticamente diante de perspectivas predominantes que até então abordavam o estado, a exemplo da socialdemocracia, do keynesianismo, do stalinismo, e de outros pensadores como “Nicos Poulantzas⁴, Althusser, Ralph Miliband, Jürgen Habermas, Claus Offe e da Teoria Monopolista do Estado” (CALDAS, 2015, p. 02). A articulação da concepção derivacionista foi desenvolvida a partir dos pressupostos teórico-metodológico de Marx⁵, como ressalta Holloway (2017, p. 40-41), “focaram na metodologia de Marx como processo de derivação das diferentes formas das relações sociais capitalistas [...] que entendia o capital não como fenômeno econômico, mas como o conjunto das relações de dominação na sociedade”. Hirsch (2010, p. 19) enfatiza sobre isto considerando a perspectiva da escola derivacionista como expressão da teoria materialista do estado. Segundo ele,

A teoria materialista do Estado não é uma construção teórica fechada. Ao contrário, ela compreende análises bem diferenciadas. O que elas têm em comum é a referência, sempre específica, ao materialismo histórico desenvolvido por Marx e à sua crítica da economia política.

Hirsch esclarece também que Marx não se dedicou a um debate profundo e articulado especificamente sobre o estado. Suas referências foram apresentadas de forma esporádica e apresentadas em diversas passagens no conjunto de suas obras. Isso não quer dizer que não há em Marx uma análise aprofundada sobre o estado. Marx se tornou o principal representante da crítica radical ao Estado e a ele corresponde o desenvolvimento de uma concepção indispensável para compreender o seu papel na sociedade moderna, assim como a relação que mantém com seu principal opositor, a classe operária.

O que Hirsch destaca, portanto, é que era preciso um estudo sistematizado sobre a concepção de Estado a partir das contribuições de Marx, já que

⁴ Apesar das críticas a este pensador, consideravam que a discussão que Poulantzas (1980) desenvolveu sobre a relação entre estado e capital a partir da compreensão de que o estado exercia uma autonomia relativa, o que abria brechas para se pensar a transformação social a partir do estado, mas que sua concepção apontava a ligação recíproca entre capital e estado e na impossibilidade da transformação social através do estado (HOLLOWAY, 2017).

⁵ Hirsch (2010, p. 22) chama a atenção ainda que: “a teoria materialista do Estado não apenas não é nenhuma construção teórica fechada, como se desenvolve no confronto com outras análises e correntes teóricas não “marxistas”, incluindo a história econômica e social. Para mencionar algumas: a teoria do capitalismo e da burocracia de Max Weber (Weber, 1956), a teoria dos sistemas (ver Jessop, 1990a) ou a teoria do poder de Michel Foucault 1977a e b, 1999; ver também Rabinow e Dreyfus, 1994”.

este não teve tempo de fazer este estudo em vida. Daí a proposta e objetivo do debate e da crítica derivacionista ao Estado, nas palavras do próprio Hirsch (2010, p. 19-20):

No seu centro, está o esforço por decifrar o conceito de Estado, existente no senso-comum e aplicado pelo *Mainstream* da Ciência Política, como a expressão de estruturas sociais caracterizadas por formas específicas de exploração e de opressão e, assim, portadoras de caráter contraditório [...] não se trata apenas de explicar como o Estado funciona ou deve funcionar, mas que relação social ele apresenta e como ela pode ser superada [*itálico do próprio autor*].

A discussão que travam sobre o estado demonstra a complexidade que este assumiu na modernidade. Em decorrência disso é que intelectuais que partem da concepção burguesa, por um lado, passaram a concebê-lo em seu aspecto aparente, ou seja, como defensor dos interesses universais. Isso levou ao ocultamento do seu lado repressor e de ser auxiliar de uma classe específica desta sociedade. Por outro, abandonaram completamente o conceito de estado, foi o que ocorreu na Ciência Política, “que aconteceu especialmente no quadro das análises do pluralismo teórico e da ação behaviorista, que estavam em moda em meados do século XX” (HIRSCH, 2010, p. 11).

Neste contexto, o estado passa a ser considerado apenas como “o campo organizativo em que a política é formulada e implementada” (HIRSCH, p. 11), substituindo assim a palavra estado por “sistema político”. A partir daí nada mais é pensado para além da “totalidade das instituições públicas”. O estado se torna um espectro confuso e sua verdadeira face ocultada, conseqüentemente, naturalizado.

Em síntese, os estudos desenvolvidos e sistematizados pela escola derivacionista oferecem importantes contribuições para a compreensão do estado. Vejamos estas questões um pouco mais detalhadamente.

O Estado na concepção da Escola Derivacionista

De acordo com Hirsch (2017), o ponto de partida para as reflexões desenvolvidas pelos intelectuais que integraram o debate da derivação do estado deve-se a um questionamento que Eugen Pashukanis fez ainda nos anos de 1920, que foi o seguinte: “Por que a dominação de classe não permanece como está, isto é, a sujeição de uma parte da população a outra? Por que assume a forma de dominação

estatal?” (HIRSCH, 2017, p. 29). Pachukanis⁶ abordou, baseado nos escritos de Marx, a

Compreensão do direito e do estado a partir de uma análise cuidadosa da mercadoria e chegou à conclusão de que o estado tem que ser compreendido como uma forma de relação especificamente capitalista, da mesma maneira que o valor e o dinheiro (HOLLOWAY, 2017, p. 40).

Uma parte da resposta àquelas questões já se encontrava em Pachukanis, mas ela não estava desenvolvida de um modo inteiramente satisfatório (FAUSTO, 1987, p. 291). Daí os intelectuais da escola da derivação concluírem, portanto, que o foco da análise deveria ser o porquê:

O aparato de violência física não seguiria sendo o instrumento privado da classe dominante, como no feudalismo, senão que assumiria a forma de um poder público impessoal, separado da sociedade. Essa mudança é explicada a partir das particularidades do modo de socialização capitalista, baseado na propriedade privada, na produção de mercadorias e no trabalho assalariado formalmente livre, e no qual a produção e a apropriação do produto adicional são mediadas pela troca de mercadorias no mercado (HIRSCH, 2017, p. 29).

A questão é que as relações sociais instituídas pelo capitalismo exigem que o estado se apresente como sendo um órgão separado das classes sociais, ou seja, que se metamorfoseie como um instrumento neutro. Esta posição do estado fornece aos capitalistas o poder de decidir a organização social sem que sejam notados como os verdadeiros agentes de instituição da exploração. Segundo Hirsch (2017, p. 29):

Os capitalistas não devem dispor (legitimamente) dos meios de violência física, senão, não teriam mercado, nem competição, nem trabalho assalariado livre. O estado com seu “monopólio de poder” é, portanto, capitalista, sem poder ser um instrumento direto da classe economicamente dominante.

Partindo da concepção sistematizada anteriormente por Pachukanis é que Müller e Neusüß (2017, p. 127) inauguram a sistematização do debate derivacionista sobre o estado: “ao investigarem a conjuntura e as intervenções de política econômica por parte do estado, surgiu a necessidade de esclarecer as categorias para determinar as relações entre o processo de acumulação de capital e o estado burguês”.

⁶ A concepção que Pachukanis estava desenvolvendo ainda na década de 1920 entrou em contradição com os esforços de Stalin e de seus seguidores para consolidar a União Soviética como estado operário, sendo, portanto, levado à execução em 1937 (HOLLOWAY, 2017).

Os autores se dedicam aí a fazerem uma crítica à concepção revisionista do estado e de suas tendências e ao como as funções específicas do estado social são apresentadas. Para os revisionistas, ressaltam os autores, o estado continua mantendo um papel fundamental para a classe operária no processo de transformação social. Em suas próprias palavras:

A estratégia revisionista afirma antes de mais nada a transformação do capitalismo em socialismo mediante a conquista gradual do poder do estado pela classe operária através de reformas legais realizadas dentro do sistema existente (os teóricos revisionistas abandonaram gradualmente o marco conceitual do movimento operário; então, ao invés de falar em “classe operária”, falam de “forças democráticas” (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 128).

Os revisionistas manifestam implicitamente uma negação da ideia de que a transformação social é fruto da luta revolucionária do proletariado e não do estado. As suas ideias encontram muitos adeptos nos partidos alemães, incluindo aí o Partido Comunista Alemão (KPD). Nesse sentido, o revisionismo torna-se uma perspectiva que se fundamenta no reformismo, uma concepção burguesa e contrária à perspectiva operária. O estado é concebido como uma mera ferramenta acima da sociedade, que pode ser apropriado para mediar os diversos interesses e grupos de interesses sociais, os quais podem determinar a política social estatal. Segundo os autores supracitados: “O revisionismo é a forma em que a classe inimiga se enraíza no movimento operário e a ideologia da classe dominante também se torna a ideologia dominante da classe operária” (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 133).

Mathias e Salama, outros integrantes da escola derivacionista, observam que esta concepção que concebe o estado como estando acima das classes sociais tem suas bases reais fundadas no fetichismo da mercadoria. Segundo os autores: “A generalização da mercadoria fornece as bases materiais para uma coisificação das relações de produção. O fetichismo da mercadoria faz com que o Estado apareça como algo acima das classes sociais” (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 25).

A crítica aos revisionistas, Bernstein em específico⁷, revela que esta é uma ideologia burguesa e enquanto tal exerce determinadas influências nas relações sociais estabelecidas, no sentido de contribuir com a reprodução do capitalismo. A

⁷ Que buscou formular a ideologia, concepção não revolucionária, para a classe operária, de colocar a reforma social no lugar da revolução.

luta de classes é escamoteada, desaparecendo completamente e em seu lugar é colocada a ideia de considerar a sociedade como pluralista e atravessada por vários conflitos de interesses. A teoria da luta de classes dá lugar à ideologia do pluralismo. Desta forma, “elimina o conflito de classes como forças dinâmicas do desenvolvimento social e nega explicitamente a crítica da economia política como pressuposto teórico para o movimento e as leis da sociedade capitalista monopolista” (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 160).

Nesta perspectiva, o estado aparece como “estado social” (ou estado distributivo, estado de bem estar, estado intervencionista ou estado de serviços) e independente das relações de produção e distribuição capitalistas. Ao contrário dos revisionistas, os derivacionistas observam que ao estado compete assegurar os meios mínimos e necessários para a manutenção da vida e também o silêncio político daqueles que são atendidos.

O estado social, portanto, se organiza de acordo com os princípios organizacionais dos capitalistas. Defendem, por isso, que a luta de classes está obsoleta, uma vez que o problema agora é considerado no âmbito individual, onde os conflitos de interesses se manifestam. O bem estar social depende da boa consciência dos capitalistas, assim como dos demais indivíduos que integram a sociedade, a ideia burguesa de cidadania manifesta bem esta concepção.

A ideologia do estado social contribui para tornar a classe operária passiva diante das questões sociais, uma vez que emerge a ideia da necessidade de ser conduzida pelas organizações burocráticas criadas por ela mesma. Por isso, a importância dos supostos partidos operários e dos sindicatos para se alcançar o socialismo. O estado é considerado, por isso, como fonte de bem estar. “Através da liquidação prática e teórica das lutas revolucionárias do proletariado através das organizações social-democratas, as lutas proletárias concretas são suprimidas da consciência histórica” (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 169).

É partindo da crítica a esta concepção que vai se elaborando a perspectiva derivacionista sobre o estado. Para esses autores, ao contrário do que defendia a concepção revisionista, o estado está intimamente integrado às relações de produção e distribuição capitalista e se coloca como seu principal defensor e

reprodutor. Portanto, o estado “é derivado do modo de produção, o que mostra a relação indissolúvel entre ambos. Por conseguinte, em cada modo de produção existente, existe um estado correspondente. Tal tese, já enunciada por Marx, é aprofundada pelos representantes desta escola” (VIANA, 2006, p. 05).

Um exemplo disso está nas crises do próprio capitalismo, nas quais o estado desempenha um papel fundamental⁸. Para Müller e Neusüß (2017, p. 148) “as intervenções do estado para prevenir as crises são a pré-condição de suas ações sociopolíticas e, por sua vez, a autonomia do estado na esfera da distribuição de renda é a pré-condição de suas “estratégias de prevenção das crises”.

Agindo de acordo com os interesses do capital o estado legitima sua ação, torna-se o principal mediador e regularizador da luta de classes entre os capitalistas individuais e a classe operária. O objetivo proposto imediatamente é colocado em torno da manutenção da ordem estabelecida pelo capital, ou seja, reproduzir cotidianamente a relação de exploração que gira em torno da produção e distribuição de mercadorias. Isso quer dizer que o estado representa os interesses do capital coletivo, mas “somente na medida em que representa os interesses do capital individual ou, pelo menos, da sua fração mais poderosa” (MÜLLER E NEUSÜß, 2017, p. 151). Nesse sentido, “a atividade do estado está limitada à distribuição de renda salarial (“serviços sociais”, capacitação de mão de obra) e uma certa redistribuição de lucros entre diferentes grupos de capitalistas (subsídios, isenções fiscais para investimentos, etc)” (Idem, p. 152). Mathias e Salama (1983, p. 26), colocam que:

O Estado capitalista é uma categoria deduzida de uma outra, que a precede. Sua intervenção se inscreve em relação ao “capital em geral” e aos “numerosos capitais”. Embora a reprodução do capital não possa ser concebida sem o Estado, esse (sobretudo) não é capital.

Ao estado cabe o papel de assegurar o crescimento e a prosperidade do capitalismo. É para esse propósito que são criadas as políticas estatais divulgadas como políticas públicas, políticas econômicas, políticas sociais etc. Por um lado, o estado busca regularizar as relações sociais para possibilitar a distribuição ampliada de mercadorias através do mercado, o que é feito através da repressão ampliada, e de outro, assegurar a regularização, formação e manutenção da força de trabalho,

⁸ Para uma leitura mais detalhada sobre o papel do estado no momento de crise do capital, ver Holloway e Piccioto (2010).

assim como sua integração no circuito das relações de produção e distribuição. Isso quer dizer “que o estado só pode existir e adquirir novas funções sobre a base da produção capitalista [...] esta base capitalista determina e circunscreve as intervenções do estado “na economia” até nos mínimos detalhes” (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 192).

Müller e Neusuß (2017, p. 724) remetem a Marx a interpretação mais clara sobre o aspecto fundamental do estado, vejamos:

Marx concebe a “sociedade existente” como “fundamento do estado existente” e é a partir da sociedade e de suas relações contraditórias fundamentais que uma compreensão da sociedade burguesa pode ser desenvolvida e sintetizada [...] sob a forma de estado, sempre em seus modos históricos e concretos de aparição.

Marx, segundo os autores, não dedicou uma obra específica para abordar o estado, mas desenvolveu importantes reflexões que esclarece sobre “os modos específicos que o estado burguês intervém sobre a base das contradições fundamentais dos processos de trabalho e valorização” (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 195). Ressaltam que uma concepção resumida de Marx sobre o papel do estado foi apresentada em sua discussão sobre a legislação fabril no primeiro volume de *O Capital*, onde, a partir de um exemplo concreto, apresenta a derivação do estado a partir do modo de produção, entendido como “síntese da sociedade burguesa”. Os autores consideram a teoria do valor de Marx como o ponto de partida e essencial para compreender o estado. Nesse sentido, é preciso distinguir duas tendências:

A enorme tendência do capital para prolongar a jornada de trabalho superou uma série de limitações tradicionais e, acima de tudo, a resistência dos próprios operários. Neste processo, o capital recebeu um apoio essencial *das leis coercitivas do estado para estender a jornada de trabalho* (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 199 [itálico dos autores])

Os autores ressaltam ainda que a ascensão do capitalismo foi acompanhada desde a época da acumulação primitiva do capital por essa forma de legislação. É a partir daí que classe capitalista se utilizou do estado de forma direta para atender aos seus próprios interesses. O estado torna-se um instrumento de representação dos capitalistas e as leis fabris que regulariza as relações de exploração manifestam suas ações neste sentido, isto é, é a expressão da fome dos capitalistas pelo mais-valor.

Tais leis restringem o desejo que o capital experimenta de sangrar sem taxa nem medida a força de trabalho, e o faz mediante a limitação coercitiva da jornada de trabalho através do estado, e precisamente por um estado

dominado pelo capitalista e o latifundiário (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 200).

Para os derivacionistas, a lei fabril nada mais é do que o resultado da luta de classes mais ou menos aberta entre a classe capitalista e a classe operária. Os capitalistas retiram à força o mais-valor da classe operária, que por sua vez, resiste, luta para abolir essas relações que lhe imputa cotidianamente sua alma, sua força de trabalho. É nesse sentido que as leis são consequência da *lei natural* do próprio capitalismo. Müller e Neusuß ressaltam que as leis não são resultado de elucubrações de parlamentares, senão, o resultado do modo de produção moderno que se desenvolve a partir das relações concretas. Isso quer dizer que “sua formulação, reconhecimento oficial e proclamação estatal foram o resultado de uma prolongada luta de classes” (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 203). Portanto,

A conservação do modo de produção capitalista exige a organização dos trabalhadores como classe, uma vez que eles não seriam capazes de salvaguardar a sua existência como vendedores individuais da mercadoria força de trabalho. Esta é a origem das funções sócio-políticas do estado, a formação e o reconhecimento dos sindicatos e o desenvolvimento do reformismo no movimento operário (MÜLLER E NEUSÜB, 2017, p. 209)

É neste contexto que a perspectiva da escola derivacionista desenvolve uma reflexão sobre uma questão central a respeito do estado, que se trata da *forma política*. Como colocado no início deste tópico, o estado se apresenta como órgão separado da luta de classes, questão central para continuar se mantendo como o legítimo detentor da repressão social. Isso representa a essência de sua forma política.

Hirsch busca na teoria do valor de Marx a explicação para a forma política, que segundo o próprio autor constitui como parte fundamental do desenvolvimento posterior do pensamento de Marx. Para ele o valor e a forma política constituem como expressão fundamental do modo de produção e distribuição capitalista, ambos se condicionam, o que não quer dizer que “o estado pode derivar diretamente da economia. Neste sentido, a expressão “derivação do estado” tende a confundir. Entre a forma política e a forma de valor não há uma relação funcional senão de articulação” (HIRSCH, 2017, p. 30). Isso quer dizer que:

O estado é capitalista por sua forma, não pelo que faz, não pelas funções que cumpre. É simplesmente por ser uma instância separada do processo de produção e exploração que o estado é capitalista. Sua separação ou particularização significa que depende do processo de exploração para obter sua renda e, portanto, para sua existência material. Sua própria

existência depende de que faça todo o possível para assegurar as condições necessárias para a reprodução do capital. Sua função deriva de sua forma” (HOLLOWAY, 2017, p. 42).

Nesta perspectiva é que afirma Salama e Mathias (1983), parafraseando Engels, de que o estado é o “capitalista coletivo ideal”. Isso quer dizer que qualquer governo que assumir o poder do estado, seja ele de direita ou de esquerda, precisa atuar no sentido de promover a acumulação de capital.

Nesse sentido, a existência do estado é sempre dependente das lutas entre o capital individual e grupos de capitalistas, que obtendo sucesso nesta empreitada, colocam o capitalismo em perigo. O perigo está em revelar a essência que move a existência do estado, já que revelaria o que está por trás de sua forma política, ou seja, o de ser um estado capitalista.

Se o estado é a forma política do capitalismo isso quer dizer que qualquer tentativa de abolir o capitalismo com sua ajuda será fracassada, “o que implica também que todas as intenções de transformar a sociedade capitalista mediante uma “conquista” do poder estatal estão destinadas ao fracasso e que a política através do estado e dos partidos têm seus limites” (HIRSCH, 2017, p. 30). Para o autor, dois exemplos históricos que demonstram isso podem ser expressos pelo leninismo e pelo reformismo social-democrata.

Importante, portanto, considerar que o estado e as políticas instituídas por seu intermédio assumem várias formas no decorrer do desenvolvimento capitalista. Estas formas que assumem o estado são derivadas da dinâmica da luta de classes, na qual inclui a competição entre os capitais, a disputa entre os estados nacionais pela hegemonia e fundamentalmente a luta entre a classe operária e a burguesia. O exemplo destas formas pode ser observado no fordismo após a II Guerra Mundial e no neoliberalismo, no fascismo e nas ditaduras.

Em síntese, as diversas políticas instituídas pelo estado são organizadas e efetivadas dentro das formas políticas existentes e não são capazes de efetivar uma transformação radical da sociedade, senão, de reproduzi-la. São, portanto, reformistas, o que quer dizer que efetivam mudanças graduais no interior do capitalismo, muitas vezes indispensáveis, para que este continue existindo. Um exemplo disso é a referência que Marx faz à jornada de trabalho de oito horas. Esta

política do estado, aparentemente contra os interesses do capital, impediu que a própria base do capitalismo fosse destruída, o trabalho vivo.

Além destas questões já apontadas anteriormente, um dos temas que até agora foi pouco discutido e mereceria uma abordagem específica é o processo que se denominou de internacionalização do estado, questão que se tornou amplificada com a reestruturação neoliberal e com a “desregulação dos movimentos internacionais de capital e a expansão das empresas multinacionais” (HIRSCH, 2017, p. 34). Para Hirsch o processo político interno dos estados são cada vez mais expressão das relações de poder em âmbito internacional. Um exemplo disso é a transformação impulsionada pela “desregulação dos movimentos financeiros, que converte os estados em “estados concorrentes” que competem entre si para oferecer condições ideais ao capital para sua valorização, reduzindo suas margens de manobra na esfera política” (HIRSCH, 2017, p. 34).

Esta aproximação tornada cada vez mais clara aos olhos da população sobre os processos políticos e institucionais do estado promove uma crise da representatividade do próprio estado, uma vez que desperta para uma crítica de sua forma política como expressão particular dos interesses do capital. Foi em consequência desta crise e com o objetivo de proteção do próprio estado que emergiram instituições supraestatais internacionais como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio. Isso, no entanto, coloca em cheque o “monopólio da violência” estatal e afeta a capacidade de ação dos estados nacionais de efetivar políticas coerentes com a classe que representa, a classe capitalista. Apesar das tentativas de proteção do capital, emerge daí uma crise da política estatal.

Este contexto de crise de legitimidade do estado capitalista abre brechas para se pensar em buscar por outra forma política, que suprima a forma política dominante e institua novas relações políticas e sociais. Isso impõe, como apontou John Holloway (2017), a necessidade de uma política contra o estado, a forma política do capitalismo. Não se trata de travar uma luta contra as instituições do estado, pois isso significa concordar com a forma política existente. E qual seria então a alternativa? Para o autor, a alternativa é a

Auto-organização e desenvolvimento concreto de formas alternativas de socialização. Em um primeiro momento o chamamos de “reformismo radical”, um termo um tanto paradoxal. Entretanto, percebemos que a supressão das relações estruturais de poder e opressão, não é possível com a abolição da propriedade privada dos meios de produção, tampouco com a tomada do poder do estado, para citar dois exemplos. É óbvio que o que é preciso transformar são as estruturas sociais complexas onde se encontra sua origem: as formas de trabalho e de sua divisão, as relações de produção, e também as relações familiares, de gênero e com a natureza, os modelos de subjetividade dominantes, as consciências, os valores e até o modo de consumo (HIRSCH, 2017, p. 36).

Para Hirsch, a transformação das estruturas sociais depende de movimentos sociais que apontem para novas orientações e práticas sociais. Remetendo a Marx, expressa que “ao invés de conquistar o estado é preciso “transformar” a sociedade “na prática”” (HIRSCH, 2017, p. 36). Contudo, observando o desenvolvimento do capitalismo percebe-se que os movimentos sociais foram sendo aos poucos absorvidos pela forma política dominante. Assim, militar em partidos políticos ou em campanhas eleitorais parece ter se tornado um meio de participação política, este é o caso do que vem fazendo o movimento ecológico, movimento feminista e do capitalismo verde, que não deixam de integrar as práticas da forma política capitalista.

Neste tópico, nos preocupamos em apresentar alguns dos itens que são comuns nas várias tendências da escola derivacionista. Em decorrência da proposta inicial nos detemos em apenas alguns pontos, mais especificamente sobre a ideia da derivação do estado. Para finalizar abordaremos agora a representação deste debate para o marxismo.

A CONCEPÇÃO DE ESTADO DA ESCOLA DERIVACIONISTA PARA O MARXISMO

Há uma concordância entre os intelectuais da escola derivacionista que Marx não teve tempo de dedicar a uma abordagem específica sobre o estado. Concordam também que apesar disso, em sua extensa obra há uma teoria do estado. Partindo desta prerrogativa é que a escola derivacionista se tornou um debate que buscou articular uma teoria do estado. Esta representou uma importante contribuição para o marxismo.

Os derivacionistas partem de diversas abordagens já existentes sobre o estado para formular a sua concepção, mas não se deixam levar na maior parte de seus estudos pelas concepções que ocultam o caráter burguês do estado. A crítica às

ideologias existentes sobre o estado, a exemplo do que fazem com os estruturalistas, os revisionistas etc., e a retomada do pensamento de Marx, representa um salto para o avanço da perspectiva do proletariado. A principal contribuição foi superar a ideologia burguesa do estado de que está acima da sociedade e demonstrar que mantém uma relação íntima com o capital, sendo, portanto, um instrumento essencial para sua reprodução. Daí emerge a ideia de que o estado deriva do modo de produção capitalista e é inerente à dinâmica da luta de classes, ideia que forneceu o nome à escola derivacionista.

Esta concepção fornece importantes elementos para a crítica da burocracia estatal e de suas diversas expressões (partidária, sindical etc.), demonstrando que a transformação social é impossível por intermédio do estado e de qualquer outra instituição que esteja ligado a ele. Partidos, sindicatos e demais instituições burocratizadas apresentam objetivos que coadunam com os objetivos burgueses. São organizações que reproduzem as relações de dominação que, conseqüentemente, reproduz em larga escala as relações de exploração e a sociedade burguesa.

A escola da derivação apresenta estudos aprofundados sobre o estado e o mérito foi reconstituir a teoria do estado da perspectiva do proletariado. Ao retomar a teoria do valor de Marx e seus apontamentos sobre o estado forneceram um instrumento essencial para romper com a perspectiva burguesa e superar as ilusões que mobilizavam e ainda mobilizam muitas pessoas para delegarem o poder de decisão a diversas burocracias existentes e principalmente à burocracia estatal.

Considerar que o estado deriva do modo de produção capitalista foi uma maneira de perceber que a essência do estado é explicitada no processo de verificação de sua história. Ao estudá-la, chegou-se à conclusão de ser ele um defensor assíduo de relações de exploração e dos privilégios da classe que domina em um determinado modo de produção pautado pela luta de classes.

Nesse sentido, assim que o capitalismo cria novas formas de produção, cria conseqüentemente, novas formas políticas, sendo o estado a sua principal forma política. O estado é apropriado pela burguesia e se torna a forma política desejada por ela para proteger e reproduzir em larga escala e novo modo de produção que

emerge. Neste novo modo de produção, a extração e apropriação de mais-valor torna-se a questão essencial a ser defendida pelo estado. É por este motivo que luta cotidianamente para reprimir de um lado a classe que o produz (a classe operária) e de outro para auxiliar a classe que se apropria do mesmo (a classe burguesa).

Assim, a razão de ser e a condição de existência do estado é a produção e apropriação de mais-valor. Ao estado é cedido uma parte como forma de pagamento pelo serviço prestado à própria burguesia. É por isso que a manutenção e condição de existência do estado dependem da produção de mais-valor. Isso é o que dá ao estado a insígnia de ser um estado capitalista, ou seja, ele não corresponde ao capital, mas é derivado das relações estabelecidas por ele, pelo capital.

Os estudos sistematizados pela escola derivacionista proporcionaram o avanço da luta cultural proletária no sentido de fornecer elementos para compreender qual deve ser o objetivo e o foco da luta pela emancipação humana. As ilusões burguesas que colocam o estado como o principal instrumento de transformação são reveladas. Em seu lugar apresentam a concepção clarificada de que o estado não é mais do que um instrumento burguês, portanto, não pode ser apropriado pela classe operária para a supressão do modo de produção capitalista e instituição de uma sociedade pautada na auto-organização.

Pelos elementos aludidos anteriormente, a escola derivacionista representou um avanço para o marxismo. Contudo, apesar deste avanço há alguns limites e contradições com a perspectiva do proletariado que precisam ser colocadas com o mesmo intuito de se avançar para além da ideologia. Uma primeira questão a ser ressaltada como crítica da escola derivacionista, é que apesar de retomar a concepção de Marx e fazer a crítica ao fetichismo da mercadoria, acabam reproduzindo o fetiche da ciência, no que se refere a considerar o estado como uma categoria, assim como os demais conceitos da teoria do valor de Marx. Isso se torna um limite, uma vez que no lugar das relações humanas aparecem a relação entre categorias. O proletariado como classe revolucionária e a autogestão como seu principal objetivo não é concebida como ponto central da crise do capitalismo.

Por outro lado, segundo Viana (2006, p. 06)

Apesar de realizar uma crítica do fetichismo da mercadoria, seus representantes não apresentam uma abordagem do processo de

acumulação capitalista como reprodução espontânea da luta de classes e da irrupção da radicalização das lutas operárias, o que leva à crise capitalista. Desta forma, a acumulação capitalista é coisificada, deixando de ser relação social, relação de classes.

Da perspectiva do proletariado, a teoria nada mais é do que expressão da luta revolucionária da classe operária. Nesse sentido, não está desligada das relações sociais estabelecidas, o que quer dizer que o fruto do trabalho intelectual é parte integrante da realidade. Considerar o estado como categoria promove o que Marx já havia criticado em *A Ideologia Alemã* a respeito do que fazem os intelectuais ao produzirem ideias, fraseologias, ou seja, contribuem para o aprofundamento da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Possibilitam o desenvolvimento de ideias falsas sobre a realidade, é o que faz, por exemplo, Mathias e Salama (1983) e Wirth ao não considerarem como elemento essencial da crise do capitalismo as relações de exploração que a burguesia estabelece sobre a classe operária, especificamente a radicalização da luta revolucionária. Àqueles primeiros, ainda, demonstram um limite ao compararem o estado nos países desenvolvidos com o estado nos países subdesenvolvidos, e afirmarem que:

Não se pode deduzir a natureza do Estado nos países subdesenvolvidos recorrendo à sucessão das categorias (mercadoria/valor/dinheiro/capital) por duas razões fundamentais: a generalização das mercadorias não é efetiva; e a questão nacional não pode ser eludida (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 29).

A questão é que tanto Mathias e Salama quanto Hirsch não explicitam a luta de classes entre a classe operária e a classe burguesa como o elemento essencial da crise do capitalismo, conseqüentemente, a possibilidade de sua abolição. Tomam a categoria desenvolvida por Marx da “queda da taxa de lucro médio” como uma categoria coisificada. Esta é uma questão essencial e inerente à contradição do modo de produção capitalista, mas que esta contradição é fruto da dinâmica da luta de classes entre aquelas duas classes fundamentais.

Observando a concepção da escola derivacionista, no geral,

Falta uma percepção mais abrangente do papel do estado. Ele não se limita ao processo de reprodução do capital, mas ao processo social global, reproduzindo o conjunto das relações sociais e, por isto, assume também um papel repressivo e cultural, intervindo nas lutas de classes na sociedade civil e não somente no processo de valorização (luta de classes na produção) (VIANA, 2006, p. 06).

O papel repressivo e cultural são elementos característicos do estado capitalista. As relações de dominação pautada na exploração se manifestam nas

diversas instâncias da sociedade. Isso gera um descontentamento social generalizado, exigindo um instrumento que exerça um controle também generalizado, uma vez que esse descontentamento pode levar à abolição das relações de produção existentes. Por este motivo, por um lado, o estado busca controlar o conjunto da sociedade através da violência e da repressão. O objetivo central com esta ação é a manutenção da ordem estabelecida em torno do capital.

Além da repressão declarada, o estado atua também no campo da educação e da formação cultural voltada para disseminar a perspectiva burguesa. Neste segundo aspecto as instituições que produzem e distribuem a cultura burguesa tornam-se o meio essencial em que o estado fomenta o desenvolvimento de uma consciência burguesa. O objetivo é mobilizar a maior parte da sociedade para reproduzirem em seu cotidiano a sociabilidade burguesa, essencialmente a produção e distribuição de mercadorias, as relações de exploração e dominação. É por desconsiderar esta atuação do estado que levou alguns (Nakatani, por exemplo) a considerar a escola derivacionista como economicista.

Haveria outras críticas à escola derivacionista, como o não aprofundamento da discussão sobre o estado como forma política, da relação estado/capital como relação orgânica⁹. Aqui nos limitaremos a estas questões apontadas anteriormente, uma vez que o propósito foi o de discutir as questões essenciais da escola derivacionista e a sua relação com a teoria do proletariado, que do nosso ponto de vista foi realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo com este artigo foi apresentar alguns dos elementos que resultaram na escola derivacionista, assim como suas características, seus principais representantes e a relação que mantém com a teoria do proletariado. No primeiro momento, retomamos alguns aspectos da história da escola derivacionista, demonstrando que surge na Alemanha no início da década de 1970. Evidenciamos que a escola se tratou de um debate que se estendeu para vários países, cujo nome foi consequência da interpretação que os intelectuais que a integraram realizaram

⁹ Para uma leitura mais detalhada sobre estas críticas, ver Nakatani (1987).

sobre o estado. Este debate, por sua vez, não é homogêneo e no interior da escola derivacionista há divergências em determinados pontos, contudo, ao lado das divergências há também questões que são comuns e que caracteriza esta concepção.

No segundo momento, discutimos que um dos elementos comuns para os derivacionistas é que o estado é derivado do modo de produção. No caso específico do capitalismo, o estado torna-se derivado da relação estabelecida em torno da produção de mais-valor, sendo, portanto, um estado capitalista por desempenhar o principal papel de protetor e mantenedor das relações de produção e distribuição de mercadorias. O estado é para os derivacionistas o que Engels já havia notado de ser ele o “capitalista coletivo ideal”. O seu objetivo é atender aos interesses coletivos do capital.

Por fim, analisamos a relação que a escola derivacionista estabelece com a teoria do proletariado. Compreendemos que esta escola contribuiu para o avanço do marxismo, uma vez que forneceu recursos intelectuais para a superação da ilusão de ser o estado um instrumento que atende aos interesses universais. Para além disso, demonstraram que o estado é um instrumento que atende aos interesses exclusivos da classe dominante. No capitalismo é um serviçal do capital. Nesse sentido, o estado, os partidos políticos, sindicatos e demais organizações burocratizadas não oferecem nenhuma possibilidade de contribuir com a transformação social, uma vez que o propósito de tais organizações é a reprodução da ordem estabelecida, sendo, portanto, auxiliares da burguesia.

Contudo, apesar das contribuições da escola derivacionista, percebemos também que há questões que limitaram a sua concepção. Uma destas questões é a forma fetichista de conceber o estado como categoria e não como uma relação social. A outra se esbarra na análise das crises do capitalismo e o papel do estado para contê-las, uma vez que não abordam a crise como consequência da dinâmica da acumulação capitalista pautada pela ação espontânea da luta de classes e da radicalização da luta da classe operária. E por fim, reduzem sua concepção na abordagem do estado na relação com o capital, desconsiderando a ação do estado nas demais esferas da sociedade civil, a exemplo da propaganda burguesa através da luta cultural e da repressão generalizada.

Como colocamos no início do texto, haveria diversas outras especificidades que poderiam ser abordadas a respeito da escola derivacionista (uma análise específica de cada autor que a integrou, por exemplo), mas isso demandaria mais tempo e mais espaço. Aqui, nos limitamos a discutir a questão que se tornou essencial e comum no debate desta escola, que se trata da derivação do estado. No interior de pesquisas e discussões a respeito desta perspectiva, este artigo possibilita uma compreensão geral de suas especificidades. Ao leitor interessado, há uma bibliografia que pode ser consultada nas referências, que possibilita o aprofundamento desta discussão sobre o estado e seu papel na sociedade. Avançar neste debate é indispensável para romper com as ilusões que envolve o estado e com os limites que impõe a consciência burguesa para vislumbrar a emancipação humana.

Referências bibliográficas

ALTVATER, Elmar e HOFFMANN, Jürgenn. El Debate Sobre la Derivación del Estado en Alemania Occidental: la relación entre economía y política como un problema de la teoría marxista del estado. In: BONNET, Alberto & PIVA, Adrián. *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

BONNET, Alberto & PIVA, Adrián. *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

CALDAS, Camilo Onoda Luiz. *A Teoria da Derivação do Estado e do Direito*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas-SP: Papirus, 1986.

FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política – investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HIRSCH, Joachim. Retrospectiva sobre el debate. In: BONNET, Alberto & PIVA, Adrián. *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

_____. *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOLLOWAY, John. El Debate Sobre la Derivación del Estado: una reflexión reminiscente. In: BONNET, Alberto & PIVA, Adrián. *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

HOLLOWAY, John e PICCIOTTO, Sol. *Capital, Crisis y Estado*. Revista Estudios Teoria, Vol. 03, nº 02, Universidade Nacional Autónoma de México, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rep/issue/view/4639/showToc>. Acesso realizado em 23 de janeiro de 2018.

_____. *State and Capital: a marxist debate*. Londres: Edward Arnold, 1978.

MARQUES, Edmilson e BRAGA, Lisandro. *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: Pedro e João, 2013.

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. *O Estado Super Desenvolvido: das metrópoles ao terceiro mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NAKATANI, Paulo. *Estado e Acumulação do Capital. Discussão sobre a teoria da derivação*. Revista Análise Econômica, Faculdade de Ciências Econômicas UFRGS, Ano 5, n. 08, mar. 1987, pp. 35-64.

PACHUKANIS, Evguéni B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

VIANA, Nildo. *A Constituição das Políticas Públicas*. Revista Plurais (Online), v. 1, p. 94-112, 2006.



**MOVIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO**

**<http://movaut.net>
<http://www.enfrentamento.net/>**

